



Ana Clara Telles Cavalcante de Souza

Drug Moms, Drug Warriors: performances de gênero e produção da (in)segurança na construção discursiva da “guerra às drogas” para a América Latina

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Monica Herz

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2015



Ana Clara Telles Cavalcante de Souza

Drug Moms, Drug Warriors: performances de gênero e produção da (in)segurança na construção discursiva da “guerra às drogas” para a América Latina

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Monica Herz

Orientadora e Presidente
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Marta Fernandez Moreno

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Thiago Rodrigues

Universidade Federal Fluminense – UFF

Profa. Monica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação
do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Ana Clara Telles Cavalcante de Souza

Graduou-se em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas IBMEC-RJ e se especializou em Análise de Políticas Públicas pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). É pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes.

Ficha Catalográfica

Souza, Ana Clara Telles Cavalcante de

Drug Moms, Drug Warriors: performances de gênero e produção da (in)segurança na construção discursiva da “guerra às drogas” para a América Latina / Ana Clara Telles Cavalcante de Souza ; orientadora: Monica Herz. – 2015.

132 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2015.

Inclui bibliografia

1. Relações internacionais – Teses. 2. Gênero. 3. Guerra às drogas. 4. Feminismo. 5. Pós-estruturalismo. 6. Pós-colonialismo. 7. Estudos críticos de segurança. I. Herz, Monica. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Agradecimentos

Algumas pessoas precisam estar nessa lista.

Primeiramente, Fabiano Reis, meu companheiro de vida, por sua parceria e carinho. Em segundo lugar, Hilka Telles, minha mãe, minha inspiração e a mulher mais íntegra e corajosa que eu conheço. E, ainda, minha família de São Paulo, Terezinha, Seu Geraldo e Rose, pela acolhida e pela paciência em me ver tão pouco.

No Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, agradeço especialmente à Professora Monica Herz, pela brilhante orientação e por servir de inspiração profissional para o caminho que tento seguir. Também não posso deixar de agradecer à equipe da Unidade do Sul Global para a Mediação (GSUM), pela acolhida durante os oito meses em que estive por lá. À equipe docente, minha honesta gratidão por ter me apresentado de maneira tão gostosa a temas e discussões que se mostraram essenciais para o desenvolvimento desse trabalho. À Lia Gonzalez e a todos que dão suporte administrativo ao IRI, meu eterno carinho.

Agradeço também aos professores Marta Fernández e Thiago Rodrigues pela gentileza em aceitarem fazer parte da banca, dando-me a possibilidade de trocar ideias com pessoas que admiro e em quem confio.

Institucionalmente, devo muito ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter me proporcionado base financeira para que pudesse realizar mais esse sonho. Sem esse apoio, teria sido impossível seguir em frente.

Às minhas colegas de mestrado, conseguimos. Devo agradecer, especialmente, a Aline Rizzo, Anelise Gondar, Ludmilla Rodrigues, Isabel Mazza, Diana Thomaz,

Ana Paula Pellegrino e Nathalia Braga, por todas as conversas, risadas, desabafos e inquietações que compartilhamos. Vocês são demais.

Por fim, agradeço à minha nova casa, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), onde (re)aprendo todos os dias sobre o tema que mais gosto de estudar.

Resumo

Souza, Ana Clara Telles Cavalcante de. Herz, Monica. ***Drug Moms, Drug Warriors: performances de gênero e produção da (in)segurança na construção discursiva da “guerra às drogas” para a América Latina.*** 2015. 132 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação busca oferecer uma leitura crítica sobre as performances militarizadas de (in)segurança que constituem a “guerra às drogas” na América Latina. Entendemos a “guerra às drogas” como um conjunto de normas, políticas e saberes relacionado ao controle, via proibição, de “drogas ilícitas”, que prioriza estratégias militarizadas nas tentativas de suprimir a produção e a comercialização dessas substâncias pela “via da oferta” e que opera primordialmente através da cooperação bilateral ou multilateral com agências estatais e atores políticos estadunidenses. Situamos a discussão proposta no contexto mais amplo das leituras feministas/de gênero, pós-estruturais e pós-coloniais sobre Relações Internacionais e segurança internacional, com foco no processo de construção de imaginários políticos sobre o mundo social através de performances (discursivas e não discursivas) de (in)segurança. Utilizamos como principal (embora não única) estratégia de pesquisa a análise de discurso, olhando para as principais práticas discursivas da “guerra às drogas” que se colocam como *discursos oficiais* do Estado estadunidense. Argumentamos que as performances militarizadas da “guerra às drogas” são tornadas possíveis por uma forma de imaginar as relações internacionais que constrói o Estado nacional moderno como sujeito primordial da política internacional através da (re)produção de fronteiras de (in)segurança. Mais ainda, esse processo reflete complexas hierarquias e dinâmicas de poder que também são informadas por performances de gênero – seja a fluida dualidade entre “feminilidades” e “masculinidades”, seja a contraposição entre uma “masculinidade hegemônica” e “masculinidades” e “feminilidades subalternas”. Nesse sentido, a “guerra às drogas” é tornada

possível pelo mesmo imaginário político que (re)produz: um que (re)afirma as fronteiras de possibilidade da política (inter)nacional.

Palavras-chave

Gênero; guerra às drogas; feminismo; pós-estruturalismo; pós-colonialismo; estudos críticos de segurança.

Abstract

Souza, Ana Clara Telles Cavalcante de. Herz, Monica (Advisor). **Drug Moms, Drug Warriors: gender performances and the production of (in)security in the discursive construction of the “war on drugs” toward Latin America.** 2015. 132 p. Master’s Dissertation – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims at offering a critical reading on the militarized (in)security performances that constitute the “war on drugs” in Latin America. We understand the “war on drugs” as a cluster of norms, policies and knowledge related to the control, via prohibition, of “illicit drugs” that prioritizes militarized strategies in their attempts to inhibit the production and commercialization of such substances at the “supply side” and that operates primarily through bilateral or multilateral cooperation with state agencies and political actors from the United States. We locate our discussion within the wider context of feminist/gender, post-structural and post-colonial studies, focusing on the process of construction the social world through (discursive and non discursive) (in)security performances. Our primary research strategy (among others) consists on discourse analysis, in order to look at the main discursive practices of the “war on drugs” that posit themselves as the *official discourses* of the United States as a state. We argue that the militarized performances of the “war on drugs” are rendered possible by a political imaginary on international relations that constructs the modern nation state as the primordial subject of world politics through the reproduction of borders of (in)security. Moreover, this process reveals complex power hierarchies and dynamics that are also informed by gender performances - being those the fluid duality between “femininities” and “masculinities” or the contraposition between a “hegemonic masculinity” and “subaltern masculinities” and “femininities”. In this sense, the “war on drugs” becomes possible by the same political imaginary that it (re)produces: one that (re)affirms the borders of possibility of (inter)national politics.

Keywords

Gender; war on drugs; feminism; post-structuralism; post-colonialism; critical security studies.

Sumário

1. Introdução	14
2. “Guerra às drogas” e (in)segurança: um quadro conceitual	23
2.1 Discursos de segurança	25
2.2 Fronteiras de (in)segurança	30
2.3 (In)segurança, militarismo e militarização	36
2.4 (In)segurança, guerra e gênero	41
2.5 Conclusão	49
3. Corpos, ameaças e a construção de “problemas”	51
3.1 Saberes e poderes médicos: o corpo doente	53
3.2 Estado, soberania e fronteiras: o corpo invadido	64
3.2.1 O ser nação estadunidense	65
3.2.2 A “geografia do mal”	70
3.3 <i>Female troubles</i> : problemas de gênero	75
3.4 Conclusão	81
4. Guerra, violência e a procura por “soluções”	83
4.1 “Guerra às drogas” e as vidas militarizadas	84
4.1.1 A Iniciativa Andina	93
4.1.2 O Plano Colômbia	96
4.1.3 A Iniciativa Mérida	100
4.1.4 Interseções	104
4.2 Guerra (às drogas) e discursos de gênero	106
4.3 Conclusão	115
5. Conclusão	116
6. Referências bibliográficas	123

Lista de Figuras

Figura 1 – “Major Narco Trafficking Routes and Crop Areas”	66
Figura 2 – “The Weed with Roots in Hell”	80
Figura 3 – “Meth: not even once”	81

Abreviaturas e Siglas

CIA – Central Intelligence Agency

CICAD – Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas

DEA – Drug Enforcement Administration

FARC – Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia

GCDP – Global Commission on Drug Policy

NSDD – National Security Decision Directive(s)

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONDCP – Office of National Drug Control Policy

ONU – Organização das Nações Unidas

PSD – Política de Seguridad Democrática

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime

USAID – United States Agency for International Development

Nessa guerra
Existe uma fina linha
Que divide
Os bons
Dos maus
Do lado de cá
E do lado de lá
Morrem guerreiros
Usam-se armas
E fazem-se heróis
Em ambos os lados
A dor é a mesma
E botas e chinelos
Cumprem a mesma função
Como seria
Se em vez de uma linha
Ao olhar pro outro lado
As pessoas enxergassem
As próprias feições?
O próprio desespero
As próprias convicções
E os próprios medos
De morrerem sozinhas
Por uma guerra que nem sabem
Por que começou

(A.C.T. - 29 de janeiro de 2015)

1

Introdução

Na América Latina, a “guerra às drogas” é velha conhecida. Apresenta-se nas práticas cotidianas de cidadãos e turistas, passando pelas ruas em carros de polícia e em tanques do exército; esconde-se pelas vielas nos bolsos dos pequenos traficantes; estala em nossos ouvidos em cada rajada de tiros. Materializa-se nas operações policiais nas periferias das grandes cidades e também no policiamento das nossas relações mais íntimas com nós mesmos. Reverbera pelos discursos da televisão e dos vizinhos mais queridos. A “guerra às drogas” está em todo lugar. É, em última instância, um modo de vida do qual não podemos – e não sabemos – sair. Somos seus braços e suas pernas. Somos suas falas e seu modo de agir.

Por isso mesmo, há muitas formas de entender o que é a “guerra às drogas”. Aqui, entendemos a “guerra às drogas” como um conjunto de normas, políticas e saberes relacionados ao controle, via proibição, de “drogas ilícitas” e que priorizam estratégias militarizadas nas tentativas de suprimir a produção, a comercialização e o consumo dessas substâncias. Em grande parte, a “guerra às drogas” opera, na América Latina, através da cooperação bilateral ou multilateral com os Estados Unidos e suas muitas agências (e agentes) de controle de drogas ilícitas que atuam em âmbito supostamente internacional. Também é parte integrante de sua *rationale* a priorização da “via da oferta”, i.e., a erradicação de cultivos ilícitos e interdição de redes de produção e distribuição de drogas ilícitas.

Nesse contexto, dois ímpetus nos trazem até aqui. Em primeiro lugar, olhar criticamente para o imaginário político que possibilita a emergência da “guerra às drogas” e que é, por ela mesma, reforçado. Nesse quadro, buscamos entender também os limites que a “guerra às drogas” impõe à imaginação política sobre as relações internacionais e, mais especificamente, sobre a maneira com que lidamos com as “drogas ilícitas”, a começar pela própria construção da proibição. Em segundo lugar, problematizar as relações de poder que perpassam a construção do imaginário político da “guerra às drogas”, olhando para as hierarquias

estabelecidas pelo processo de militarização das políticas de controle de drogas ilícitas na América Latina. Procuraremos desconstruir as dinâmicas de poder que constroem as fronteiras da imaginação política sobre “drogas ilícitas” e sua relação com a afirmação de determinada ordem (inter)nacional.

Em ambos os casos, seremos especialmente sensíveis às performances de gênero (especialmente, as discursivas) que (re)produzem e são (re)produzidas pela “guerra às drogas”, seja na construção cotidiana de “problemas” e “soluções”, seja na constituição das hierarquias de poder envolvidas no “combate às drogas ilícitas”. Em poucas palavras, temos como objetivo responder à seguinte pergunta: de que maneira representações de gênero são mobilizadas na construção discursiva de um imaginário político militarizado em torno da “guerra às drogas” na América Latina? Buscando entender de que maneira a retórica da “guerra às drogas” se (re)produz através de performances discursivas de gênero, chegaremos, também, a reflexões sobre o lugar do Estado nacional moderno na imaginação da política (inter)nacional e sobre o papel da violência política na construção de fronteiras e na produção de relações políticas de poder. Para tal, ofereceremos nosso próprio entendimento sobre a “guerra às drogas” na América Latina, procurando observar, sobretudo, seus muitos pontos de tensão e, até mesmo, contradição.

Utilizaremos como referenciais teóricos os debates sobre pós-estruturalismo e linguagem nas Relações Internacionais; leituras pós-estruturalistas e, em menor medida, pós-coloniais sobre as fronteiras e a produção da diferença na política (inter)nacional; estudos críticos de segurança e, mais especificamente, reflexões sobre a produção (discursiva) da (in)segurança nas relações internacionais; e discussões sobre gênero, guerra e violência, no contexto dos estudos sociológicos sobre militarismo e militarização, por um lado, e nos estudos feministas e de gênero de influência pós-estruturalista. Em comum, são lentes que permitem uma crítica aprofundada sobre as condições de possibilidade dos discursos políticos contemporâneos e, também, sobre as muitas dinâmicas de poder que os sustentam. Procuraremos estar atentos, sobretudo, ao que algumas perspectivas teóricas sobre “segurança internacional” deixam de dizer – o que torna nosso estudo um exercício meta-teórico por excelência, que se utilizará da “guerra às drogas” para explorar as (im)possibilidades que as Relações Internacionais e, mais

especificamente, que os estudos de segurança internacional trazem a uma reflexão crítica sobre o tema.

Em especial, dois incômodos se colocam no centro de nossa análise. Primeiramente, o intrigante silêncio da literatura feminista e de gênero sobre processos de militarização na política internacional quando (não) trata sobre o tema da “guerra às drogas” na América Latina. Os estudos de gênero nas Relações Internacionais são relativamente bem sucedidos ao abordar questões contemporâneas de (in)segurança, como a “guerra ao terror”. No entanto, pouco tem sido falado sobre as performances de gênero envolvidas nas práticas de combate ao narcotráfico na América Latina. Entendemos ser essencial fazer esforços de crítica à “guerra às drogas” a partir de lentes feministas e de gênero por ser tema consideravelmente presente na política internacional contemporânea em um momento histórico de questionamento às práticas militarizadas de controle de drogas ilícitas na América Latina; e pela possibilidade de abrir novos caminhos para um entendimento mais crítico sobre a relação entre gênero, guerra e violência, em especial, no contexto das periferias mundiais.

Em contrapartida, também nos inquietava a ausência de reflexões críticas sobre “guerra às drogas” na América Latina que absorvessem o gênero não apenas como categoria de análise, mas como paradigma de desconstrução dos conhecimentos estabelecidos. Recentemente, têm se consolidado estudos sobre os impactos das políticas militarizadas de controle de drogas ilícitas na região em termos de gênero: a título de exemplo, há a ótima pesquisa de Corina Giacomello (2013) sobre a relação entre gênero e encarceramento em massa no âmbito da “guerra às drogas” mexicana; e o precioso trabalho de Ilana Mountian (2013) sobre representações de gênero envolvidas nos discursos proibicionistas que circulam nos Estados Unidos e no Reino Unido. Ainda assim, no campo das Relações Internacionais, faltam estudos que conciliem os já consolidados esforços críticos de desconstrução da “guerra às drogas” na América Latina aos profícuos debates sobre gênero e performances de (in)segurança, com foco nos processos de militarização na política internacional.

Dado o contexto teórico em que trabalharemos, cabe esclarecer de que maneira entendemos três conceitos centrais para nossa discussão: drogas, gênero e militarização. Entenderemos como “drogas (ilícitas)” “[the] psychoactive substances and commodities that, for a variety of reasons since 1900, have been

constructed as health or societal dangers by modern states, medical authorities, and regulatory cultures and are now globally prohibited in production, use, and sale” (Gootenberg, 2009, p. 13). Através desse conceito, pretendemos evidenciar: [1] que a constituição de saberes e entendimentos sobre “drogas ilícitas” passa por complexas dinâmicas de poder, de modo a não ser processo “científico” que se utiliza de critérios “objetivos” para constituir uma classificação, mas um movimento ambíguo e que se constitui através de tensões entre muitos significados possíveis; e [2] que o processo de construção de entendimentos sobre “drogas ilícitas” é também proeminentemente discursivo, i.e., estabelecido em um campo de disputas entre discursos que reclamam determinados lugares de fala (e que, nesse processo, também buscam estabelecer determinadas posições de poder).

No que tange ao conceito de gênero, utilizaremos a definição proposta por Jonathan D. Wadley (2010, p. 39), entendendo-o como um sistema de significados simbólicos que cria hierarquias sociais baseadas em associações entre supostas características “masculinas” e “femininas”. Ao fazermos uso desse conceito, pretendemos tornar visíveis as relações de poder que o constituem e a forma como ele se sustenta através da oposição entre signos dicotômicos que representam ideias de masculinidade(s) e feminilidade(s). Também utilizaremos o conceito de performatividade de gênero como pensados por Judith Butler em *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (1990). Nesse livro, a autora reposiciona os estudos de gênero ao entendê-lo não como uma categoria que depende do sexo (pretensamente biológico) para ser socialmente construído, mas que dá, ele mesmo, sentido a como significamos os corpos, seus atos e falas. Em alguns momentos, recorreremos ao conceito de “performance” relacionado a outros temas – por exemplo, performances de (in)segurança ou performances da “guerra às drogas” – como forma de aplacar uma constante inquietude em relação ao uso de termos como “práticas” ou “discursos”: a de que se estaria reafirmando uma pretensa dicotomia entre teoria e prática, entre retórica e materialidade. Sendo assim, o conceito de “performance”, quando empregado mais amplamente, tem como objetivo evidenciar que práticas discursivas e não discursivas se alimentam mutuamente, embora, para fins analíticos, muitas vezes nos debruçemos apenas sobre umas ou outras.

Em relação ao conceito de militarização, uma abordagem mais aprofundada será apresentada já no capítulo seguinte. Por ora, cabe pedir ao leitor que se atenha a alguns detalhes. Em primeiro lugar, utilizaremos uma conceituação ampliada sobre militarismo e sobre processos de militarização, de modo a afastar dois lugares-comuns dos estudos sobre militarização nas Relações Internacionais: o foco nas Forças Armadas como instituição; e uma leitura estadocêntrica da relação entre política, militarismo e militarização. Um entendimento ampliado busca refletir sobre as formas através das quais fenômenos como o militarismo perpassam as relações sociais e as práticas cotidianas mais profundamente do que uma concepção institucional seria capaz de perceber; e permite tirar o foco do Estado nacional moderno como ator por excelência dos processos de militarização. Pretendemos, ainda, posicionar os processos de militarização como objeto primordial de uma reflexão crítica sobre (in)segurança – em vez de entendê-los como movimentos que buscam tornar o Estado, ou a sociedade, seguro(a).

No que tange a nossa estratégia de pesquisa, lançaremos mão de uma metodologia crítica feminista, que seja sensível a relações de poder e desigualdade e que se dedique a desnaturalizar processos de marginalização e exclusão (Acklerly, 2008). Para tal, desenvolvemos nossa pesquisa de maneira cíclica, i.e., de forma a colocar constantemente em diálogo as lentes teóricas utilizadas e uma suposta “empíria” que através delas deveriam ser analisados. Não foi nosso objetivo *se utilizar* de determinado método com o objetivo de acessar determinada realidade; mas pensar uma estratégia de pesquisa (ela mesma preñe de limitações) que dialogasse com nossos pressupostos ontológicos e epistemológicos para, assim, colocar em evidência determinadas reflexões que já vínhamos desenvolvendo em âmbito teórico.

Ainda assim, fica claro que a principal estratégia de pesquisa desenvolvida será a análise de discurso. Entendemos que ele servirá aos propósitos da nossa pesquisa por duas razões específicas: [1] por ser a “guerra às drogas” um fenômeno proeminentemente discursivo, produzido e reproduzido retoricamente pelos atores políticos nela envolvidos; e [2] por ser a análise de discurso uma ferramenta útil e relevante no processo de reflexão crítica sobre relações de poder, sobretudo, em termos de gênero (Neumann, 2008). Além disso, a análise de discurso permitirá a interseção entre os debates teóricos realizados nos âmbitos

dos estudos de gênero e a empiria característica dos estudos sobre drogas ilícitas, fomentando o diálogo entre ambas as áreas. No entanto, não deixaremos de olhar para as práticas não discursivas que constituem a “guerra às drogas” e a forma como se relacionam, também, a performances de gênero. A priorização da análise de discurso vem como maneira de tornar mais visíveis determinadas dinâmicas de poder, mas que também se manifestam de outras formas que não (somente) através do discurso.

Nesse caso, é preciso esclarecer quais discursos serão prioritariamente analisados. Nossa atenção será centralizada nos “discursos oficiais” do Estado estadunidense, não tanto no sentido em que são propagados por agentes e atores “estatais”, mas especialmente porque se propõem falar *em nome de* uma pretensa “estatalidade”. Nesse sentido, são discursos que (re)produzem o mesmo Estado do qual pretendem falar, em vez de serem (re)produzidos por ele. Investigaremos também de que maneira esses discursos – proclamados por diferentes atores sociais em distintas posições de poder – (re)afirmam a própria posição do Estado (estadunidense) no sistema internacional e sua posição de poder em uma pretensa ordem (inter)nacional. Nesse quadro, empreenderemos uma busca por representações, entendidas, com base no modelo de análise de discurso apresentado por Iver B. Neumann (2008), como um conjunto de afirmações e práticas através das quais a linguagem se torna institucionalizada e ‘normalizada’ com o passar do tempo; e também pelas mudanças, transformações e discontinuidades às quais essas representações discursivas se submetem. Também é objetivo central da pesquisa buscar, mapear e interpretar a (re)produção de dicotomias e binarismos através da linguagem (como sistema de signos discursivos) e do discurso (como o contexto mais amplo em que a linguagem é empregada), com ênfase em como a construção de oposições e espaços de contraste constroem e reafirmam relações e lugares de poder.

Sobre o estilo do texto, pedimos paciência de antemão em relação ao recorrente uso de parênteses em expressões como “(in)segurança”, “(inter)nacional”, “(re)produção”, entre muitos outros usos. Ao longo da pesquisa, ficou cada vez mais evidente que as palavras que escolhíamos não eram capazes de abarcar as ambiguidades e as muitas associações possíveis que poderiam ser feitas sobre elas. Como forma de remediar essa questão, decidimos por mostrar, através das sílabas em parênteses, que determinadas palavras ganhavam

profundidade quando em associação a outras expressões relacionadas, de forma que, se fossem abordadas separadamente, talvez não revelassem o mesmo significado. Sendo assim, em cada palavra escrita com uso de parênteses há uma relação de tensão, tornando-as mais complexas e, assim, mais possíveis de explicar nossas ideias principais.

Como todo esforço de análise, muitas coisas ficaram de fora. Em parte, como consequência involuntária do processo de pesquisa que, ainda que se proponha crítico, não consegue evitar a procura por determinado grau de coerência (que, em si, pressupõe o apagamento de determinadas contradições em favorecimento de um argumento mais convincente). Mas também dadas as limitações de tempo e de escopo que obrigam a pesquisadora a estabelecer uma agenda de análise e, dentro dela, prioridades de pesquisa. Em especial, citamos a necessidade de entender melhor o papel de atores privados na construção de um entendimento político sobre a “guerra às drogas” – *think tanks*, fundações, centros privados de pesquisa; explorar com mais profundidade os mecanismos de poder por trás dos movimentos de medicalização da “questão das drogas” e sua relação com os processos multilaterais de criminalização; e, principalmente, olhar para os movimentos de construção discursiva da “guerra às drogas” na América Latina. Infelizmente, na presente pesquisa, tivemos de escolher um lado: olhar para os discursos da “guerra às drogas” como construídos pelo “Estado estadunidense”, mas sabemos ser essencial averiguar como eles também se constituem pela forma como distintos atores latino-americanos os (re)interpretam e com eles dialogam. Sobre isso, falaremos brevemente na conclusão, apontando alguns possíveis caminhos para futuras pesquisas sobre o tema.

Por fim, cabe apresentar o caminho a ser percorrido. No primeiro capítulo, apresentaremos uma leitura sobre o campo da segurança internacional que enfatize as (im)possibilidades que os estudos de segurança e, mais amplamente, que a disciplina de Relações Internacionais trazem a uma reflexão crítica da “guerra às drogas”. Primeiramente, abordaremos algumas perspectivas teóricas sobre a construção discursiva da (in)segurança, para depois explorarmos as leituras que problematizam as fronteiras da (in)segurança (inter)nacional e a forma como produz hierarquias através da diferença. Em seguida, dedicaremos uma seção a estudar a relação entre a produção da (in)segurança e os fenômenos do militarismo e da militarização, como lugares através dos quais determinado

imaginário político sobre a segurança internacional é construído. Enfim, trataremos de algumas leituras feministas sobre gênero, guerra e violência, de forma a situar as relações de gênero no centro de uma reflexão crítica sobre as fronteiras da política (inter)nacional. Argumentaremos, nesse capítulo, que uma análise crítica da “guerra às drogas” passa necessariamente pela desconstrução do imaginário político de (in)segurança que constrói a política (inter)nacional como campo de estudos e como locus último das relações sociais de poder.

O segundo capítulo se dedicará a explorar diretamente nosso objeto de estudo, com foco nos movimentos de construção discursiva das “drogas ilícitas” como um problema e como uma ameaça à ordem (inter)nacional. Começaremos por analisar os processos discursivos de medicalização das “drogas ilícitas” e a relação com a construção de um imaginário político centralizado na dicotomia entre corpo e mente. Em seguida, exploraremos a representação do Estado nacional como o corpo invadido e ameaçado em seus aspectos fundamentalmente morais – a preservação de um “ser nação” – e também em sua relação com o “outro” – através da construção de uma “geografia do mal”. Por fim, apresentaremos uma reflexão crítica sobre a forma como a construção discursiva do “problema” e da “ameaça” das drogas ilícitas passa por performances discursivas de gênero, de forma a generizar *ameaças* e *ameaçados*.

No terceiro e último capítulo, buscaremos compreender de que maneira a “guerra às drogas” é construída como única solução possível ao problema apresentado. Para tal, analisaremos mais atentamente as práticas militarizadas que se constroem em torno da “guerra às drogas”, procurando evidenciar a forma como se conduz (ou se prepara para conduzir) a guerra em nome da (in)segurança. Não será oferecida uma cronologia de fatos, mas algumas interpretações – entre muitas possíveis – da trajetória da “guerra às drogas” na América Latina. A segunda parte do capítulo será dedicada a refletir mais profundamente sobre a forma como a construção de um imaginário militarizado associado às políticas estadunidenses de controle de drogas ilícitas na América Latina se informa de performances (discursivas e não discursivas) de gênero. Assim, argumentaremos ser impossível entender a “guerra às drogas” em toda sua complexidade sem olhar atentamente para a relação entre gênero, guerra e violência. As condições de possibilidade para que a “guerra às drogas” emerja como única solução possível

são construídas, também, pela maneira com que a (in)segurança é constituída em termos (dicotômicos, hegemônicos e hierárquicos) de gênero.

Por fim, na conclusão, apresentaremos uma leitura em retrocesso das discussões propostas e exploraremos possíveis caminhos de pesquisa (e de ação política) a serem levados adiante. Esperamos, com isso, fazer valer nossos esforços iniciais de análise crítica sobre a “guerra às drogas” na América Latina.

2

“Guerra às drogas” e (in)segurança: um quadro conceitual

Nas últimas décadas do século XX, questões relacionadas às “drogas ilícitas” passaram a fazer parte da agenda das Relações Internacionais na forma de análises e investigações sobre o tema do “narcotráfico internacional”. No âmbito dos estudos de Segurança Internacional, o tráfico transnacional de drogas ilícitas entrava na categoria de “novas ameaças” (Rodrigues, 2012), como um fenômeno distinto da configuração tradicional dos conflitos internacionais – i.e., a guerra entre Estados soberanos –, mas com igual (ou superior) poder de produção de violência. Em *New and Old Wars* (2006, p. 4), Mary Kaldor argumenta que as “novas guerras” surgem em contextos de erosão da autonomia do Estado e, em particular, “in the context of the erosion of the monopoly of legitimate organized violence”. Uma leitura possível – e comum – a partir desse argumento é a de que a natureza ameaçadora desses novos conflitos advém precisamente de seu caráter não estatal e, portanto, desafiador da ordem (inter)nacional vigente centralizada no Estado soberano moderno.

Nesse quadro, o tráfico internacional de drogas ilícitas entra na agenda das Relações Internacionais para ser analisado como um *problema* ou uma *ameaça*. O objetivo da presente dissertação é precisamente entender como esse *problema* é construído discursivamente, que *soluções* e *respostas* são entendidas como as mais apropriadas a ele e de que maneira representações de gênero influem nesses dois movimentos discursivos. No entanto, antes de nos aprofundarmos na análise das práticas discursivas (e também não discursivas) que rodeiam o tema das “drogas ilícitas” no cenário internacional, é necessário localizar nossos argumentos no contexto mais amplo dos estudos críticos de segurança, buscando as interseções e contradições do campo que podem ser exploradas em nossa análise.

Não é nosso objetivo apresentar uma leitura sobre o desenvolvimento do campo de segurança internacional que reconstrua sua trajetória disciplinar desde a

predominância do paradigma realista até a recente consolidação dos estudos críticos de segurança. Por um lado, por maior importância que uma reflexão meta-teórica represente para esforços de análise crítica sobre determinado campo de estudos, uma revisão puramente disciplinar corre o risco de se tornar desinteressante e obsoleta, mais preocupada em encontrar coerência interna do que em dialogar com o objeto de estudo proposto. Por outro, somos conscientes dos perigos que a busca por coerência e sentido em uma narrativa pretensamente histórica representa aos esforços de reflexão crítica que propomos no presente trabalho. Por esse motivo, dedicaremos esse capítulo a entender as (im)possibilidades que os estudos de segurança internacional trazem a uma reflexão crítica sobre o tema, e de que forma as fronteiras disciplinares do campo constituem e são constituídas por entendimentos específicos sobre a “guerra às drogas”.

Argumentaremos que uma análise crítica sobre “drogas ilícitas” nas Relações Internacionais passa precisamente pela desconstrução dos discursos em segurança internacional que as constroem como problema ou ameaça à ordem internacional para, em vez disso, problematizar a própria “guerra às drogas (ilícitas)” e a forma como desenham fronteiras políticas e do *político*. Para tal, começaremos por discutir o lugar do discurso nos estudos críticos de segurança e, mais amplamente, nos esforços pós-estruturalistas de pensar o mundo social, de forma a entender a construção da retórica da ameaça e do medo nas relações internacionais. Em seguida, comentaremos sobre a produção de (in)segurança através de práticas discursivas e não discursivas e como, a partir dela, (re)constroem-se fronteiras políticas sobre as relações sociais. Na terceira seção, daremos destaque a leituras ampliadas sobre o militarismo e sobre processos de militarização da política internacional. Por fim, discutiremos a interseção entre relações de gênero e a produção da (in)segurança, com foco em processos de militarização nas relações internacionais, abrindo espaço para a reflexão propriamente dita sobre nosso objeto de estudo.

2.1

Discursos de segurança

Nas Relações Internacionais, tornou-se narrativa comum comentar sobre os processos de alargamento e aprofundamento do subcampo de Segurança Internacional, impulsionados, sobretudo, pelo fim da Guerra Fria. De acordo com essa leitura, a deterioração da bipolaridade política entre as duas superpotências consolidou a abertura das fronteiras da disciplina para a redefinição do conceito de segurança predominante em política internacional, relacionada à defesa nacional e aos estudos estratégicos (Tanno, 2003). Durante a Guerra Fria, acadêmicos influenciados pelos estudos de paz, pelo pós-estruturalismo e pelo feminismo já haviam iniciado um movimento de reflexão metateórica sobre segurança internacional, que depois viria a incluir debates sobre segurança humana, sobre pós-colonialismo e sobre construtivismo nas Relações Internacionais (Buzan & Hansen, 2012). Algumas referências dessa época são *People, State and Fear: an agenda for International Security Studies in the post-Cold War era* (1991), de Barry Buzan; *Gender in International Relations: feminist perspectives on achieving global security* (1992), de J. Ann Tickner; e *Critical Security Studies* (1997), de Keith Krause e Michael C. Williams, entre um conjunto de artigos e livros que propunham novas visões sobre o subcampo da segurança internacional. Nesse contexto, abre-se caminho para o estudo de outras ameaças à segurança internacional que não aquelas de natureza exclusivamente militar – desastres ambientais, instabilidade econômica, diferenças étnicas, entre muitas outras questões – e também de outros objetos de segurança que não o Estado soberano nas Relações Internacionais.

Keith Krause e Michael C. Williams (1997) argumentam que, com o fim da Guerra Fria, intelectuais da segurança internacional se dividiram em três tipos: os otimistas, que acreditavam em uma nova era de paz e cooperação internacionais; os pessimistas, que viam pela frente um futuro anárquico de conflitos étnicos e civilizacionais e de proliferação bélica; e aqueles que, menos absorvidos pela lógica militarista predominante aos estudos de segurança até então, focaram-se em repensar novas ameaças e novos entendimentos – em outras palavras, repensar a própria “segurança”. De acordo com os autores, subjacente a esse movimento estava um debate disciplinar mais amplo sobre o modo como se deveriam definir

os objetos de estudo em segurança internacional. Sendo a segurança uma condição variável no tempo, seus objetos – não apenas as ameaças, mas aqueles que são ameaçados – também estariam sujeitos a esse debate reflexivo sobre o que constituía a segurança internacional (Krause & Williams, 1997; Krause, 1998).

A partir desse movimento, emerge uma das obras mais importantes dos anos seguintes ao fim da Guerra Fria – *Security: A New Framework for Analysis* (1998), de Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde. Ao propor a segmentação dos estudos de segurança entre os setores militar, ambiental, econômico, social e político, a obra se tornou referencial importante do movimento de “alargamento” do subcampo. No entanto, a obra propõe, acima de tudo, uma reconsideração sobre o que significa estudar a segurança, de modo que o papel do estudioso ou profissional do campo deixe de ser o de identificar ameaças em cada um desses setores para entender como essas ameaças são (discursivamente) definidas em primeiro lugar – o chamado processo de *securitização*. Nesse sentido, os teóricos da Escola de Copenhague buscavam construir um “guia” – um *framework*, um quadro – para profissionais do campo sobre como se deve estudar a segurança internacional.

A teoria da securitização escrutinada em *Security: A New Framework for Analysis* (1998) veio a ser largamente explorada pelos teóricos da Escola de Copenhague e, mais amplamente, por pesquisadores e acadêmicos simpáticos aos movimentos de redefinição do campo de segurança internacional. Nela, particularmente interessante é a centralização do conceito do ato de fala – ou *speech act* – como fenômeno através do qual o processo de (des)securitização acontece. Nas palavras de Ole Waever (2000, p. 227), “security [...] can be seen as a speech act: the word ‘security’ is not interesting as a sign referring to something more real (the security ‘thing’) – it is the enunciation itself that is the act [of securitization]”. Para a Escola de Copenhague, uma questão entra na agenda de segurança – ou, em outras palavras, é *securitizada* – quando é discursivamente enquadrada como uma ameaça a determinados atores referentes, i.e., aqueles percebidos como inseguros.

Em contraste à literatura tradicional sobre segurança internacional, que, predominantemente realista, apostava em uma suposta materialidade de ameaças militares ao Estado soberano, a teoria da securitização desenvolvida pela Escola de Copenhague parecia um salto em direção ao “radicalismo acadêmico”, menos

comprometido com o “fazer ciência”. A centralidade do conceito do ato de fala tinha como consequência metodológica a priorização de análises sobre os discursos de (des)securitização em detrimento da busca por “evidências científicas” sobre “ameaças reais”. Também entrava em questão o papel do estudioso de segurança internacional, que, nesse quadro, deixava de ser o “conselheiro do príncipe” para se voltar à reflexão sobre os discursos de poder.

Embora importantes críticas tenham sido feitas à forma como a Escola de Copenhague introduz a análise de discurso aos estudos de segurança¹, o conceito de securitização ganhou popularidade e se tornou bem-sucedido entre os acadêmicos europeus dedicados a estudar a “segurança discursiva” (Buzan & Hansen, 2012, p. 325). Não obstante, não foram os acadêmicos que trabalhavam com a teoria de securitização os pioneiros ou os únicos pensadores de Relações Internacionais a se aventurarem pela relação entre discurso e política internacional. Barry Buzan e Lene Hansen (2012) assinalam que o fim da Guerra Fria também teve significativos impactos sobre a forma como teóricos pós-estruturalistas olhavam para a segurança internacional e sua relação com práticas discursivas. Influenciados diretamente pela filosofia pós-estruturalista de teóricos como Jacques Derrida e Michel Foucault e também por trabalhos nas áreas de linguística, os acadêmicos de Ciência Política e Relações Internacionais que se dispunham a trabalhar o pós-estruturalismo já vinham refletindo sobre a(s) textualidade(s) da política internacional (Der Derian, 1989). Na leitura de James Der Derian (1989), um importante teórico pós-estruturalista das Relações Internacionais, o pós-estruturalismo se dedicava, em especial, à desconstrução da associação entre textualidade e poder, com foco na forma como os discursos se estruturaram a partir de oposições hierárquicas entre signos antagônicos.

Nas palavras de Lene Hansen (2006, p. 15),

Poststructuralism’s discursive ontology is [...] deeply intertwined with its understanding of language as constitutive for what is brought into being. Language

¹ O acadêmico britânico Jef Huysmans (2006) argumenta que, na busca por dar uma resposta às demandas por “coerência” do campo de segurança internacional, os acadêmicos da securitização tentaram definir e universalizar uma racionalidade específica sobre o que é estudar segurança internacional. Sendo assim, acabaram por se aproximar de uma lógica própria das correntes teóricas dominantes nos estudos de segurança, embora tivessem como proposta inicial questionar as limitações que as teorias tradicionais da disciplina impunham ao estudo do processo de (des)securitização.

is *social* and *political*, an inherently unstable system of signs that generate meaning through a simultaneous construction of identity and difference. The productive nature of language implies that policy discourse is seen as relying upon particular constructions of problems and subjectivities, but that is also through discourse that these problems and subjectivities are constructed in the first place. (grifos adicionados)

De acordo com a autora, a ontologia pós-estruturalista assume que a linguagem é social no sentido em que é construída de forma coletiva, i.e., baseando-se em códigos e convenções coletivas que devem ser empregadas pelos indivíduos para se tornar compreensível; e política na medida em que (re)produz determinadas subjetividades e identidades enquanto exclui outras. Nesse quadro, o discurso é um processo de construção de (inter)subjetividades através de mecanismos de diferenciação e estruturado em torno de oposições binárias em que relações de poder são politicamente estabelecidas (Derrida, 1981; Milliken, 1999; Hansen, 2006). Sendo assim, o pós-estruturalismo busca desconstruir os discursos de política internacional “to investigate not the laws of construction of discourse, as is done by those who use structural methods, but its *conditions of existence*” (Foucault, 1991, p. 60 – grifos adicionados). Hansen (2006) argumenta que a linguagem, apesar de se propor coerente, é uma construção profundamente instável, requerendo exercício contínuo de apagamento de contradições e de pacificação de leituras concorrentes através de complexas dinâmicas de poder. Nesse quadro, explorar as contradições internas de um discurso político é uma imprescindível forma de desconstruí-lo. A autora salienta, ainda, que a prática de construção do discurso (e da busca por sua estabilidade) tem implicações políticas cotidianas, uma vez que “policy discourses construct – as do discourses in general – problems, objects and subjects, but they are also simultaneously articulating *policies* to address them” (Hansen, 2006, p. 19 – grifos originais).

No que se refere ao campo de segurança internacional, o fim da Guerra Fria pode ser considerado um “metaevento” a partir do qual os teóricos pós-estruturalistas de política internacional começaram a redefinir conceitos e questionar pressupostos analíticos centrais (Buzan & Hansen, 2012, p. 329). Buzan e Hansen (2012) argumentam que o período pós-Guerra Fria trouxe aos acadêmicos do pós-estruturalismo o desafio de entender de que maneira os Estados precisavam de inimigos para se constituírem como tal nas relações internacionais. É nesse contexto que surge *Writing Security* (1992), de David

Campbell, uma obra referencial na abordagem do lugar o “outro” na construção do imaginário (inter)nacional de (in)segurança. A partir de uma abordagem pós-estruturalista, o autor analisa a construção dos discursos estadunidenses de “ameaça” e “perigo”, bem como a forma como eles constituem a identidade estatal dos Estados Unidos.

Central ao trabalho de Campbell é a ideia de que os discursos de perigo – no original, *discourses of danger* – fabricam o processo através do qual o Estado se constitui como comunidade imaginária última das relações internacionais. Através da articulação discursiva da ameaça, da insegurança e o medo, o Estado é constituído na política internacional como o “nós coletivo”, cuja identidade é forjada em constante relação com a alteridade. Para ele, uma implicação essencial da articulação discursiva do perigo é a constituição das fronteiras que separam o “eu” e o “outro” nas Relações Internacionais: em outras palavras, a divisão entre o “doméstico” e o “internacional”. A partir desse quadro, ainda, o Estado se torna capaz de forjar sua “política externa” através do estabelecimento contínuo de fronteiras entre ele mesmo e o “sistema internacional”, o que a torna “a specific sort of boundary-producing political performance” (Ashley, 1987, p. 51).

Críticas ao trabalho de David Campbell (1992) incluíam uma pretensa reificação da identidade estatal – que se assemelharia, até certo ponto, ao que vinham fazendo as teorias tradicionais da disciplina; a reafirmação da separação ontológica entre o “eu” e o “outro”, tornando-os, ainda, atores monolíticos do mundo social; e a ausência de considerações sobre outras formas de constituição da identidade estatal – por exemplo, o caso dos países “nórdicos” (Buzan & Hansen, 2012). Algumas dessas críticas seriam posteriormente absorvidas pelos teóricos pós-estruturalistas, que passaram a questionar a própria adequação do conceito de “identidade” para se pensar a produção de fronteiras na política internacional². Ainda assim, o processo de produção da diferença nas Relações Internacionais continua a ser uma questão central para o pensamento pós-estruturalista até os dias de hoje, presente em importantes obras da disciplina

² Para o teórico pós-estruturalista Jens Bartelson (1998), o conceito de “identidade” é essencialmente contraditório, uma vez que pretende falar sobre a diferença ao mesmo tempo em que é implicada por ela. Em suas palavras, “identity not only is an impossibility, but [...] identity itself is nothing but another *name* for that impossibility” (Bartelson, 1998, p. 319 – grifos originais).

sobre discurso, textualidade e política internacional. Na próxima seção, abordaremos mais detalhadamente essa discussão.

2.2

Fronteiras de (in)segurança

Inside/Outside: International Relations as Political Theory (1993), de R. B. J. Walker, é uma obra de referência no debate sobre a produção de fronteiras nas Relações Internacionais. Nesse livro, o autor argumenta que a teoria política foi construída sobre um falso dualismo entre o “interno” e o “externo”, refletida na diferenciação entre o que é a ciência do Estado e o que é a ciência do sistema internacional. Nesse quadro, Walker procura entender as implicações políticas da construção dessa fronteira, ao mesmo tempo em que busca recuperar a relação de coconstituição entre *internalidade* e *externalidade* que, segundo ele, passou a ser ignorada em nome da conveniência acadêmica e política de se construir um mundo social mais manejável. Central à produção da diferença entre o que é “doméstico” e o que é “internacional” é o princípio da soberania estatal, pensada no contexto das incertezas e contradições que vieram com o colapso das hierarquias feudais.

Segundo o autor, a relação entre o “interno” e o “externo” se reflete na dualidade entre a presença e a ausência de uma entidade soberana, o Estado moderno, que produz a ordem interna através de sua universalidade em contraposição à interação externa violenta entre particularidades que caracterizaria o sistema internacional. É a “prática heroica” da qual fala Richard Ashley (1988): a procura incessante por um sujeito soberano que naturaliza a dicotomia entre a ordem (interna) e o caos (externo). Reafirmada pelos discursos acadêmicos da Ciência Política e das Relações Internacionais, essa dualidade se relaciona diretamente aos os discursos de perigo dos quais fala David Campbell (1992), (re)produzindo a si mesma através da afirmação da diferença entre os aliados e os inimigos da soberania estatal; esses últimos estando, sobretudo, no plano internacional. De acordo com essa leitura, a localização de ameaças no âmbito externo vem como resposta às ambiguidades e à incerteza que caracterizam as relações sociais em geral, de forma que a “ordem interna” passa a ser fabricada por discursos de uma externalidade anárquica.

Nas palavras de Richard Ashley (1988, p. 257),

In effect, differences, discontinuities, and conflicts that might be found within all places and times must be converted into an absolute difference between a domain of domestic society, understood as an identity, and a domain of anarchy, understood as at once ambiguous, indeterminate, and dangerous.

Nesse quadro, a segurança se torna *insegurança*. De acordo com o teórico político Anthony Burke (2007, p. 5), a ameaça e a diferença de um “outro” constitui a própria unidade do corpo político, de forma a constituir ontologicamente o Estado nacional moderno em torno de promessas de segurança “that is never quite realised”. Para o autor, a insegurança se torna condição para que o Estado se estruture em torno de si mesmo como um “eu”, ou um “nós”, coerente. Sendo assim, a (in)segurança é menos um fim – um objetivo a ser alcançado – e mais uma forma de operação de relações de poder, em que o Estado se coloca como possibilidade ontológica única na política (inter)nacional. Seguindo em direção semelhante, o acadêmico britânico Jef Huysmans (2006) argumenta que as práticas (discursivas ou não discursivas) de identificação de *ameaças existenciais* exteriores produzem a (in)segurança ao mesmo tempo em que articulam um imaginário específico sobre as possibilidades de organização política. Nesse sentido, de acordo com o autor, a construção (discursiva, burocrática, técnica) da ameaça através da localização da diferença restringe a imaginação do *político* ao Estado moderno (responsável, em última instância, pelas respostas às ameaças), o que, por sua vez, influencia a produção de conhecimento sobre (in)segurança em termos marcadamente estadocêntricos. Essa leitura se aproxima da argumentação desenvolvida por R. B. J. Walker, para quem as fronteiras são locais ativos de produção de possibilidades políticas através da diferença, “moments and practices that work to produce very specific political possibilities of necessity and possibility on each site”, e não apenas meras linhas de diferenciação (Walker, 2010, p. 32).

Em *International Relations and the Problem of Difference* (2004), os teóricos pós-coloniais Naeem Inayatullah e David Blaney (2004) argumentam na mesma direção ao afirmar que as Relações Internacionais têm se mostrado incapazes de reconhecer, investigar e explorar as fronteiras da diferença em sua complexidade. Os autores defendem que, a despeito de o mito westfaliano que

funda a disciplina se basear na pretensa tolerância da diferença no meio internacional, ele representou, ao contrário, uma forma de não lidar com ela, encerrando-a entre as fronteiras territoriais do Estado através de uma pretensa uniformidade. Nesse contexto, os autores afirmam que, em vez de se debruçarem sobre as diferenças para tentar estudá-las, os teóricos de Relações Internacionais têm reforçado uma perspectiva suspeitosa em relação a elas, o que reafirma, em última instância, relações de hierarquização e dominação característicos da (pós-)colonialidade.

Em *Imperial Encounters* (1996), Roxanne Doty apresenta uma interessante leitura pós-colonial sobre como a produção da diferença se dá, também, através de representações discursivas. Nessa obra, a autora discute o papel das representações como regimes de conhecimento na política internacional, capazes de (re)construir sujeitos políticos de acordo com a narrativa dominante. Partindo do conceito de poder como constitutivo das relações sociais, Doty argumenta que o imaginário político criado em torno das relações norte-sul é construído a partir de discursos naturalizados sobre os encontros entre o “norte” e o “sul” na política internacional e baseado em uma economia de oposições binárias abstratas que reflete diferenças de poder. Nesse sentido, as representações discursivas, como práticas de poder por si mesmas, naturalizam as fronteiras da política internacional ao mesmo tempo em que produzem problemas e questões a serem abordadas, bem como as soluções e políticas a serem implementadas.

Nesse quadro, é importante destacar duas questões em especial. Em primeiro lugar, deve-se entender que a dicotomia *inside/outside* de que fala Walker (1993) diz respeito não só ao processo moderno de produção de fronteiras entre o “doméstico” e o “internacional”, mas também à construção do sujeito internacional moderno através de dimensões hierárquicas de alteridade entre o “eu” e o “outro”. Sendo assim, Walker indica ser necessário conscientizar-se da forma como a constituição de fronteiras reproduz discursos que nos tornam quem somos (e onde estamos); pensar mais profundamente sobre a complexidade e a produção das fronteiras contemporâneas; e, especialmente, refletir sobre como elas trabalham simultaneamente como locais de politização e despolitização das diferenças entre o “eu” e o “outro” (Walker, 2010). No caso de Inayatullah e Blaney (2004), entram em questão, também, as relações de diferença que se estabelecem no contexto mais amplo da colonização e do imperialismo que

configuram as cartografias mundiais de poder, e que vão ter efeitos sobre outras dicotomias do internacional, como o “norte” e o “sul” e o “desenvolvido” e “em desenvolvimento”.

Em segundo lugar, é preciso estar atento às formas através das quais as fronteiras e a diferença são (re)produzidas através da violência política. Entendemos a violência por seu caráter constitutivo, i.e., potencialmente transformador das interações e relações sociais; nesse sentido, a violência produz fronteiras sociais ao mesmo tempo em que é reafirmada pela construção da diferença (Jabri, 2007). A articulação da violência no processo de inscrição de fronteiras parece se dar de duas formas. Por um lado, pela articulação da violência contra o “outro” (seja ele o “inimigo interno” ou a “ameaça exterior”), identificado pela diferença que ameaça a unidade do Estado (Campbell, 1992). Em segundo lugar, pelas guerras totalizantes que, em nome da universalização da paz, buscam a soberania em um meio internacional pretensamente anárquico – por exemplo, as supostas “intervensões militares” em nome de causas humanitárias (Jabri, 2007). Sobre isso, Vivienne Jabri (2007) salienta como a violência perpetrada pelas “guerras humanitárias” inscreve fronteiras nos corpos das populações-alvo e constituem hierarquias entre sujeitos através da inscrição violenta da diferença: os que “salvam” e os que “são salvos”.

Central a essa discussão é o conceito de segurança nacional, que, já em seu nome, torna explícita a dependência da (in)segurança na produção de fronteiras com o (inter)nacional. Em *Critique of Security* (2008), o teórico britânico Mark Neocleous traça uma genealogia do conceito estadunidense de segurança nacional de modo a entender suas condições de possibilidade. De acordo com o autor, mais do que uma expressão da política externa estadunidense em nível global, o conceito de segurança nacional se inseria em um movimento de fabricação de uma ordem socioeconômica doméstica em nome da seguridade social. Como exemplo, Neocleous explora as técnicas de governamentalidade levadas adiante pelas políticas do *New Deal* e do Plano Marshall, cujo objetivo era assegurar a produção da ordem interna capitalista. No contexto da luta anticomunista da década de 1950, em que se percebia o “outro” como um inimigo tanto interno quanto externo, o conceito de segurança nacional passou a ser articulado de modo a se encaixar nas práticas cotidianas de policiamento dos próprios cidadãos

estadunidenses. Nesse sentido, o conceito de segurança nacional construía a ordem doméstica a partir da criação da insegurança em nível externo (do “outro”).

O processo de construção de uma ordem doméstica a partir da articulação da (in)segurança (inter)nacional será abordado por Mark Neocleous mais uma vez em *War Power, Police Power* (2014). Nesse livro, Neocleous se dedicará a discutir a relação entre as forças policial e militar e seu papel na constituição do poder estatal. Refutando a argumentação comum de que, nas últimas décadas, a fronteira entre a polícia e as forças armadas tem se dissipado no contexto dos novos conflitos internacionais, o autor argumentará que guerra e poder de polícia sempre se constituíram como forma de assegurar a ordem liberal capitalista; por exemplo, durante o processo histórico de colonização. No entanto, para Neocleous, é particularmente curiosa a maneira com que essa distinção torna-se naturalizada pelas leituras tradicionais e defendida por pensadores das “novas guerras” tanto quanto pelos teóricos dos estudos críticos de segurança – fenômeno que, segundo ele, requer “a lot of political work” (Neocleous, 2014, p. 5).

De acordo com Mark Neocleous, a naturalização da fronteira entre polícia e guerra tem origem na filosofia da “paz liberal” que, entre outros movimentos, associa a guerra e a violência à exterioridade não liberal. Na direção contrária, o autor argumenta que o liberalismo é, em sua origem, uma filosofia política da guerra, utilizando-se da violência política para constituir e assegurar uma ordem socioeconômica específica. Nesse quadro, polícia e guerra devem ser entendidas menos em termos institucionais e mais como um conjunto de tecnologias de poder de fabricação da ordem social. Mais uma vez, cabe comentar de que maneira a fronteira entre “poder de polícia” e “poder militar” se associa à diferenciação entre o “doméstico” e o “internacional. Como partes constituintes do “poder estatal”, as forças policial e militar se encontram na fabricação de uma série de micro-operações e práticas regulatórias que asseguram a segurança, a ordem e a acumulação burguesas. Nesse contexto, a artificialidade da separação entre polícia e guerra é ela mesma um evento violento, no sentido em que produz a ordem que esses dois dispositivos de poder procuram (re)produzir. Em certa medida, a leitura oferecida por Neocleous segue no sentido proposto por R. B. J. Walker (1993) ao tentar (re)conciliar interioridade e exterioridade nos debates sobre teoria política.

Nas palavras do autor,

On the one hand, we need to grasp the exercise of the police power in constant war against the ‘enemies of order’. Police treatises, texts, speech and action never cease telling us of the constant police wars being fought against the disorderly, unruly, criminal, indecent, disobedient, disloyal and lawless. On the other hand, we also need to grasp the ordering capabilities of the war power. [...]. If, as it has been said, warfare can best be defined in a word – *formation* – then we might say that what is always under formation is order: social order, international order, the order of accumulation. (Neocleous, 2014, p. 14 – grifos originais)

Por fim, Neocleous não deixa de comentar de que maneira as relações de gênero subjazem à constituição da fronteira entre *war power* e *police power*, focando-se em desenvolver uma crítica de gênero à popular tese da “paz liberal”. Baseando-se na extensa literatura feminista sobre os discursos de proteção inerentes às práticas policiais e militares do Estado, o autor afirma que, “at the heart of the ‘liberal peace’ [...] is the question of how to maintain order as a realm of liberty and property such that the new liberal virtues of civil society does not threaten the more established virtues of a masculine martial power” (Neocleous, 2014, p. 117). De acordo com ele, ambos os dispositivos de poder – de polícia e de guerra – se sustentam em uma masculinidade marcial constituída a partir do perigo da “efeminação”. Nesse processo, os sujeitos e corpos identificados como ameaça à masculinidade liberal eram tornados inimigos; da mesma forma que os inimigos eram, de alguma forma, questionados em relação à masculinidade que aparentavam.

No entanto, para levar essa discussão adiante, é preciso rever dois debates inter-relacionados: por um lado, os estudos sobre militarismo e militarização, e a forma como o argumento de Mark Neocleous (2014) sobre a fronteira entre “polícia” e “guerra” se encaixa nele; e os debates sobre gênero, (in)segurança e guerra que as literaturas feministas trazem à disciplina de Relações Internacionais, como foco nas análises de gênero sobre processos de militarização da política internacional. A partir dessas duas leituras, buscaremos entender de que maneira as fronteiras acima evidenciadas – entre o “doméstico” e o “internacional”, o “eu” e o “outro”, o “norte” e o “sul” – também se relacionam à produção da diferença de gênero entre “masculinidade(s)” e “feminilidade(s)”.

2.3

(In)segurança, militarismo e militarização

Em *Democratic Militarism: Voting, Wealth and War* (2014), o acadêmico estadunidense Jonathan D. Caverley busca explicar a existência da agressividade militar em democracias bem consolidadas através de variáveis como a influência da opinião pública e o papel das elites políticas e econômicas na definição da política externa. Utilizando-se de um conceito bem definido de militarismo, o autor o entende como “a condition in which a large portion of society supports the building of an excessively *strong military*, believe in its superior efficacy as a *foreign policy tool*, and exhibits a heightened willingness to use it” (Caverley, 2014, p. 3 – grifos adicionados). Também de acordo com essa conceituação, o militarismo seria confinado a uma área específica das relações sociais – a política internacional, ou externa –, dizendo unicamente respeito à forma como Estados nacionais se relacionam com seus pares no “plano internacional”. Uma das principais conclusões a que Jonathan D. Caverley chega é a de que a influência da opinião pública é mais importante para o envolvimento de democracias bem estabelecidas em investidas militares do que a atuação das elites estatais.

A leitura de Caverley sobre militarismo se situa em um contexto mais amplo de produção bibliográfica³ sobre o tema que se mostra relativamente profícua durante os séculos XIX e XX e que inclui objetos de estudo tão diversos como o militarismo alemão (Vagts, 1959), as relações civil-militares nos Estados modernos (Huntigton, 1957) e a influência da sociedade civil no militarismo estadunidense após a Guerra do Vietnã (Bacevich, 2013). No entanto, apesar de estimular a reflexão sobre a dicotomia entre militarismo e liberalismo (tema que será novamente abordado adiante), a definição proposta e aplicada por Jonathan D. Caverley contrasta com os estudos recentes sobre o militarismo que buscam um entendimento crítico sobre ele. Em primeiro lugar, por se pretender universal, apaga tentativas de historicizar o fenômeno do militarismo e seus estudos,

³ Dado o escopo da pesquisa, não será possível apresentar uma leitura histórica compreensiva da trajetória dos estudos sobre militarismo. No entanto, uma fonte confiável de pesquisa é a base de dados *Oxford Bibliographies* – em especial, o verbete sobre militarismo, mantido pelo acadêmico Ingo Trauschweizer e atualizado frequentemente. A página pode ser acessada através do link: <http://www.oxfordbibliographies.com/> (último acesso: 03/02/2015).

tomando-os como independentes de contextos histórico e politicamente variados. Além disso, a despeito de sua tentativa de olhar para a relação entre militarismo e sociedade, acaba reproduzindo uma visão única sobre o papel político das Forças Armadas, nomeadamente, como agente estatal exclusivamente de política externa. Nesse sentido, é precisamente o tipo de conceituação que desenha fronteiras em vez de buscar desconstruí-las. Em contraste, uma perspectiva crítica do militarismo busca, em primeiro lugar, historicizar o militarismo como fenômeno social, destituindo-lhe o caráter atemporal e universal, para depois tentar entender de que forma o fenômeno do militarismo constitui e é constituído pelas relações sociais.

Recentemente, a obra *Militarism and International Relations* (2013), editada por Anna Stavrianakis e Jan Selby, busca recuperar ao debate contemporâneo de Relações Internacionais variadas visões histórico-sociológicas sobre o fenômeno do militarismo. Por um lado, a coletânea revisita esforços acadêmicos anteriores de reflexão sobre esse fenômeno com o objetivo de situar a produção acadêmica atual em um contexto histórico; em especial, à luz dos escritos da década de 1980, que sofreu influência dos estudos marxistas e da sociologia histórica pós-weberiana através de autores como Theda Skocpol (1979), Charles Tilly (1990), Anthony Giddens (1985) e Mary Kaldor (1982). Na introdução, os editores esclarecem que procuram retomar uma discussão conceitual sobre o militarismo que havia perdido espaço, na década de 1990, no contexto dos supostos processos globais de desmilitarização e de inflexões no campo das Relações Internacionais – em específico, a influência dos discursos sobre as “novas guerras” e sobre os “estados falidos”, por um lado, e a emergência dos estudos sobre “securitização”, por outro, que mudam o foco na disciplina para outros objetos de estudo que não as Forças Armadas e os processos de “militarização” (Stavrianakis & Selby, 2013). Nesse sentido, seus editores apresentam algumas importantes discussões contemporâneas sobre militarismo nas Relações Internacionais ao mesmo tempo em que buscam refletir sobre seu lugar na trajetória histórica dos estudos sobre o fenômeno.

Por outro lado, a obra apresenta alguns dos debates contemporâneos sobre o militarismo com foco em reflexões críticas sobre as relações sociais envolvidas em processos de militarização. Em especial, destaca-se a centralidade de um entendimento crítico e ampliado do militarismo “as the social and international

relations of the preparation for, and the conduct of, organized political violence” (Stavrianakis & Selby, 2013, p. 4). Em contraste a conceituações institucionais, comportamentais ou ideológicas do militarismo, uma concepção ampliada o entende não apenas em termos de escolhas políticas, mentalidades ou atitudes, mas, especialmente, como constituído por, e constituidor de, práticas e relações sociais (Shaw, 2013). De acordo com essa conceituação, as Forças Armadas (*the military*, no original) compreendem, mais do que uma instituição, todas as relações sociais e valores relacionados à (preparação para a) guerra, sendo o militarismo, então, o fenômeno de penetração das relações militares nas relações sociais em geral, e a militarização seu processo de expansão (ideia previamente elaborada em Shaw, 2003).

Um entendimento ampliado dos fenômenos do militarismo e da militarização é particularmente interessante ao debate aqui proposto porque permite problematizar o estadocentrismo característico aos estudos sobre as forças militares nas Relações Internacionais, ao mesmo tempo em que olha para a constituição de suas fronteiras ontológicas e epistemológicas. Olhar para as relações sociais e internacionais da preparação para ou condução da violência política organizada impede uma leitura única do militarismo como manifestação institucional das Forças Armadas (ela mesma entendida em termos sociológicos, e não como instituição última do Estado nacional) para compreendê-lo mais profundamente como fenômeno que interage com as subjetividades que constituem o mundo social. Mais ainda, estimula um olhar crítico sobre a própria prática de constituição da fronteira entre o “doméstico” e o “internacional” que concepções tradicionais sobre o militarismo, a militarização e as forças militares levam a cabo, uma vez que reflete sobre as dinâmicas sociais de poder que constituem as Forças Armadas e, por conseguinte, o Estado nacional como atores das relações (inter)nacionais.

Nesse quadro, o papel e o lugar da violência nos fenômenos do militarismo e da militarização também ganham outras cores. Em contraste a uma concepção marcadamente instrumentalista sobre a relação entre militarismo, militarização e violência – “violence as tool”, no caso da leitura oferecida por Caverley (2014, p. 1) –, uma perspectiva ampliada a compreende como constitutiva e produtora das relações sociais da (preparação da) guerra, bem como de suas condições de possibilidade. Pensar a violência em processos de militarização como ferramenta

ou como solução é ato por si só político – tendo, portanto, suas próprias implicações. Um olhar ampliado abre espaço para a desconstrução de uma leitura instrumentalista da violência, lançando foco a um fenômeno pouco explorado: o da violência da (preparação da) guerra como produtora, ela mesma, da política, e não como sua antítese, como uma concepção liberal entenderia. A dicotomia entre “política” e “violência”, tão explorada pelo pensamento liberal em Relações Internacionais e que dá origem a tradições de pensamento como a da Paz Liberal – a de que, em última instância, a política liberal produziria a paz, e não a guerra –, também está na base da argumentação de que o militarismo seria antitético ao liberalismo político, o que contradiz os recentes processos de militarização nas relações internacionais empreendidos por potências ocidentais liberais – por exemplo, a *global war on terror* (Stavrianakis & Selby, 2013).

Por fim, uma concepção ampliada sobre os fenômenos do militarismo e da militarização torna a relação binária entre o que é “civil” e o que é “militar” mais complexa e passível de ser problematizada. Uma leitura ampliada entende as relações sociais (o “âmbito civil” por excelência) como o lócus dos fenômenos do militarismo e da militarização, e não como um domínio separado ou, ainda, antagônico a eles. Uma perspectiva não institucional sobre as Forças Armadas facilita esse movimento de desconstrução, na medida em que questiona as fronteiras estabelecidas arbitrariamente entre o espaço militar e a vida civil e problematiza as dinâmicas de poder que estabelecem as “forças militares” como instituição estatal. A desconstrução da dicotomia entre “civil” e “militar”, assim como o questionamento das fronteiras entre “doméstico” e “internacional” e entre “militarismo” e “liberalismo”, também leva à desestabilização da relação binária entre “forças policiais” e “forças armadas”, uma vez que põe em xeque o imaginário político que entende a polícia como o braço estatal coercitivo em espaços civis e domésticos, em contraste às Forças Armadas, que operam em nome do poder estatal em âmbito internacional.

A complexidade da relação entre o “civil” e o “militar” se mostra de maneira particularmente curiosa quando se olha para a América Latina. Dirk Kruijt e Kees Koonings (2013, p. 91) argumentam que, no contexto latino-americano, o militarismo em seu sentido convencional – “the predominance of the military institution and its key ideological constructs in shaping national life because of real or perceived external security threats” – é muito menos visível na

trajetória histórica do continente. Ao contrário, os autores defendem que o sentido do militarismo – e, por consequência, de processos de militarização – é mais bem compreendido quando circunscrito aos conflitos políticos e sociais internos aos Estados latino-americanos. Por um lado, Kruijt e Koonings afirmam que a institucionalização das Forças Armadas na América Latina levou à profissionalização do seu envolvimento no ambiente político do Estado; sobretudo, no contexto na Guerra Fria e das ditaduras civil-militares. Por outro, os autores chamam atenção para o processo de militarização da segurança pública no contexto da “nova violência” latino-americana, a despeito das iniciativas de controle civil das Forças Armadas que se seguiram ao período de redemocratização do continente. Nesse sentido, no contexto latino-americano, falar sobre a relação entre “forças policiais” e “forças militares” é muito mais complexo do que as leituras tradicionais fazem entender, exigindo uma base conceitual crítica mais atenta às nuances do militarismo e de processos de militarização.

Dentro desse debate, também é interessante pensar as lógicas contemporâneas de militarização e a construção de representações geográficas de insegurança – discussão que emerge, especialmente, na literatura recente sobre a “guerra ao terror”. De acordo com Simon Dalby (2013), a construção de espaços geográficos de “segurança” e “insegurança” é parte crucial do processo de representação discursiva de “ameaças” que requerem o uso de violência militar, i.e., que passam por processos políticos de militarização. Nesse sentido, representações do espaço têm, por si mesmas, efeitos políticos de poder, como no caso dos “Estados fracos” ou, na literatura sobre “guerra às drogas”, dos “Estados produtores de drogas (ilícitas)”, uma vez que produzem práticas militarizadas ao mesmo tempo em que são reproduzidas por elas. Dessa forma, a representação cartográfica da (in)segurança se relaciona intimamente à militarização das periferias mundiais e, no caso da América Latina, da segurança pública e das forças policiais, por serem processos que se alimentam mutuamente.

Sendo assim, a partir de uma abordagem ampliada aos fenômenos do militarismo e da militarização, é possível destrinchar algumas dinâmicas políticas que os discursos acadêmicos tradicionais levam adiante. Em primeiro lugar, uma leitura tradicional (institucional, instrumentalista) sobre o militarismo e sobre processos de militarização restringe o imaginário político sobre a (in)segurança,

uma vez que possibilita uma leitura única sobre o lugar e o papel das forças militares – e, em última instância, do Estado – na política (inter)nacional. Ainda, deixa de problematizar as fronteiras que sustentam o pensamento moderno sobre as relações militares da (in)segurança, tornando invisíveis as dinâmicas de poder que subjazem à relação entre militarismo, militarização e política internacional – em especial, o estadocentrismo característico às narrativas sobre esses fenômenos. No entanto, resta-nos ainda discutir como um imaginário militarizado de (in)segurança também se relaciona a representações generizadas sobre o mundo social. A esse tema nos debruçaremos a seguir.

2.4

(In)segurança, guerra e gênero

Nas palavras do acadêmico estadunidense Jonathan D. Wadley (2010, p. 39), “nowhere is the silence toward gender more deafening than in the field of International Security”. Os debates sobre (in)segurança e produção de fronteiras apresentados anteriormente carecem de profundidade crítica quando não abordam também a forma como performances de gênero constituem o imaginário político sobre a política internacional. Por performatividade de gênero entendemos o processo através do qual subjetividades são performativamente constituídas pelas mesmas “expressões” que são ditas como seu resultado, formando um “sistema simbólico de significados” baseado em ideais de masculinidade(s) e feminilidade(s) (Butler, 1990; Wadley, 2010). De acordo com Wadley, em nenhuma área das Relações Internacionais a capacidade de performatividade do Estado como sujeito da política internacional se encontra mais proeminente, e mais relacionada a representações e práticas de gênero, do que no campo da segurança internacional.

Jonathan D. Wadley argumenta que performances de (in)segurança são centrais para a produção do Estado como sujeito da política internacional. Como já comentado por outros autores, através da constituição discursiva da ameaça, elas (re)produzem as fronteiras da integridade estatal, construindo o imaginário político sobre as relações internacionais baseado em oposições hierárquicas entre o “doméstico” e o “internacional”, a “ordem” e o “caos”. No entanto, Wadley

(assim como muitos outros teóricos dos estudos de gênero) chama atenção para a forma com que as performances de (in)segurança se fazem inteligíveis também através de ideais binários sobre “masculinidade(s)” e “feminilidade(s)”, de modo a se conformar a (e a performar) normas hegemônicas de gênero.

Em *Manly States: Masculinities, International Relations, and Gender Politics* (2001), a teórica feminista Charlotte Hooper se dedica a estudar as dinâmicas de poder que subjazem à construção de masculinidade(s) e feminilidade(s) na política internacional. Em primeiro lugar, a autora parte da afirmação de que as relações de gênero e, em específico, as políticas de masculinidade(s) devem ser vistas como um campo dinâmico de poder e resistência, e não como um conjunto fixo de relações de hierarquia e dominação. Embora parta da importante literatura feminista sobre dicotomias de gênero, que sustenta sua crítica à política como lugar de (re)produção de hierarquias (estáveis) entre masculinidade e feminilidade, Hooper entende as relações de gênero como um espaço de hegemonia, em que um tipo ideal de masculinidade – a “masculinidade hegemônica” – se sobrepõe à(s) feminilidade(s) da mesma forma que a masculinidades concorrentes. Como construção instáveis, “dominant masculinities [are] constantly being challenged, reconstituted, and reinvented in different sections of society, in adaptation to changing economic, political, and social circumstances” (Hooper, 2001, p. 67). De acordo com a autora, uma compreensão complexa e múltipla dos muitos tipos de masculinidades que estão em disputa favorece o movimento crítico de historicização das relações sociais e políticas de gênero – ao contrário de um entendimento estrutural sobre o binarismo entre “feminino” e “masculino” que algumas leituras feministas levam adiante.

Sendo assim, tão importante quanto analisar as relações de poder que se estabelecem entre “masculinidade(s)” e “feminilidade(s)” é entender de que maneira determinada “masculinidade hegemônica” se alimenta de “masculinidades subordinadas” para firmar sua posição de poder⁴. Em especial,

⁴ Hooper (2001) chama atenção para o desafio de evitar que a utilização dos conceitos opostos de “hegemonia” e “subordinação” reproduza a mesma lógica binária que a autora – assim como as perspectivas feministas pós-estruturais, de uma forma geral – tenta desconstruir. A autora argumenta ser possível minimizar seus efeitos a partir do entendimento de que são categorias construídas para propósitos analíticos. Para ela, ainda, vale mais a pena incorrer nesse risco do que

Hooper salienta a forma como dicotomias de gênero não promovem qualquer tipo de masculinidade, mas, no contexto ocidental, a masculinidade hegemônica dos homens brancos, heterossexuais e de classe média. A esse tipo específico de ideal de masculinidade, a que dá o nome de “masculinidade hegemônica anglo-americana”, a autora atribui tipos ideais do masculino, como o do “cidadão-guerreiro” (*citizen-warrior man*) e a do “burguês-racional” (*bourgeois-rational man*). Hooper argumenta ser a “masculinidade hegemônica” um parâmetro normativo a que os homens (como sujeitos socialmente identificados como tal) e mulheres (em determinados contextos) devem se identificar, de modo a fortalecerem suas posições de poder. Nesse quadro, “the threat of feminization is a tool with which male conformity to hegemonic ideals is policed. This threat works when subordinate masculinities are successfully feminized and then demonized” (Hooper, 2001, p. 70).

Para Jonathan D. Wadley (2010), discussões sobre o lugar do Estado moderno na política internacional passam necessariamente pela reflexão sobre performances políticas de gênero nas relações internacionais. A literatura feminista de Relações Internacionais é relativamente profícua em abordar as formas através das quais o Estado é politicamente pensado de acordo com certas características de gênero, de modo a corresponder a determinados ideais de masculinidade como “força”, “poder”, “autonomia” e “racionalidade”, em contraste a ideais de feminilidade como “fragilidade”, “dependência” e “insensatez” (Tickner, 1992; Whitworth, 1994; Detraz, 2012). Além de trabalhar, nesse debate, com a concepção de “masculinidade hegemônica”, Wadley acrescenta a essa discussão o conceito de “performatividade”, argumentando que, “by performing in accordance with a dominant model of masculinity, states can constitute (and thus, position) themselves relationally as powerful subjects” (Wadley, 2010, p. 49). Nesse quadro, ganha destaque a “performance da proteção”, cujos efeitos políticos de produção de fronteiras podem ser vistos no *fazer guerra* em âmbito internacional, através do fenômeno do militarismo e de processos de militarização.

não levar em consideração a natureza fluida, complexa e contraditória das relações de gênero, como o binarismo “masculino vs. feminino” faz acreditar.

Debates sobre o militarismo e sobre processos de militarização da política internacional ganham destaque na bibliografia feminista e de gênero sobre segurança internacional. Por um lado, a institucionalização de práticas sexistas e misóginas dentro das forças militares e a mobilização de representações de gênero pela cultura militarista são temas caros aos estudos de gênero nas Relações Internacionais e nas Ciências Sociais (Whitworth, 1994; Tickner, 2001; Detraz, 2012). Por outro lado, autoras feministas há muito têm se debruçado sobre as implicações políticas do militarismo para a vida das mulheres e também para a reprodução de determinados padrões de conduta generizados em política internacional (Enloe, 1993; Kelly, 2000). Mais recentemente, o debate tem se aprofundado sobre a construção das fronteiras de imaginação sobre a política internacional como prática cotidiana e como campo de estudos – discussão que também merece uma abordagem atenta.

A teórica feminista Cynthia Enloe (1993) entende o militarismo como um fenômeno análogo a uma ideologia, i.e., como um conjunto de ideias e valores que definem padrões de normalidade e que avançam determinadas concepções sobre o papel das Forças Armadas nas relações sociais. De acordo com a autora, entram nesse “pacote” ideológico percepções comumente aceitas sobre as Forças Armadas como instituição eficaz de resolução de conflitos; sobre a propensão à belicosidade e à inimizade inerente à natureza humana; e sobre as virtudes das estruturas hierárquicas militares, dentro ou fora da vida militar. De modo parecido, Karin Fierke (2007) entende o militarismo como uma construção social que constitui e é constituída por práticas sociais cotidianas, de modo a (re)configurar representações sobre as Forças Armadas em variados sentidos – inclusive, em termos de gênero. Como instituição, as Forças Armadas reconfiguram hierarquias de gênero em suas microrrelações e também nas relações internacionais com o objetivo de se estabelecerem como ator político por excelência do Estado moderno – sobretudo, através da valorização do(s) masculino(s) e da associação do(s) feminino(s) a categorias sociais como a vulnerabilidade, a fragilidade e a hesitação (Enloe, 1987; Fierke, 2007).

Para Sandra Whitworth (1994), discursos militaristas dependem de retóricas misóginas sobre o(s) “feminino(s)” que reafirmam hierarquias de gênero para constituírem sua posição de poder. É nesse sentido que J. Ann Tickner (2001) chama atenção para as práticas misóginas que permeiam a formação militar e que

se encarregam de depreciar tudo o que possa se relacionar ao “feminino”. De acordo com essa autora, a construção de um imaginário em torno de uma “masculinidade militar”⁵ se encarrega de atrair recrutas e de manter a autoconsciência das instituições militares, que se baseiam, segundo ela, em valores como a subserviência e a obediência para estar sempre em operação. Sobre essa questão, Whitworth (1994) e outras autoras, como Enloe (1987), argumentam que a associação entre militarismo e representações hierárquicas de gênero é também uma escolha política que envolve a ponderação sobre suas implicações cotidianas. Nesse sentido, a manipulação de representações de gênero serve, também, a interesses específicos, como a obrigação de que homens e mulheres desempenhem funções sociais diferentes em tempos de guerra e a necessidade de homogeneização do corpo militar em torno de uma identidade de gênero comum frente a diferenças de classe, etnia e status militar (Enloe, 1987; Whitworth, 1994).

Liz Kelly (2000) é uma das autoras feministas em Relações Internacionais que se dedica a investigar as implicações políticas que uma cultura militarista traz à política internacional e à vida das mulheres. Segundo Kelly, representações de gênero articuladas pelo militarismo legitimam a violência como meio de resolver conflitos e reforçam relações de poder, inclusive de gênero. Na mesma linha, Fierke (2007) destaca a forma através da qual as Forças Armadas, concebidas por uma leitura tradicional como aparato de segurança do Estado moderno, reproduzem, ao contrário, padrões de insegurança, sobretudo, em relação aos atores mais vulneráveis. Nesse quadro, uma cultura militarista impõe consequências desproporcionais sobre as mulheres, que são alvos preferenciais de deslocamentos forçados, exacerbação da violência sexual e doméstica em tempos de guerra, ondas de fome, degradação ambiental etc. (Kelly, 2000; Tickner, 2001; Fierke, 2007).

De acordo com essas leituras, o militarismo se relaciona intimamente a processos de militarização nas Relações Internacionais. Nas palavras de Enloe (2000, p. 3), a militarização é “a step-by-step process by which a person or a thing gradually comes to be controlled by the military or comes to depend for its well-

⁵ Que poderia ser entendida, aqui, como uma masculinidade hegemônica, alvo de constantes disputas e passível de transformações.

being on militaristic ideas”. Segundo a autora, a militarização é um processo cotidiano através do qual se valorizam prerrogativas militares como uma normalidade social a ser seguida e que permeia as rotinas diárias, inclusive as das mulheres. Em outras palavras, a militarização constitui um processo discursivo, intersubjetivo e cultural através do qual se escolhem politicamente reações militarizadas a problemas cotidianos. Nesse sentido, a militarização é mais que uma ideologia – como seria, para a autora, o militarismo –, envolvendo também transformações institucionais, econômicas e sociais.

No que tange à relação entre militarização e representações de gênero, J. Ann Tickner (2001) argumenta que políticas estatais de segurança nacional costumam ganhar legitimidade através do apelo a características socialmente identificadas como “masculinas”, de modo que determinados comportamentos em política externa passam a ser vistos como mais legítimos que outros. Nesse quadro, segundo a autora, atitudes agressivas e militarizadas são priorizadas em relação a escolhas por um comportamento cooperativo em política internacional, visto como “feminino”. Mark Neocleous (2014) chama atenção para os discursos pós-11/09 que enalteciam a hipermasculinização dos Estados Unidos – “the manly men are back” – ao mesmo tempo em que colocavam sua feminilização – “oh, effeminacy!” – como ameaça à segurança nacional. Para Tickner, a consequência desse movimento é que, em várias partes do mundo, processos de militarização têm se tornado uma das principais ameaças à segurança dos atores envolvidos – sobretudo, das mulheres. É nesse sentido que perspectivas feministas e de gênero têm assumido uma posição crítica frente ao militarismo e a processos de militarização: através da reflexão sobre a forma como representações de gênero influem na construção das Forças Armadas como ator das Relações Internacionais e de políticas militarizadas como seus instrumentos por excelência.

Em termos estritos, as definições propostas por leituras como as de Enloe (2000) e Fierke (2007) centralizam a reflexão crítica nas Forças Armadas como instituição que (re)produz e é constituída por representações misóginas do mundo social. No entanto, é preciso ressaltar que, em variados momentos, as autoras parecem se aproximar também de uma perspectiva mais ampliada do militarismo, dedicando-se a investigar, inclusive, de que maneira ele perpassa as relações sociais (de poder) em que as mulheres estão inseridas. Longe de serem concorrentes, essas perspectivas teóricas convergem em pontos de reflexão crítica

e trazem à luz questões comuns sobre a (re)produção de imaginários militarizados em política internacional. Ainda assim, fica de fora uma abordagem mais abrangente sobre a forma como as relações sociais são influenciadas por práticas militarizadas para além das Forças Armadas, refletindo-se em um imaginário político cujas implicações não se contêm ao suposto espaço internacional e que reproduzem, elas mesmas, algumas das fronteiras de possibilidade de se pensar o Estado e a política nas relações internacionais.

Em primeiro lugar, recuperar uma perspectiva ampliada sobre o militarismo e sobre processos de militarização permite dar visibilidade à forma como performances de gênero se relacionam ao *fazer guerra* em âmbito internacional da mesma forma que ao *policiar* em âmbito doméstico. Neocleous (2014) salienta que perspectivas feministas há muito elaboram reflexões críticas sobre as práticas de policiamento no interior dos Estados nacionais e a como se relacionam a representações de gênero, sobretudo em relação ao mito estatal de proteção. No entanto, uma leitura ampliada dá visibilidade à forma como as funções estatais militares e de polícia se coconstituem através de performances de gênero, de modo a reafirmar o lugar do Estado como sujeito soberano da política (inter)nacional.

É possível entender a performance de proteção do Estado moderno à luz da dicotomia bem conhecida da literatura feminista entre o “público” e o “privado”. Wadley (2010) salienta como as performances de (in)segurança que colocam o Estado como protetor – influenciado por ideais de uma masculinidade hegemônica anglo-americana – são as mesmas que, através de uma lógica patriarcal – ou, nas palavras de Hooper (2001), masculinista⁶ –, permitem a ele fazer a guerra *abroad* ao mesmo tempo em que espera obediência e lealdade *at home*. Nesse quadro, a posição de protegido é uma de subordinação, dependência e obediência que, em âmbito privado, espera-se das mulheres e das crianças. No entanto, também revelam um imaginário político para lidar com as questões internas do Estado, com suas contradições, seus crimes, seus desvios, suas

⁶ Charlotte Hooper (2001) prefere utilizar o termo “masculinismo” ao invés de “patriarcado” (esse último muito utilizado pela literatura e pelo movimento feminista de uma forma geral) porque o entende menos como uma estrutura espacial e temporalmente perene e mais como um conjunto de dinâmicas de poder de gênero que favorece a hegemonia de determinado(s) tipo(s) de masculinidade(s) sobre outros.

instabilidades, de modo que policiar também é performar dinâmicas patriarcais/masculinistas de poder, conformando-se a um ideal de masculinidade hegemônica baseado no controle, na dominação e na vigilância (Dalby, 1997).

Em segundo lugar, é necessário discutir de que forma a existência de uma “masculinidade hegemônica” se associa a outras dinâmicas internacionais de poder que não apenas a de gênero, refletindo hierarquias raciais e imperialistas em sua constituição. J. Ann Tickner (2001) comenta a dependência de representações hegemônicas da(s) masculinidade(s) em figuras subalternas e racializadas do masculino; no entanto, em sua maioria, as obras feministas e de gênero sobre Relações Internacionais reservam pouco ou nenhum espaço para discutir mais profundamente as relações entre masculinidades concorrentes e como elas refletem a constituição da política através da colonialidade e do imperialismo. A apropriação do conceito de “masculinidade hegemônica”, apesar de suas limitações, torna os estudos de gênero mais sensíveis à interseção entre as múltiplas hierarquias que constituem o mundo social para além da relação entre “feminilidade(s)” e “masculinidade(s)”.

Em terceiro lugar, o conceito de “performatividade”, como proposto por Judith Butler (1990) e bem explorado por Jonathan D. Wadley (2010) no campo da segurança internacional, permite a reflexão sobre como os sujeitos se constituem como tais a através das práticas comumente entendidas como seu resultado, de modo que o Estado, as Forças Armadas, as instituições policiais, os governantes, os homens e as mulheres fazem sentido na medida em que performam de acordo com as normas de continuidade e coerência existentes (Butler, 1990). Em outras palavras, são construtos sociais que, sim, gozam de materialidade, mas não em um sentido *substancialista*⁷ – como se existissem previamente como sujeitos antes de desempenharem seus papéis sociais. Os sujeitos da política (inter)nacional se constituem na medida em que performam como tal, adequando-se às práticas regulatórias de suas próprias subjetividades e que conformam, em última instância, um conjunto de relações sociais de poder.

⁷ De acordo com Wadley (2010), uma perspectiva substancialista admite que os atores possuam uma identidade anterior à interação com os outros, entendendo-os como sujeitos automotivados e previamente constituídos. De acordo com essa leitura, a interação social não muda o que os atores são, apenas atribui características variáveis. Algumas importantes obras do construtivismo reproduzem um olhar substancialista sobre identidade (estatal), com destaque para a obra de Alexander Wendt, *Social Theory of International Politics* (1999).

Nesse quadro, volta ao centro do debate o processo através do qual as performances de (in)segurança constituem os sujeitos da política (inter)nacional a partir da produção de fronteiras entre o “doméstico” e o “internacional”, a “ordem” e o “caos”, o “eu” e o “outro”, o “norte” e o “sul”, o(s) “masculino(s)” e o(s) “feminino(s)”. A constituição da ameaça – discursiva, no caso dos *discourses of danger* conceituados por David Campbell (1992), tecnológica, de acordo com a leitura mais ampla de Jef Huysmans (2006), ou performativa, conforme o arcabouço teórico proposto por Jonathan D. Wadley (2010) – delimita as fronteiras da imaginação política das relações internacionais e deposita no Estado nacional moderno as mais distintas expectativas sobre como ele deve se comportar. Uma leitura de gênero sobre as performances de (in)segurança que constituem diariamente a política internacional entende que a constituição do Estado como ator mais importante das relações internacionais também passa por representações performativas de gênero.

2.5

Conclusão

Perpassa a todas as seções do presente capítulo um tema fundamental: a construção do Estado como solução às Relações Internacionais e à política internacional. Se, como comentado na introdução, o “narcotráfico internacional” entra na agenda da disciplina e da política mundial como um problema – uma ameaça a uma ordem (inter)nacional estabelecida –, o Estado nacional moderno, como pilar de sustentação das relações internacionais como contemporaneamente imaginadas, surge como objeto ameaçado e resposta à ameaça de uma só vez. Buscamos recuperar algumas discussões teóricas e metateóricas que se dispusessem a destrinchar o lugar do Estado na política e a forma como, através de performances de (in)segurança, ele produz fronteiras no processo de construção de si mesmo. Nesse sentido, o processo de produção de *problemas* (ou *ameaças*) constitui e (re)afirma o de procura por *soluções* (ou *respostas*) e vice-versa.

Nos próximos capítulos, abordaremos os movimentos de construção – sobretudo, mas não exclusivamente, discursiva – de questões relacionadas às

“drogas ilícitas” como problema à ordem (inter)nacional; e os processos de procura por soluções para lidar com as “ameaças” identificadas. Argumentaremos que o imaginário político que define as “drogas ilícitas” como problema de âmbitos nacional e internacional é o mesmo que sustenta a “guerra às drogas (ilícitas)” como única solução (militarizada) possível, de modo que o “problema” e a “solução” não podem ser pensados separadamente (embora, para fins de organização, tenhamos dedicado um capítulo para discutir cada questão). Atuam como condição de possibilidade as performances de (in)segurança, que definem as ameaças, os objetos ameaçados e as respostas às ameaças através da produção de fronteiras entre o que é “interno” e “externo” ao Estado (e todas as dicotomias que com elas se relacionam, como a “soberania” e a “anarquia”, o “eu” e “outro”, o “norte” e o “sul”, o “desenvolvido” e o “em desenvolvimento”) e de acordo com o que é performativamente adequado em termos de gênero. Nesse quadro, a “guerra às drogas (ilícitas)” tem como implicação final a (re)produção de um imaginário político bem específico sobre as relações internacionais (e sobre as Relações Internacionais), sendo mais um modo de constituir a ordem (inter)nacional centralizada no Estado soberano.

3

Corpos, ameaças e a construção de “problemas”

O imaginário político construído em torno de substâncias psicoativas é um campo de disputas entre discursos projetados a partir de diferentes (e desiguais) posições de poder, a começar pelo que se entende como “o problema das drogas (ilícitas)”. Na cartografia dos discursos internacionais sobre drogas ilícitas, atores como a Organização das Nações Unidas (ONU) – e, em seu âmbito, o Escritório das Nações Unidas para a Droga e o Crime (UNODC) – e as agências estadunidenses de controle de drogas ilícitas – a exemplo da *Drug Enforcement Administration* (DEA), do *Office of National Drug Control Policy* (ONDCP) e da *United States Agency for International Development* (USAID) – concorrem com as vozes dissonantes da sociedade civil ocidental organizada – recentemente personificada, por exemplo, nos líderes políticos que conformam a Comissão Global sobre Política de Drogas (GCDP) – e de movimentos sociais de base – como é o caso do movimento de camponeses *cocaleros* da Bolívia. São narrativas que, formando um curioso campo de tensões, contrapõem-se e disputam diferentes entendimentos sobre o que são, o que significam, que impactos trazem à ordem internacional as chamadas “drogas ilícitas”.

Nesse quadro, procurar por uma narrativa coerente sobre a construção discursiva das substâncias consideradas, hoje, “drogas ilícitas” – e das práticas relacionadas a elas, como a produção, o comércio e o consumo – é, ao mesmo tempo, tarefa tentadora e ardilosa. Tentadora porque facilita a crítica, uma vez que torna seu objeto compreensível; ainda assim, ardilosa na medida em que esvazia o próprio exercício crítico que se deseja elaborar, ao deixar de lado as pontas soltas, as arestas não aparadas e as tensões subjacentes a ela. Dessa forma, nosso objetivo é procurar pelas dinâmicas de poder que se instalam na conformação, manutenção e reprodução de determinadas narrativas sobre “drogas ilícitas” na política internacional, sem deixar de lado – e, ao contrário, enfatizando – as contradições inerentes a elas e seus muitos pontos de incoerência.

Dito isso, optamos por começar por uma contextualização histórica dos conceitos e entendimentos sobre drogas ilícitas que constituem os discursos oficiais do Estado estadunidense sobre o tema, procurando explorar as relações de poder que lhes subjazem. Começaremos explorando a construção discursiva das drogas ilícitas (e não apenas seu consumo) a partir de terminologia médica, com ênfase no papel exercido pelo nascente saber médico no início do século XX. Em seguida, serão analisadas as narrativas estadocêntricas e territoriais construídas em torno do comércio dessas substâncias, olhando especialmente para os movimentos de naturalização de posições de poder e de hierarquização de categorias. Essa seção se dedicará a discutir de forma mais aprofundada a forma como esses entendimentos adentram o campo da segurança pública, nacional e internacional, constituindo-se discursivamente como ameaças a determinados atores e posições de poder. Permeando essas discussões, mas especialmente na última seção, analisaremos o imaginário de gênero que é avançado pelas distintas narrativas que constroem as drogas ilícitas e condutas relacionadas como um “problema” contemporâneo da sociedade estadunidense.

É importante salientar que o objetivo de se levar adiante essa divisão não é contrapor discursos que, em teoria, estariam em âmbitos distintos da política externa estadunidense sobre drogas ilícitas na América Latina – o âmbito “médico”, o âmbito “das políticas públicas de assistência”, o âmbito da “segurança nacional e internacional”. Ao contrário, pretendemos, nesse capítulo, delinear as formas através das quais discursos que se propõem diferentes se entrelaçam na conformação de determinados entendimentos totalizantes sobre as drogas ilícitas e suas ramificadas representações discursivas: o consumo, a produção, o comércio ilícito, os atores envolvidos, a violência “a ela relacionada” etc. Ademais, levando em consideração que nosso objetivo de pesquisa são as narrativas militarizadas de controle de drogas ilícitas na América Latina, entendemos que não é possível abordar as construções discursivas do narcotráfico e da produção ilícita em termos de segurança sem que se levem em consideração os discursos que se propõem fora desse processo de militarização – os discursos sobre patologias, territorialidades e ameaças econômicas –, mas que igualmente ajudam a construí-lo.

3.1

Saberes e poderes médicos: o corpo doente

“Narcotics addiction is a problem which afflicts both the body and the soul of America”

Richard Nixon, 1971

Uma maneira de entender a construção discursiva das drogas ilícitas como um “problema” é olhar para as narrativas médicas – e, juntamente, para as representações, as técnicas e as práticas medicalizadas – que, a partir do século XIX, passam a dar sentido ao imaginário sobre substâncias psicoativas nos Estados Unidos. Para tal, deve-se, em primeiro lugar, entender a consolidação da medicina e dos saberes médicos enquanto ciência legítima do Estado moderno como um processo que, também discursivo, está envolto em um “complexo contexto de disputas” políticas em torno de posições de poder (Fiore, 2002, p. 5). Mais ainda, deve-se buscar compreender as ciências médicas como (per)formativas⁸ das relações sociais, de forma que a medicina, “[...] and more precisely medical discourse, is not conferred solely to the hospitals, but rather [...] are seen in everyday life, in the pathologization and psychologization of subject, playing therefore a formative role in subjectivity” (Mountian, 2013, p. 35).

De acordo com Maurício Fiore, antropólogo estudioso da apropriação de questões relativas ao uso de drogas ilícitas pela ciência médica, o período entre o final do século XIX e o início do século XX vê emergir discursos médicos que entendem determinadas substâncias psicoativas como “portadoras de potencialidades maléficas, momento em que a própria questão das ‘drogas’ se constitui” (Fiore, 2002, p. 4). Segundo Ilana Mountian (2013), a identificação da *adição* em drogas ilícitas como uma questão médica, mais especificamente como uma doença a ser clinicamente tratada, tornou-se a principal narrativa em torno de substâncias psicoativas, estando na base dos primeiros esforços de criminalização. Esse movimento se relaciona intimamente com o processo de consolidação da medicina moderna como conhecimento científico legítimo do Estado para *tratar*

⁸ Em conformidade com Ilana Mountian (2013), que entende a medicina como discurso, técnica e prática que, através de atos performativos, constitui o ser social como ser medicalizável.

de e falar sobre o corpo e a vida de indivíduos e populações (Adiala, 1986), acompanhando a constituição da função estatal de controle e fiscalização das práticas legais e ilegais de medicina a que George Rosen (1994) chama de “Estado terapêutico”. De acordo com esse autor, através de seu estabelecimento, os saberes médicos adquiriram legitimidade exclusiva por parte dos Estados para tratar suas populações e manipular receituários e remédios, de forma que as práticas da medicina popular – inclusive a utilização de substâncias de propriedade psicoativa – foram sendo gradualmente criminalizadas pelo Estado moderno (Fiore, 2002).

No interior da ciência médica, o imaginário em torno das substâncias psicoativas e de seus usos também sofre inflexões e é objeto de disputas simbólicas. Nos séculos XVIII e XIX, era corrente a associação médica entre uso abusivo de substâncias psicoativas – o álcool e a cocaína, em específico – e degeneração física decorrente de aspectos morais, culturais e racionais do indivíduo que as consumiam (Fiore, 2002). Nos Estados Unidos, falas da época dão conta de que havia sido construída uma forte relação simbólica entre determinados grupos raciais e sociais, o uso dessas substâncias e determinados comportamentos considerados “imorais” ou “degradantes” (Campbell, 1992; Rodrigues, 2003). Sobre essa questão, Stephen R. Kandall (1999, p. 70) dá exemplos,

The Committee on the Acquirement of the Drug Habit of the American Pharmaceutical Association claimed that 'the negroes, the lower and immoral classes' were easily influenced and took more drugs because 'they give little thought to the seriousness of the habit forming' (Eberle and Gordon 1903:480). A 1907 report by the committee noted that both women and blacks were 'particularly vulnerable to cocaine' (Worth 1991:4). [...] Testimony before the House of Representatives in 1910 claimed that Southern blacks 'would just as leave rape woman as anything else and a great many of the southern rape cases have been traced to cocaine'.

Maurício Fiore (2002) identifica uma inflexão nos discursos médicos sobre substâncias psicoativas a partir do século XX, quando passa a prevalecer um entendimento sobre o consumo de substâncias psicoativas como, em suas palavras, uma “entidade nosológica específica”, i.e., como uma doença que poderia ser diagnosticada de maneira independente ao sujeito que dela padecia. Dessa maneira, abre-se caminho para a representação (do consumo) de

determinadas substâncias psicoativas como fenômeno que persiste a despeito dos indivíduos que as consomem e da relação que estabelecem com elas, de modo que passam a ser vistas menos como consequência de desvios morais e mais como causa dos mesmos. John Parascandola (1995) argumenta que, nessa mesma época, estava em disputa o próprio significado do termo *drug*, que, através de exaustiva exposição veículos de comunicação, passava a adquirir um conceito universal (englobando uma série de substâncias que antes eram tratadas separadamente, como os narcóticos) e se associava cada vez mais à patologia do “abuso”, a despeito das muitas tentativas da comunidade farmacêutica de conservar seu sentido original, menos moralizante.

A relação entre a constituição da medicina como ciência oficial do Estado moderno e a gradual medicalização do uso de (algumas) substâncias psicoativas aparece já nas primeiras convenções de criminalização do ópio. Em 1909, o governo estadunidense consegue levar adiante a Comissão do Ópio, em Xangai, reunindo delegações dos Unidos, das potências coloniais de então e do imperador chinês (Rodrigues, 2003). Nessa comissão, que William B. McAllister (2000, p. 28) descreve como “the first gathering convened to consider drugs as an international concern”, a proposta estadunidense de restrição do comércio de ópio e seus derivados para fins médicos foi acatada pelos governos europeus, embora apenas formalmente. Ainda assim, de acordo com Thiago Rodrigues (2003), a conferência inaugura um conjunto de encontros diplomáticos que, tendo como pano de fundo o ímpeto proibicionista estadunidense, criminaliza gradualmente o uso lúdico e não medicinal de outras substâncias psicoativas, como a cocaína e a maconha. Na sequência, as convenções de 1912, em Haia, e de 1925, 1931 e 1939, em Genebra, delineiam o modelo multilateral de intervenção em questões relacionadas às “drogas ilícitas” que, futuramente, seria consolidado pelas três convenções internacionais da ONU (Boiteux, 2006).

A primeira dessas convenções – a Convenção Única das Nações Unidas sobre Entorpecentes, de 1961 – caracterizava a dependência do uso de drogas ilícitas como “a serious evil for the individual and [...] fraught with social and economic danger to mankind” (ONU, 1961, p. 1). A partir da Convenção Única, a Organização Mundial de Saúde (OMS) se tornava responsável por salvaguardar e, em caso de necessidade, alterar as quatro listas de classificação legal das substâncias psicoativas contempladas por ela, consolidando a centralidade da

ciência médica nas decisões políticas sobre as “drogas ilícitas”. Nessa mesma década, a sociedade estadunidense testemunhava a emergência de discursos e práticas que tornam o consumo de “drogas ilícitas” uma questão médica de primeira importância. Insere-se, nesse quadro, o discurso do presidente estadunidense Richard Nixon (1969-1974) que, para muitos autores críticos dos estudos sobre drogas ilícitas, inaugura o imaginário bélico sobre política de drogas nos Estados Unidos. Em Mensagem Especial ao Congresso sobre Prevenção e Controle ao Abuso de Drogas, Nixon afirmava ser a adição em narcóticos “a problem which afflicts both the body and soul of America” (Nixon, 1971, sem página).

Sobre movimentos de medicalização da questão, leitura feita pelo acadêmico brasileiro Thiago Rodrigues (2007, p. 260) dá conta de que

A adoção de psicoativos entre jovens brancos soou como alarme para os defensores da erradicação do consumo dessas substâncias. Se o objetivo era banir um costume, o esforço para tal não poderia recair apenas sobre guetos. Uma visão epidemiológica tomou de assalto os círculos conservadores e o governo dos EUA, identificando que a 'contaminação' causada pelas drogas espalhava-se pelo *corpo social*. Contra a decadência física e moral era preciso antepor um dique virtuoso composto de políticas repressivas. (grifos adicionados)

É nesse contexto que, em 1971, é elaborada a segunda convenção da ONU sobre o tema, a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, que incluiu substâncias não contempladas na convenção anterior e cujo consumo que havia se alastrado pela sociedade estadunidense, como o ácido lisérgico, ou LSD (Boiteux, 2006). Vista pela opinião pública e pelos atores políticos estadunidenses como a “droga” dos movimentos de contracultura, o LSD parecia estar sendo consumido em cada vez maior escala pela classe média jovem e branca dos Estados Unidos (Rodrigues, 2007). Nesse sentido, associadas ao discurso epidemiológico sobre o consumo de drogas ilícitas também estavam preocupações políticas sobre o potencial socialmente perturbador do consumo dessas substâncias, que ameaçavam a coesão e o bem-estar do corpo social estadunidense.

Embora tenha sido Richard Nixon quem alcunhou a expressão “guerra às drogas” (que seria repetidamente empregada por atores políticos estadunidenses nos próximos quarenta anos em variados contextos), durante seu governo, grande parte dos esforços políticos e financeiros se destinou à redução da demanda

através do oferecimento de alternativas de tratamento “ao uso de drogas ilícitas”. Segundo Ted. G. Carpenter (2003), a radicalização do discurso de Nixon em direção ao imaginário da “luta contra as drogas (ilícitas)” foi incentivada pelas recentes notícias da alta incidência de dependência do uso de heroína entre os soldados que lutavam a Guerra do Vietnã. Foi nesse contexto que a administração Nixon formulou políticas de tratamento em saúde e assistência clínica à adição às substâncias narcóticas, ao mesmo tempo em que acentuou a repressão ao consumo e ao comércio de drogas ilícitas dentro dos Estados Unidos (Carpenter, 2003).

Para aprofundarmos a discussão, parece-nos crucial recuperar a reflexão crítica do acadêmico britânico Mark Neocleous (2003) sobre as formas através das quais, na modernidade, o Estado passa a ser convencionalmente imaginado a partir da ideia de *corpo social*. Determinado a entender as condições de possibilidade para a emergência de dispositivos políticos de controle social em regimes tão alegadamente antagônicos quanto o fascismo e a democracia liberal burguesa, Neocleous se dedica a investigar o processo de constituição da figura política moderna por excelência – o Estado nacional – em torno da figura humana, dotada de características antropomórficas como corpo, mente, personalidade e lar. Nessa direção, Mark Neocleous repele a ideia comum de que o uso fascista da corporalidade é uma ressuscitação de um ideário político pré-moderno, entendendo-o, ao contrário, como a radicalização da noção do *corpo social* próprio da ideologia burguesa. Para ele, é a utilização da metáfora do corpo social que historicamente permite ao Estado burguês – e a suas classes dominantes, especificamente – estabelecer os parâmetros da ordem social e constituir a imagem do “inimigo social comum”, representado como um ser patológico que contamina e adoce o corpo estatal.

De maneira parecida, Nikolas Rose (1994 *apud* Mountian, 2013) argumenta que os discursos médicos são constitutivamente sociais no sentido em que constroem a forma com que a sociedade pensa sobre si mesma. De acordo com o autor, a medicina e seus signos, técnicas e práticas dão à sociedade uma forma orgânica pensada em termos médicos, que passa a ser entendida como um “corpo social” a ser sempre medicado. Nesse contexto, a medicina não apenas se relaciona à cura, como inaugura uma “ética do viver” (Mountian, 2013, p. 75); nas palavras de Rose (1994, p. 67 *apud* Mountian, 2013), “our present is suffused with the ethic of the humanist, the ethic of the normal social person, which is

intrinsically an ethic of the *social body*” (grifos adicionados). Discursos médicos evocariam, ainda, dicotomias morais que constroem entendimentos específicos sobre o corpo e sobre o comportamento em termos do que é a “normalidade”, tais como artificial/natural, prazer/necessidade, dependência/controle, livre arbítrio/adição e verdadeiro/falso (Mountian, 2013).

Mark Neocleous (2003) argumenta que a representação imaginária do Estado também como uma “mente” pensante por conta própria aprofunda a capacidade estatal de reafirmar seu lugar de soberania e estabelecer a ordem social e a dominação sobre a sociedade civil. Inicial para essa discussão, segundo o autor, é o próprio conceito de *raison d'état*, que dá ao Estado a capacidade de ação como sujeito dotado de razões para suas próprias ações e também de interesses próprios – caracterizado, portanto, por corpo e mente. É a partir da concepção de que o Estado pode raciocinar que deriva a própria imagem do Estado inteligente (das quais as agências estatais de inteligência são em parte reflexo), personagem sem o qual se acredita ser impossível viabilizar o conhecimento, e que ao mesmo tempo busca a centralização e a totalização do conhecimento sobre o próprio corpo social sobre o qual exerce dominação.

Essas reflexões dialogam, ainda, com o trabalho do acadêmico cipriota Costas M. Constantinou (2004) sobre a categoria psicanalítica de “estados patológicos” e sua relação com a patologização de grupos sociais dentro do Estado moderno. De acordo com a concepção freudiana, um “estado patológico” é aquele que, ao penetrar no “estado normal”, domina-o completamente. Como Constantinou salienta, a imagem de um estado/Estado interior que coloca em risco um estado/Estado exterior fora usada exaustivamente na história recente da humanidade; em especial, na construção nazifascista de representações patológicas – discursivas, estéticas e materiais – sobre os judeus. Nesse sentido, a construção das categorias psicanalíticas de “estados normais” e “estados patológicos” tem duas principais implicações: em primeiro lugar, reafirma o status ontológico da normalidade como padrão a ser seguido, abstendo-se de problematizá-la⁹; e, em segundo lugar, imagina as ameaças de natureza patológica como exteriores ao estado/Estado saudável, discussão que será aprofundada na

⁹ Uma reflexão preliminar sobre essa questão pode ser encontrada no artigo “Estados alterados: reflexões sobre drogas ilícitas e representações do Estado moderno” (Souza, 2014), publicado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP).

próxima seção. Da mesma forma, a apropriação de questões relativas às drogas ilícitas pelos saberes médicos também compreende a construção de narrativas medicalizadas não apenas sobre o consumo dessas substâncias, mas sobre sua própria existência patológica em um ambiente que se propõe, sobretudo, saudável.

Além disso, é interessante pensar o movimento de reivindicação por parte da área da “saúde mental” do conhecimento científico sobre consumo de substâncias psicoativas – em especial, as ilícitas – que se inicia a partir da segunda metade do século XX (Fiore, 2002). É no contexto da consolidação histórica do saber médico como ciência oficial do Estado moderno – em que a medicina ganha a palavra final sobre a administração da vida das populações – que questões sobre o consumo de drogas ilícitas passam a ser apropriadas pelos discursos da saúde mental e, especificamente, da saúde pública. Na construção discursiva da legitimidade dessas ciências como dispositivos de controle biopolítico do Estado, despolitiza-se o debate sobre o consumo de substâncias psicoativas, sobre as muitas possibilidades de relações a serem estabelecidas entre ‘sujeito’ e ‘droga’ e, principalmente, sobre os distintos papéis de mediação exercidos pela sociedade em geral, em nome – nas palavras de Mark Neocleous (2003) – da higiene e do bem estar nacionais.

Sendo assim, os discursos patologizantes em relação ao consumo e também ao comércio de drogas ilícitas pressupõem sua não existência como a normalidade a ser permanentemente buscada. Na década de 1980, durante a gestão do presidente Ronald Reagan, emerge uma série de normativas que pressupõe o “ser livre de drogas” como o “estado normal” a ser alcançado. É nesse contexto que surgem o *Drug-Free Workplace Act*, de 1988, e o *Drug-Free Schools and Communities Act*, de 1989, precedidos pelo mais amplo *Drug-Free America Act*, também conhecido como *Anti-Drug Abuse Act*, de 1986. Na persecução dessa normalidade não questionada, forjavam-se narrativas sobre o próprio corpo social estadunidense, como deveria ser, como deveria agir, de que forma deveria pensar. Nas palavras de David Campbell (1992, p. 178),

What animates careers of social problems like drug consumption or drunk driving are moral concerns about what constitutes ‘normal’ behavior in contradistinction to ‘pathological’ behavior. In other words, the interpretation of some problems as social dangers subject to intense concern and punitive sanctions is integral to the inscription of the ethical boundaries of identity.

Essa discussão se relaciona intimamente com o controle dos “corpos patológicos” que ameaçam a sanidade – “corporal” e “psíquica” – do meio em que existem e que precisam, portanto, ser normalizados. Sobre isso, ganha centralidade o conceito de biopolítica pensado pelo filósofo francês Michel Foucault e que foi extensamente explorado ao longo do final do século XX por teóricos das Ciências Sociais e, mais recentemente, das Relações Internacionais. A biopolítica, em uma conceituação foucaultiana, compreende os discursos e as práticas através das quais o Estado se ocupa do sujeito como ser vivente – nas palavras de Giorgio Agamben (1998), quando se politiza a *vida nua* –, administrando suas possibilidades de vida e de morte (Foucault, 1999). Mais ainda, de acordo com a interpretação do acadêmico britânico Mitchell Dean (2001), a biopolítica condiciona e também é condicionada pelas formas de soberania do Estado moderno, de modo que a administração da vida se torna possível e, ao mesmo tempo, é condição de possibilidade para o poder soberano “that deploys the law and rights to limit, to offer guarantees, to make safe, and, above all, to justify the operations of biopolitical programs and disciplinary practices” (Dean, 2001, p. 51). É nesse sentido que Campbell (1992) afirma que os discursos sobre drogas ilícitas levados adiante por instituições oficiais nos Estados Unidos instituem estratégias disciplinares desenhadas para constituir o “normal” em contraste com o “patológico”, sob o signo da dicotomia entre o que é “ser saudável” e o que é “ser doente”.

No mesmo discurso de inauguração da “guerra às drogas”, Richard Nixon (1971, sem página) prossegue,

The threat of narcotics [...] is a problem which demands compassion, and not simply condemnation, for those who become the victims of narcotics and dangerous drugs. We must try to better understand the confusion and disillusion and despair that bring people, particularly young people, to the use of narcotics and dangerous drugs. (grifos adicionados)

Nesse trecho, fica claro como, em uma narrativa impessoalizada, o sujeito que faz uso de drogas ilícitas é tornado invisível como agente, uma vez que se constrói uma narrativa em que a própria substância se locomove, ameaçando a fibra da comunidade que a torna unida e saudável. Na construção de um imaginário sobre drogas ilícitas, Nixon não deixa espaço para se pensar outras formas de relação entre sujeito e substância que não envolvam aquela entre o

“agressor” e suas (passivas) “vítimas”. Mais interessante, os signos utilizados para descrever os impulsos que levam os “americanos” a estabelecerem uma relação com substâncias psicoativas ilícitas – “confusão”, “desilusão” e “desespero” – são representações marcadamente patológicas na forma com que tornam o uso de drogas ilícitas um ato *irracional* que foge da normalidade em saúde mental – a “certeza”, a “lucidez” e o “equilíbrio”. Começa-se a delinear, ainda, a contraposição entre políticas de saúde e cuidado e políticas de combate e punição – “compaixão” e “condenação” – que pretensamente se colocam em campos discursivos opostos, e que se tornarão representações corriqueiras nos discursos estadunidenses sobre drogas ilícitas, como será comentado no próximo capítulo.

Algumas leituras identificam nas administrações de Gerald Ford (1974-1977) e Jimmy Carter (1977-1981) um hiato da “guerra às drogas”, durante o qual práticas de relaxamento das políticas e legislações sobre drogas ilícitas foram levadas à frente, incluindo algumas ações de descriminalização do consumo dessas substâncias, como no caso da Califórnia dos anos 1970. Sobre isso, Ted G. Carpenter (2003, p. 15) deixa claro que discursos antidrogas continuavam a ser empregados, seja por atores políticos governamentais, seja pela mídia, destacando a ocasião em que Ford declarou ser o abuso de drogas pesadas “a clear and present threat to the health and future of our nation”. Nesse sentido, narrativas medicalizadas continuavam presentes, sobretudo no que tange às substâncias consideradas “mais nocivas”, como a heroína, em contraposição a drogas “leves” como a maconha. Ainda assim, o autor argumenta que nenhum dos dois presidentes tomou a campanha contra as drogas ilícitas como um item prioritário de seu governo, e, durante o período, a opinião pública parecia se mover em direção a uma abordagem mais tolerante em relação às drogas ilícitas.

Nesse quadro, a administração seguinte, de Ronald Reagan, daria novo fôlego ao imaginário da “guerra às drogas”, tratando-a como assunto de segurança pública e, principalmente, de segurança nacional (Fraga, 2007). Nesse mesmo contexto, os discursos medicalizados sobre drogas ilícitas se acirram, época em que Nancy Reagan, primeira-dama dos Estados Unidos, lança com apoio da Casa Branca a campanha *Just Say No*, cujo objetivo era sensibilizar, nas palavras do então presidente, “young people and their parents about the drug epidemic” (Reagan, 1982, sem página). Reagia-se, em parte, à extensa rede nacional de pais e mães conhecida, à época, como *Parents Movement* que, preocupada com o

percebido aumento da incidência do uso causal de drogas ilícitas, realizava trabalhos de *advocacy* para passar leis antidrogas cada vez mais severas junto à DEA (Carpenter, 2003). Sobre essa questão, Carpenter (2003) chama a atenção para as práticas de controle biopolítico sobre a população estadunidense que passam a operar no período, afirmando que

Mandatory random drug-testing programs have become pervasive in the United States over the past decade and a half. Yet such measures – even though they wreak havoc on the constitutional right to privacy – actually are temperate in comparison with some ideas that have been advanced. Former New York mayor Ed Koch suggested establishing massive detention centers in the rural areas of western states so that authorities would have someplace to send large numbers of drug offenders. Several states experimented with military-style “boot camps” to re-educate young drug law violators, and former federal drug czar William Bennet (among others) suggested that the federal government consider establishing similar facilities.

Nesse mesmo período, via-se a crescente mobilização de discursos médicos não apenas em relação ao uso de drogas ilícitas, ou a essas próprias substâncias, mas também ao alegado aumento dos *drug related crimes*, os crimes que, imaginava-se, decorriam do consumo ou do tráfico dessas substâncias. Em setembro de 1981, durante discurso para a Associação Internacional de Chefes de Polícia, Ronald Reagan (1981, sem página) declarou: “[c]rime is an American epidemic”. É nesse contexto que a administração Reagan leva adiante o *Anti-Drug Abuse Act*, de 1986, que aumentava o caráter punitivo das leis de drogas estadunidenses – e, conseqüentemente, o número de pessoas encarceradas – através de medidas como o aumento desproporcional das penas privativas de liberdade para traficantes de crack e o estabelecimento das penas mínimas obrigatórias abaixo das quais os juízes não poderiam determinar punições (Sabet, 2011).

No processo de aprovação do *Anti-Drug Abuse Act*, foi crucial o caso do jogador de basquete Len Bias, de 22 anos, afro-americano, morto em junho de 1986 após apresentar problemas cardíacos decorrentes de uma overdose acidental de cocaína. A morte do talentoso atleta, visto pelo público estadunidense como uma promessa da liga nacional de basquete, comoveu a sociedade e abriu caminho para que medidas mais repressivas fossem colocadas à mesa (Sabet, 2011; Zirin, 2013). Como o jornalista Dave Zirin (2013) observa, em vez de darem ênfase a políticas de tratamento em saúde e de assistência clínica – como havia sido feito

durante o governo de Richard Nixon –, as respostas governamentais se concentraram no âmbito da justiça criminal, acentuando o caráter já social e racialmente seletivo do sistema penal estadunidense.

É nesse quadro que medicalização e criminalização se encontram: a busca pela normalidade e por um corpo social são passadas também por práticas biopolíticas de controle social via sistema penal, através da criminalização de condutas patológicas. De acordo com a criminóloga venezuelana Rosa del Olmo (1990), os discursos médicos, junto aos discursos dos meios de comunicação e aos discursos morais, legitimam as narrativas sobre os usuários de determinadas substâncias psicoativas como “doentes” e “dependentes”, como aqueles que “se opõe[m] ao consenso” ou que se renderam ao “prazer proibido” (Olmo, 1990, p. 23-24). Mais ainda, quando conjugados aos discursos jurídicos que constroem o caráter supostamente criminoso do consumo dessas substâncias (e que pela criminalização são alimentados), os discursos médicos ajudam a constituir a relação simbiótica e, ao mesmo tempo, dicotômica entre medicalização e criminalização – ao mesmo tempo em que se reafirmam, também produzem as fronteiras entre o que é a conduta “doente” e o que é a conduta “criminosa”, movimento identificado pelo criminalista Salo de Carvalho (1997) sob o nome de “ideologia da diferenciação”. Nesse sentido, torna-se menos interessante identificar um momento histórico em que os movimentos de medicalização deram espaço a uma onda criminalizadora – se é que, de fato, ele existiu. Medicalização e criminalização, ao contrário, foram movimentos que se coconstituíam e faziam parte de uma mesma lógica de controle biopolítico dos sujeitos e das condutas sociais.

Dominic Corva (2008) argumenta que a “guerra às drogas” levada a cabo em âmbito doméstico no período alimentava e era alimentada pela lógica do Estado penal – *the penal state* – que havia emergido na década de 1970. De acordo com Corva, a partir de sua emergência, o sujeito da justiça criminal deixa de ser o indivíduo cujos comportamentos podem ser corrigidos – uma visão, segundo ele, “medicalizada” – para se tornar corpos cujos comportamentos anormais justificam que sejam excluídos (seja no cárcere, seja em hospital psiquiátrico) do restante da população. Nesse sentido, o discurso patológico do uso de “drogas ilícitas” como problema que a ser tratado pela ciência médica se

associa à própria medicalização de determinados sujeitos que, caracterizados como criminosos, constituíam ameaça ao corpo social estadunidense.

Paul Gootenberg (2009) chama atenção para as implicações políticas da associação entre medicalização e criminalização, que, ao construir (legal e discursivamente) a diferença entre o “lícito” e o “ilícito”, produz a necessidade por burocracias cada vez mais internacionalizadas de controle de “drogas ilícitas”. Sendo assim, além de levar adiante o controle social criminal da população estadunidense no que tange às práticas envolvidas no consumo e no comércio de drogas ilícitas, a administração Reagan se tornou conhecida – politicamente e na literatura especializada sobre política de drogas nos Estados Unidos – como aquela em que se internacionalizou a “guerra às drogas”, sobretudo, em direção à América Latina. Se levássemos em conta apenas uma leitura tradicional sobre a questão, entenderíamos os discursos, as técnicas e as práticas em torno do “combate” às drogas ilícitas dentro das fronteiras dos Estados Unidos como “an internal problem with an external dimension (or vice-versa)” (Campbell, 1992, p. 184). No entanto, nosso objetivo é precisamente pensar de que maneira a construção discursiva de “problemas” internos produz e é produzida pela identificação de suas “raízes” exteriores e, mais ainda, como ambos os movimentos, informados por um imaginário estadocêntrico próprio da modernidade, constituem as fronteiras de imaginação política sobre “guerra às drogas”. A esse tema nos debruçaremos a seguir.

3.2

Estado, soberania e fronteiras: o corpo invadido

Entender a construção discursiva das “drogas ilícitas” como um “problema” requer pensar de que maneira os fenômenos relacionados a essas substâncias – o consumo, a produção e o comércio – são percebidos como uma ameaça, e que objetos acreditam-se estar ameaçados. Pede, ainda, que se reflita criticamente sobre o próprio processo de construção (discursiva ou não) de ameaças e de (in)seguranças, sobre o imaginário político que permite que determinadas representações discursivas ganhem significado (e que também por elas se constitui) e sobre as relações de poder que operam para que esse movimento se

estabeleça. Nessa seção, argumentamos que o processo de medicalização e patologização das “drogas ilícitas” (e das práticas associadas a elas, algumas arbitrariamente) se relaciona, também, à construção de um imaginário de insegurança que as coloca como ameaça aos valores mais fundamentais do Estado estadunidense, sua capacidade de *ser nação* e, em última instância, a sua própria existência.

3.2.1

O *ser nação* estadunidense

Segundo Mark Neocleous (2003), a metáfora do *corpo social* e as representações patológicas que ela mobiliza constroem discursivamente o *inimigo social comum* como o aquele ser que, patológico, ameaça a sanidade do Estado moderno. Entende-se por “sanidade” uma categoria subjetiva que se apropria de representações médicas derivadas do poder biopolítico de categorização das vidas para classificar sujeitos de acordo com sua capacidade de ser governável, inclusive por si mesmo (Neocleous, 2003). No entanto, a busca pela “sanidade” é também ela mesma uma maneira de estabelecer – arbitrariamente – uma normalidade sobre o ser, o pensar, o agir e o estar, utilizando-se também (mas não somente) de terminologias médicas. No caso da “guerra às drogas”, as representações discursivas da metáfora médica se associam à constituição do uso “problemático” de drogas ilícitas como categoria patológica a ser diagnosticada através de parâmetros verificáveis por um saber médico que se pretende neutro e científico. Mas se relacionam, também, a um imaginário sobre o que é normal na e para a sociedade estadunidense e que, portanto, deve ser preservado da anormalidade.

Nos discursos sobre “drogas ilícitas”, a normalidade é frequentemente identificada como aquela em que a moral e os valores estadunidenses não estão ameaçados. Para Carpenter (2003), contribuiu para a inflexão na política antidrogas verificada no Ronald Reagan – em que esforços de repressão foram priorizados em detrimento de ações em saúde – o fato de muitos políticos conservadores verem o uso de drogas ilícitas como uma ofensa a um conjunto de valores da sociedade estadunidense, e não como um problema de saúde pública. Ainda assim, de maneira curiosa, a própria ameaça à moral e aos valores

estadunidenses é representada discursivamente, nesse período, como uma ameaça à saúde e à sanidade do Estado estadunidense; uma doença espiritual, se considerarmos as palavras de George P. Schultz¹⁰ (1984, p. 1), Secretário de Estado do governo Reagan entre 1982 e 1989:

Drug abuse is one of the lingering symptoms of a deeper social and cultural phenomenon: the weakening of the traditional values of family and community and religious faith that we have suffered for some time in Western Society. Our Founding Fathers created a system of government that could protect the rights and freedoms of the individual. But they deeply believed that something more was needed to protect the spiritual health of the nation. The carefully constructed edifice of a free society had to be buttressed by an enduring public and private morality. And the Founders also believed that upholding this morality was not primarily the role of government but of our educational, religious, and social institutions, our families and communities.

Na mesma década, William Bennett, czar das drogas¹¹ durante parte do governo de George H. W. Bush (1989-1993), afirmava: “the drug crisis is a crisis of authority [...]. Drugs obliterate morals, values, character, our relations with each other and our relation with God” (*apud* Campbell, 1992, p. 179). Nesse trecho, não apenas é o consumo de drogas ilícitas responsabilizado por levar à destruição da moral (religiosa) e dos valores individuais – acompanhando o movimento dentro da medicina que passa a perceber a adição como uma categoria nosológica específica, e não mais como consequência da degradação moral de determinados indivíduos –, como é ele mesmo ameaça ao caráter coletivo da sociedade estadunidense, seus valores e suas instituições. Na seção introdutória à *National Drug Control Strategy* de 1989, Bennett (The White House, 1989, p. 2) deixava mais claro,

Insofar as this crisis is the product of individual choices to take or refuse drugs, it has been - and continues to be - a crisis of national character, affecting and affected by the myriad social structures and agencies that help shape individual American lives: our families, our schools, our churches and community organizations, even our broadest messages to one another through popular culture and media.

¹⁰ Duas décadas depois, George Schultz viria a integrar a Comissão Global sobre Política de Drogas (GCDP), um grupo de personalidades políticas e da sociedade civil que pedem reformas nas políticas internacionais de controle de drogas ilícitas – entre elas, a revisão de determinados aspectos da proibição e a descriminalização do consumo de algumas dessas substâncias.

¹¹ Drug czar é um termo comumente utilizado pela mídia e pela sociedade estadunidenses para designar o diretor do *Office of National Drug Control Policy* (ONDCP).

Recuperando o trabalho do acadêmico britânico Jef Huysmans (2006), o processo de construção de (in)seguranças passa precisamente pelo enquadramento de determinado fenômeno como uma *ameaça existencial*. Nas palavras do autor, uma ameaça existencial é aquela que coloca em perigo não apenas a existência física de uma unidade política, mas sua “identidade independente” e sua “integridade funcional”; aquilo que a faz ser o que é de forma autônoma ao que lhe é externo. Forja-se, nesse sentido, a constante busca pela segurança existencial, que seria a preservação de suas características fundamentais, consideradas pré-existentes à relação com o outro. No entanto, para Huysmans, é a própria condição de insegurança que permite a reprodução da unidade de uma comunidade política; em outras palavras, a coerência da unidade e da identidade de uma comunidade política depende do próprio movimento de *torná-la insegura*. Dessa forma, o enquadramento de ameaças existenciais não é apenas questão de identificar as ameaças urgentes à identidade e à integridade de uma comunidade política, mas é também “a politically constitute act that asserts and reproduces the unity of a political community” (Huysmans, 2006, p. 49).

No caso da “guerra às drogas”, as “drogas ilícitas” e as atividades associadas a elas são discursivamente enquadradas como ameaças existenciais no sentido em que corroem o “caráter nacional” estadunidense, sua moral religiosa, seus valores e suas instituições. Nesse quadro, tornar a comunidade política estadunidense segura é eliminar o consumo de “drogas ilícitas” – entendido como categoria patológica verificável através do saber médico – e também as atividades de produção e comércio dessas substâncias, que, frequentemente, são construídas discursivamente apoiando-se em um imaginário medicalizado sobre um corpo social a ser preservado. O passo seguinte é, então, imaginar a segurança como advinda do próprio processo de reafirmação do caráter nacional e da sua capacidade de *ser nação*. Nas palavras de Ronald Reagan (1982, sem página),

What sort of nation is America? The kind that produces heroes like Enrique Camarena Salazar, Eddie Byrne, Terry McNett, and many others who gave their lives in the battle against illegal drugs. We're the kind of country that will pull together and sacrifice to rid ourselves of the menace of illegal drug use because we know that drugs are the negation of the type of country we were meant to be.

Seis anos depois, o relatório Kerry, de 1988, declarava estar a segurança dos Estados Unidos e de suas crianças ameaçada “by Latin drug conspiracies [which

are] dramatically more successful at subversion in the United States than any that are centered in Moscow” (*apud* Campbell, 1992, p. 186). De fato, David Campbell (1992), entre outros autores, chama atenção para a forma como o “problema das drogas (ilícitas)” era, já nos últimos anos da Guerra Fria, comparado e equiparado a outro grande espectro ameaçador à identidade estadunidense enquanto *nação* democrática e capitalista liberal: o comunismo. Não à toa, os signos utilizados na conformação discursiva da “guerra às drogas” se confundem ao imaginário já estabelecido da Guerra Fria, em que os Estados Unidos teriam como principais antagonistas os “subversivos”, os “insurgentes”, os “guerrilheiros” e os “terroristas” (Campbell, 1992). Nesse quadro, perpetuava-se não apenas a (re)afirmação dos valores de uma pretensa *nação estadunidense*, como a geografia política das ameaças e da insegurança, como será explorado na próxima seção.

No próximo capítulo, entraremos a fundo na discussão sobre a forma como a construção do “problema” das drogas ilícitas em termos do *ser nação* estadunidense informa o processo de militarização das “soluções” a serem pensadas e empregadas. Por enquanto, cabe deixar claro que o imaginário de (in)segurança em torno das “drogas ilícitas” é constituído, por um lado, pela representação patologizante dessas substâncias e, por outro, por sua construção como ameaça existencial ao “caráter nacional” estadunidense – que, ao contrário de significarem discursos “opostos” sobre um mesmo “problema”, reafirmam-se através de mútua constituição, chegando, em alguns momentos, a se confundirem. Em alguns trechos, as terminologias médicas e as representações de ameaça se confundem e, da mesma forma que os discursos de (in)segurança são informados pelas representações médicas, as últimas também são informadas por um imaginário de ameaça ao que representam os Estados Unidos. Nesse contexto, as narrativas em torno da “guerra às drogas” pressupõe a existência de hierarquias raciais entre o “sadio” e o “doente” e entre o “nacional” e o “estrangeiro”. Duas formas de articulação de representações raciais que tomam proeminência na construção discursiva do “problema” das drogas ilícitas são [1] a construção de um imaginário colonial sobre o uso de drogas ilícitas e [2] a construção de uma cartografia da “guerra às drogas” ou, nas palavras de Campbell (1992, p. 186), “a geography of evil”.

Ilana Mountian (2013) argumenta que o imaginário construído em torno das “drogas ilícitas” como uma ameaça à sociedade foi informado por um conjunto de representações raciais sobre o uso dessas substâncias e seus possíveis efeitos sobre os valores e instituições da nação estadunidense. À parte das representações racistas que associavam, entre outras coisas, o uso de cocaína à incidência de estupros de mulheres brancas por homens negros – que deixava claro, segundo ela, a influência do medo da miscigenação racial na sociedade estadunidense –, a autora destaca, ainda, o conceito da adição ao consumo de drogas ilícitas como “[a] colonial seduction leading inexorably to a debilitating imperial dependency and compulsion” (Zieger, 2008, p. 9). Nesse quadro, a ameaça é representada pela imagem dos corpos e das almas escravizadas da população estadunidense que, predominantemente branca, causa incômodo social.

Como afirma David Campbell (1992), a construção de um problema social – por exemplo, o do “uso de drogas ilícitas” – passa pela reiteração das fronteiras éticas da identidade, em que concepções morais sobre normalidade passam pela designação do que é socialmente “saudável” e do que é socialmente “doente”. A partir dessa construção discursiva, torna-se possível imaginar esse “problema” como ameaça à saúde do corpo social. No entanto, e ao mesmo tempo, o discurso da ameaça se relaciona à própria economia discursiva da identidade e da diferença que constitui práticas de política externa de uma forma geral, e que articulam o perigo como dotado de dimensões interior e exterior (Campbell, 1992). Dessa forma, diz o autor, a construção discursiva da ameaça é ela mesma constituinte das fronteiras entre o “doméstico” e o “internacional”. Em outras palavras, uma importante dimensão da “guerra às drogas” é imaginar o perigo às fronteiras éticas da identidade estadunidense em termos de uma ameaça às fronteiras territoriais e à soberania do Estado; dessa forma, as diferenças – sociais, étnico-raciais, de gênero – interiores ao Estado se transferem à diferença entre Estados de forma a constituir as fronteiras da própria “América” (Campbell, 1992, p. 185).

Na próxima seção, procuraremos demonstrar de que forma a construção discursiva das “drogas ilícitas” como ameaça aos valores e à moral estadunidense se conjuga a sua constituição como um “problema” externo e internacional. A partir daí, buscaremos entender os meandros que constroem os discursos estadunidenses sobre essas substâncias como ameaça ao Estado, à soberania e às fronteiras do que é *ser* os Estados Unidos.

3.2.2

A “geografia do mal”

Como argumenta Campbell (1992), o processo de construção discursiva das “drogas ilícitas” como ameaça patológica ao corpo social estadunidense vem acompanhado de narrativas que relacionam o “inimigo interno” e uma “ameaça exterior”. Nesse contexto, o imaginário político construído em torno do signo da “contaminação” – e da qual, segundo Rodrigues (2007), os círculos conservadores estadunidenses tinham medo – se centrava na ameaça vinda de fora: nas palavras de Nixon, “this deadly poison in the American life stream is, in other words, a foreign import” (Nixon, 1971, sem página). De acordo com Mark Neocleous (2003), a prática discursiva histórica de representar ameaças à saúde do corpo social como originadas de um “exterior” patológico contribui para a percepção da vulnerabilidade estatal em espaços em que o Estado, supostamente, encontra-se mais aberto ao “lado de fora”: suas fronteiras, seus mares, seus aeroportos, categorias que povoam o imaginário construído em torno das “drogas ilícitas” como lugares em que a integridade e a soberania estatais estão em ameaça constante – a ameaça do “corpo invadido”.

É nesse contexto que se encaixam os discursos oficiais que se propagam sobre as “drogas ilícitas” relacionando o uso – considerado problemático – dessas substâncias pela população estadunidense à produção ilícita e ao narcotráfico em espaços geográficos para além das fronteiras dos Estados Unidos. Ainda nos anos 1970, começava a se delinear uma narrativa dicotômica que identificava o “problema” das drogas ilícitas nos Estados Unidos como questão de duas dimensões: o consumo interno e a produção externa. Segundo Richard Nixon (1971, sem página),

America has the largest number of heroin addicts of any nation in the world. And yet, America does not grow opium – of which heroin is a derivative – nor does it manufacture heroin, which is a laboratory process carried out abroad. This deadly poison in the American life stream is, in other words, a foreign import. In the last year, heroin seizures by Federal agencies surpassed the total seized in the previous ten years. Nevertheless, it is estimated that we are stopping less than 20 percent of the drugs aimed at this Nation. *No serious attack on our national drug problem can ignore the international implications of such an effort, nor can the domestic effort succeed without attacking the problem on an international plane.* I intend to do that. (grifos adicionados)

Essa forma de dar sentido às questões relativas a determinadas substâncias psicoativas contribuía para a criação de uma cartografia política das drogas ilícitas que se propaga até os dias atuais e que tem em seu cerne a contraposição entre Estados “produtores” e “consumidores” dispostos, “geograficamente”, em lados opostos. Para Thiago Rodrigues (2007), é constituinte à construção discursiva de Estados “produtores” e “consumidores” de drogas a dualidade agressor/vítima que se estabelecia entre essas duas categorias, de modo a estigmatizar determinados atores e espaços como fonte do tráfico internacional de drogas ilícitas enquanto outros eram representados como seu alvo. A representação cartográfica do “problema” das drogas ilícitas em termos internacionais também se confunde à própria terminologia da economia política internacional, fazendo com que, no mapa da “guerra às drogas”, signos como “áreas de cultivo” e “países de trânsito” coexistam com expressões como “mercados consumidores”, “países de demanda” e “rotas de mercado”.

É nesse contexto que se constroem as imagens dos fluxos “de mão única”, em que é tornado visível apenas um tipo de relação entre esses atores – a de demanda e oferta, partida e destino (ver Figura 1). Nas palavras de Dominic Corva (2008, p. 183), “[t]he spatialization of the drug war is historically rooted in a *unidirectional geo-coding* of where in the world particular illicit substances come from, and therefore also where social disorder associated with their consumption comes from” (grifos adicionados). Ao longo dos quarenta anos de operação desses discursos, a representação cartográfica desse imaginário foi sendo cada vez mais utilizada por uma série de agências governamentais, instituições internacionais e organizações da sociedade civil, além de incorporadas pelo processo de proibição global de determinadas substâncias psicoativas levado adiante no âmbito das Nações Unidas (Corva, 2008).

Como argumenta Ted Carpenter (2003), foi a administração de Ronald Reagan que levou adiante um movimento mais intenso de associação discursiva da “guerra às drogas” a um problema de segurança nacional. Mais ainda, foi durante os anos em que Reagan esteve na presidência que o orçamento estadunidense destinado a estratégias antinarcóticos internacionais triplicou (Carpenter, 2003). Entende-se que, durante a administração Reagan, inaugurou-se uma agenda de priorização da “via da oferta”, i.e., de estratégias antidrogas de coibição da produção e do tráfico internacional de drogas ilícitas, que viam nessas

atividades o principal “problema” a ser enfrentado pelas autoridades estadunidenses. Nesse contexto, desenvolveram-se práticas de controle de drogas ilícitas a partir de três componentes principais: erradicação de cultivos ilícitos, interdição de rotas de tráfico de drogas e substituição de cultivos (Carpenter, 2003). Assim, a política externa dos Estados Unidos sobre drogas ilícitas passou a priorizar acordos bilaterais e apoio operacional e financeiro aos “Estados produtores”, notadamente os latino-americanos e, em contrapartida, oferecia capacitação institucional de caráter marcadamente militar, para que eles mesmos pudessem executar com confiabilidade as estratégias desenhadas pela política externa estadunidense (Villa & Ostos, 2005). A partir dessa lógica, floresceram alguns dos principais planos estratégicos de antidrogas executados na América Latina em cooperação bilateral com os Estados Unidos – entre eles, o Plano Colômbia (2001-2006) e a Iniciativa Mérida (2007-2011).

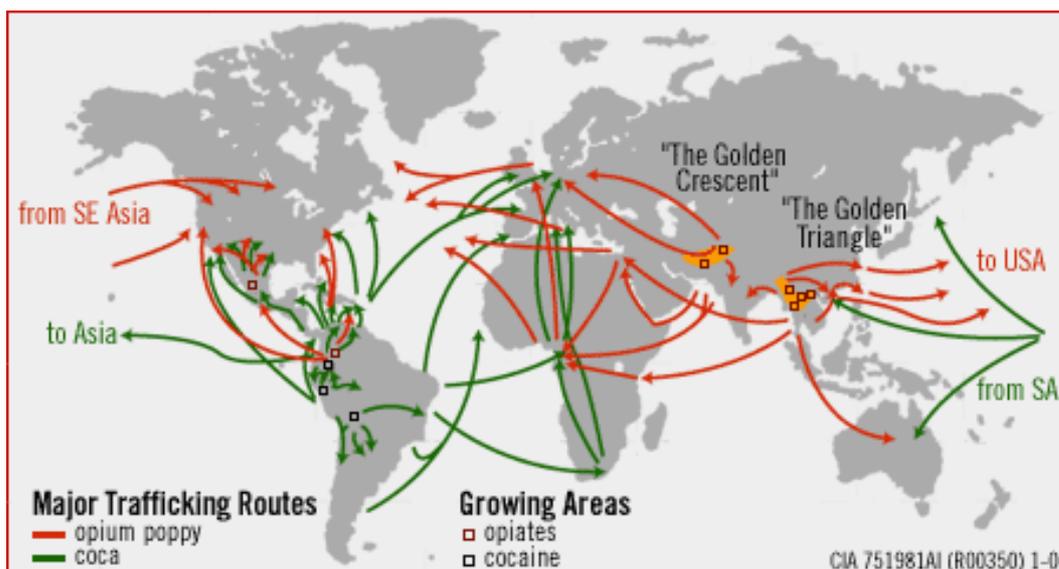


Figura 1: “Major Narco Trafficking Routes and Crop Areas”. Fonte: CIA (2000).

Os discursos e as práticas militarizadas de controle de drogas ilícitas e seus muitos pontos de contradição e tensão serão mais bem explorados no Próximo capítulo. Por ora, cabe discutir as narrativas que operaram como condição de possibilidade para que entendimentos específicos sobre o “problema” das drogas ilícitas levassem à imaginação política de determinadas “soluções” militarizadas a elas. Nesse quadro, dois parecem ser os discursos chave para entender esse processo. O primeiro é a *National Security Decision Directive* (NSSD) 221, que,

de acordo com Carpenter (2003), escalou os esforços internacionais antidrogas levados adiante até então, e que afirmava,

While the domestic effects of drugs are a serious *societal problem* for the United States and require the continued aggressive pursuit of law enforcement, health care, and demand reduction programs, the *national security threat* posed by the drug trade is particularly serious outside US borders. *Of primary concern* are those nations with a flourishing narcotics industry, where a combination of international criminal trafficking organizations, rural insurgents, and urban terrorists can undermine the stability of the local government; corrupt efforts to curb drug crop production, processing, and distribution; and *distort public perception of the narcotics issue in such a way that it becomes part of an anti-US or anti-Western debate*. While these problems are endemic to most nations plagued by narcotics, their effects are particularly insidious for the democratic states of the Western Hemisphere. (grifos adicionados)

Três anos depois, o documento da *National Drug Control Strategy* de 1989 tornava mais claro (The White House, 1989, p. 61),

The source of the most dangerous drugs threatening our nation is principally international. Few foreign threats are more costly to the US economy. *None does more damage to our national values and institutions or destroys more American lives*. While most international threats are potential, the damage and violence causes by the drug trade are actual and pervasive. *Drugs are the major threat to our national security*. (grifos adicionados)

Nesses trechos, é possível visualizar dois movimentos discursivos relacionados à exteriorização do “problema” das drogas ilícitas. Em primeiro lugar, concretiza-se, no discurso, a relação de contraposição que vinha sendo construída entre drogas ilícitas e os valores considerados “estadunidenses”, i.e., que eram discursivamente localizados como inerentes à sociedade dos Estados Unidos. Essa associação se dá, através da NSDD 221, pela própria exposição do medo de que uma retórica antiestadunidense fosse estabelecida na opinião pública dos Estados “produtores” de drogas, sem perceber o movimento contrário de operação de discursos discriminatórios e hierárquicos em relação a esses Estados em meio à opinião pública estadunidense. Em segundo lugar, torna-se visível a representação desses Estados como espaços doentes, impregnados pela praga das substâncias narcóticas¹², mas cuja enfermidade é fatal, sobretudo, para os Estados

¹² Sendo o termo “narcótico”, aqui, já tornado equivalente à expressão mais genérica das “drogas ilícitas”, embora só possam ser consideradas narcóticas substâncias derivadas do ópio e seus substitutos sintéticos.

ocidentais “consumidores”; concretizando a dicotomia entre um “interior saudável” que deve ser preservado de um “exterior doente”. Esses dois movimentos parecem estar na base da construção das “drogas ilícitas” como “problema de segurança nacional”, processo discursivo que seria levado adiante não apenas por Reagan, mas também por Bush e Clinton (Campbell, 1992).

De acordo com David Campbell (1992), o discurso internacional da “guerra às drogas” servia de base à argumentação de que a real fonte do “problema das drogas (ilícitas)” nos Estados Unidos era exterior a suas fronteiras – fruto, nas palavras do relatório Kerry de 1988, de “Latin drug conspiracies” (*apud* Campbell, 1992, p. 186), que invocavam a imagem de adversários tradicionais da identidade estadunidense como (narco)terroristas e (narco)guerrilheiros. No entanto, Campbell também insere a discussão em um panorama crítico mais aprofundado sobre o papel da (in)segurança na construção de fronteiras da identidade do Estado em relação a um exterior anárquico¹³. Em primeiro lugar, de acordo com esse autor, a construção de um “estrangeiro” é tornada possível pelas próprias práticas que constituem o “doméstico”, sendo a política externa “a specific sort of boundary-producing political performance” (Campbell, 1992, p. 62). Nesse sentido, ameaças internas constituem e são constituídas, ao mesmo tempo, pelo perigo externo. Além disso, Campbell argumenta ser a necessidade de disciplinamento da ambiguidade e da dinâmica contingente do ambiente “doméstico” uma força vital na externalização de ameaças, através do discurso do medo, do perigo e da insegurança.

Nesse sentido, as narrativas de externalização da “guerra às drogas” parecem ser elemento constituinte do processo de disciplinamento do uso de drogas ilícitas no âmbito “interior” aos Estados Unidos. As tensões étnico-raciais e socioeconômicas que marcaram a construção de discursos medicalizados e moralizadores sobre o consumo de substâncias psicoativas aparecem, uma vez mais, no processo de constituição do “problema” das drogas ilícitas em termos de uma “geografia do mal”, localizando sua responsabilidade em um ‘outro’ distante e ameaçador. No entanto, a (re)produção desse outro parece depender, também, das dinâmicas internas de construção discursiva desse problema – que, em termos

¹³ Sobre isso, cabe recuperar, também, o trabalho de Richard Ashley (1986) sobre a dualidade anarquia/soberania.

“técnicos” e pretensamente científicos, passa a ser designado como a relação naturalizada entre *oferta e demanda*.

3.3

Female troubles: problemas de gênero

Historicamente, discursos médicos e representações de gênero têm se apoiado mutuamente na construção de imaginários patológicos sobre o uso de substâncias psicoativas (lícitas e ilícitas). De acordo com Ilana Mountian (2013), o imaginário social sobre usuários de drogas pressupõe a posição de um ‘outro’ discursivamente construído como ‘vítima’ ou ‘ameaça’ que também se intersecciona a representações de gênero. Para a autora, essa interseção reproduz entendimentos sociais específicos sobre o uso de drogas por mulheres, mas também informa as narrativas políticas – segundo ela, predominantemente *male-oriented* – sobre e em torno dessas substâncias. É nesse sentido que Mountian (2013, p. 100) argumenta, “‘women’ are often portrayed and constituted as the ‘other’ in social and psychological spaces. [...] The objective of the focus on gender in to unravel the imaginary of the ‘other’ as (culturally) feminine (i.e. beyond biological determinations), as lacking, and the relationship with drug use”.

É na constituição do ‘outro’ feminino que se desvelam duas faces generizadas dos discursos sobre “drogas ilícitas” nos Estados Unidos: aqueles que problematizam o uso de drogas pelas mulheres; e os que feminizam o “problema” do uso e do usuário dessas substâncias. No que se refere ao primeiro movimento, desde o início do século XX, momento em que as narrativas médicas sobre o uso de drogas ilícitas nos Estados Unidos passam a adentrar o imaginário social popular, discursos antidrogas mobilizam representações de gênero para constituir o uso dessas substâncias como “problema social”. Já nos anos 1930, as propagandas audiovisuais sobre os “perigos” do uso de maconha e heroína centravam seu discurso na figura da mulher “usuária de drogas” e nas implicações sociais que o uso dessas substâncias por mulheres poderia trazer à sociedade (Mountian, 2013). Nessas peças, relacionava-se o consumo dessas substâncias a comportamentos moralmente degradantes e sexualmente pervertidos, sobretudo, por mulheres jovens – na Figura 2, é possível ver associação direta entre o uso de

drogas ilícitas e o desencadeamento de comportamentos promíscuos por mulheres, como a nudez pública e o ato sexual extraconjugal.

De acordo com Ilana Mountian (2013), durante o século XX, eram duas as principais representações de mulheres usuárias de drogas ilícitas nos Estados Unidos: as de vítimas e as de ameaça. Como vítimas, as mulheres eram representadas como o elo fraco da sociedade, mais vulneráveis aos efeitos das substâncias psicoativas e cujo uso trazia consequências físicas e morais irreversíveis. Nesse contexto, o uso de drogas ilícitas era entendido como o gatilho para a promiscuidade (feminina), o que constituiria, por si só, ameaça aos valores morais da época. É interessante pensar, aqui, como um discurso generizado sobre drogas ilícitas se relaciona ao já comentado processo de constituição discursiva de uma ameaça aos valores e à moral estadunidense. Quando sobrepomos ambos os discursos, fica claro que o “caráter nacional” a ser protegido das “drogas ilícitas” envolve, também, a proteção à normalidade de determinadas condutas – sociais e sexuais – femininas. Dessa forma, mulheres usuárias de drogas ilícitas eram “vítimas”, mas também “ameaça” ao corpo social do Estado, seus valores e suas condutas morais.



Figura 2: "Marihuana: The Weed with Roots in Hell", 1936. Fonte: Philadelphia Museum of Art.

Nesse sentido, colocar as mulheres na posição de vítimas prioritárias das “drogas ilícitas” significava, também, reforçar o imaginário de subordinação das mulheres (Ettorre, 1989 *apud* Mountian, 2013). Ao mesmo tempo em que se enfatizava uma única narrativa sobre mulheres usuárias de substâncias psicoativas

– a de vítimas de uma substância perversa –, reforçavam-se os dispositivos de controle social e sexual em direção a todas as mulheres, de uma forma geral, que deveriam corresponder à normalidade de seu papel social. É esse quadro de entendimentos e representações que permitem o surgimento de discursos sobre drogas ilícitas e padrões de maternidade – as “heroin mothers” dos anos 1970, ou as “crack moms” das décadas mais recentes (Campbell, N., 2000) – e sobre a relação entre o consumo substâncias e a prostituição, como mostra a Figura 3.



Figura 3: "Meth: Not Even Once". Fonte: Montana Meth Project.

No entanto, cabe destacar que, como imaginário de gênero, ele é constituído em torno de signos do feminino, e não estabelece dispositivos de poder apenas em relação às “mulheres”, mas a todos aqueles considerados desviantes em termos de gênero. É nesse sentido que nascem discursos sobre o uso de drogas ilícitas e a homossexualidade, e também sobre a ameaça de uma epidemia de HIV/AIDS. David Campbell (1992) destaca declaração de um dos “czares das drogas” durante a administração Reagan, Carlton Turner, em que ele afirmava que o uso de maconha levava à homossexualidade e que tinha como implicação direta a propagação do vírus entre a sociedade estadunidense. Sobre a mesma questão, a Dra. Cory Servas, membro da Comissão Presidencial sobre a Epidemia de AIDS afirmava, “it is patriotic to have the AIDS test and be negative” (*apud* Campbell, 1992, p. 180).

Na construção das drogas ilícitas como um problema médico, também entra em discussão o papel de discursos em saúde mental e a forma como são alimentados por representações de gênero. Mountian (2013) chama atenção para o fato de autoras feministas das áreas de psicologia e psicanálise há muito

ênfâtizarem a associaçãõ de gênero que é comumente feita entre a loucura e o feminino, em termos tão simbólicos (a feminização da loucura) quanto materiais (o sobrediagnóstico de transtornos mentais em mulheres). Um entendimento feminizado da loucura, segundo a autora, é aquele que relaciona características derivadas de um imaginário social do feminino a patologias psiquiátricas, de forma que a normalidade passa a ser associada às características de seu signo oposto, a masculinidade.

Como comentado no capítulo anterior, autoras feministas das Relações Internacionais como J. Ann Tickner (1992) há muito apontam para as implicações que a associação entre masculinidade e qualidades como força, poder, autonomia, independência e racionalidade traz para a política internacional. No que tange à “guerra às drogas”, o imaginário construído em torno das substâncias psicoativas ilícitas e seus “efeitos” sugerem uma associação a signos e representações cotidianas do feminino, em que consumi-las é sucumbir à loucura, perder a razão, abrir mão da autonomia e do controle sobre si e sobre o mundo. É nesse sentido que Mountian (2013, p. 108) afirma, “[...] discourses on drug users are often those designated to women, that is, weak, immature, infantile, spontaneous, not able to postpone pleasure, irrational, emotional and dependent”.

Sobre a patologização do corpo social e da formação de controles biopolíticos sobre ele, cabe discutir, ainda, de que maneira a dicotomia entre corpo e mente é também informada por representações de gênero. A filósofa Judith Butler (1990) destaca que a existência de tradição filosófica originária em Platão e que se estende por Descartes, Husserl e Sartre e que constrói a distinção ontológica entre corpo e alma (ou mente, ou consciência) em termos de subordinação e hierarquia. De acordo com a autora, não apenas é a associação cultural moderna da mente com a masculinidade e do corpo com a feminilidade bem documentada no campo da filosofia feminista, como é imprescindível ter essa associação em mente para evitar a reprodução acrítica de uma hierarquia de gênero.

Nesse sentido, cabe pensar de que maneira os discursos sobre “drogas ilícitas” reproduzem a dicotomia entre corpo/mente e constroem imaginários de gênero específicos em torno dela. Como já comentado, representações do *corpo social* ganham espaço no discurso estadunidense antidrogas que, medicalizado, aponta a patologia e propõe a cura. Da mesma forma, a discursos de “saúde

mental” ganham preponderância, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, para falar em nome da sanidade de uma psique coletiva. Mark Neocleous (2003), entre outros autores, olhou criticamente para manipulação de imaginários sobre corpo e mente e enfatizou as implicações políticas de utilizá-las em nome do controle de uma normalidade social. No entanto, faltou ao autor uma reflexão de gênero que busque compreender como esse imaginário é construído em termos dicotômicos em torno de masculinidades e feminilidades em disputa.

É possível pensar a metáfora do corpo social ameaçado em dois sentidos: como o corpo (feminino) que deve ser protegido; e como o corpo (feminino) que deve ser disciplinado. Por um lado, o corpo social do Estado é construído pelo pensamento moderno em torno da imagem da família e do feminino; em outras palavras, “women are typically seen as the representative of the social order, the ‘keepers’ of society’s morality, having the traditional roles of mothers and carers” (Mountian, 2013, p. 109). Nesse sentido, proteger o corpo social da ameaça das “drogas ilícitas” é proteger, sobretudo, as mulheres e crianças do uso indevido. Nas palavras célebres de Richard Nixon, “[t]he threat of narcotics [...] comes quietly into homes and destroys children” (1971, sem página). Por um lado, como diz Judith Butler (1990), a imagem do corpo, feminino, é associada à natureza e ao natural, àquilo que deve ser controlado e podado pela mente masculina, racional, iluminista. Dessa forma, o corpo social do Estado, a *nação*, deve ser, ao mesmo tempo, protegido e disciplinado, de forma que desvios morais devam ser coibidos em nome da racionalidade. Nas palavras de Ilana Mountian (2013, p. 110),

Within this symbolic position accorded to women in relation to nation, drug use configures a special threat to nation, family and women themselves, in the same way as homosexuality, prostitution and obscenity. Adding to this, within this space of moral symbolisation, in which women are expected to be in control, their space for indulgence is limited, subject to surveillance and control.

É nesse sentido que podemos pensar, ainda, como representações de gênero estão envolvidas em conceitos como “soberania”, “Estado” e “fronteiras”. Para J. Ann Tickner (1996), o “nós” coletivo que se forma através do imaginário político do Estado unitário e soberano é um que representa vozes do masculino em detrimento das vozes do feminino. De maneira parecida, R. Walker (1992, p. 191) afirma ser a soberania “a crucial reification of human identity as a particular

rendition of *rational man*” (grifos adicionados). Se, como afirma Mountian (2013), a nação é simbolizada pela terra-mãe, no campo político, o feminino é excluído e delegado ao espaço do lar, reafirmando a dicotomia entre público e privado que está no cerne do pensamento feminista da segunda onda. O Estado, nesse quadro, é o signo masculino que deve proteger as moralidades culturais representadas pelo feminino, (re)produzindo o imaginário da família heteronormativa¹⁴ que se torna crucial na formação da metáfora do Estado-nação moderno (Mountian, 2013).

No caso da “guerra às drogas”, a ameaça a ser combatida também vem de fora. Se, na década de 1970, o “problema” do uso de drogas ilícitas emerge a partir das notícias sobre os soldados estadunidenses que, lutando no Vietnã, tornaram-se usuários de heroína – cujo insumo, a papoula de ópio, é típica dos países asiáticos –, na década de 1980, a “ameaça” para a se deslocar para os “Estados produtores de drogas” – sobretudo, os latino-americanos –, que, incapazes de se autogovernarem, constituem um perigo à sociedade estadunidense. Em ambos os casos, ideais de masculinidade parecem cumprir papel fundamental: no caso da Guerra do Vietnã, materializados nos bravos soldados estadunidenses que, no nobre exercício de proteção da nação, veem-se ameaçados por uma substância exótica, estranha e sedutora; e, no caso da “guerra às drogas” na América Latina, representados por um imaginário político centrado na soberania e no Estado moderno à imagem e semelhança do homem branco ocidental.

Nas palavras de Paul Gootenberg (2009, p. 31),

With their power on the imagination, drugs invite a slew of gender and racial fascinations, notions of the domesticated and the alien, of good/bad substances, and elaborate fantasies about human loss of ‘control’ – or inversely, fantasies about the state’s possible control of the psychoactive and illicit realms. [...] States must actively mystify illicit drugs in order to fight them.

¹⁴ É importante salientar que a imagem da família heteronormativa é, em si mesma, significação de poder. Nas palavras de McClintock (1995), “[t]he family as a metaphor offered a single genesis narrative for national history while, at the same time, the family as an institution became void of history and excluded from national power” (*apud* Mountian, 2013, p. 109). Nesse sentido, o Estado é justificado como a reprodução de uma organização social natural que vem da família mas que, ainda assim contém em si mesmo relações de poder.

A relação entre representações de gênero, Estado e soberania já indica alguns dos caminhos que serão explorados no próximo capítulo, quando abordaremos os discursos que subjazem à construção das “soluções” ao “problema das drogas (ilícitas)” em termos militarizados: a *guerra*. Por enquanto, cabe frisar de que maneira a própria ameaça das drogas ilícitas é constituída por dicotomias que, em menor ou maior grau, reproduzem representações de gênero. Corpo e mente, sanidade e insanidade, lícito e ilícito, Estado e nação são signos mobilizados constantemente na construção de um imaginário patológico e de (in)segurança em relação ao uso de drogas ilícitas. Todas essas representações discursivas pressupõem, ainda, hierarquias de poder, e estão inseridas em um quadro mais amplo em que o “problema” das drogas ilícitas é informado constantemente por signos e relações de gênero. São essas algumas das condições de possibilidade para que a “guerra às drogas” emerja como única “solução” possível.

3.4

Conclusão

Nesse capítulo, apresentamos uma revisão crítica da construção discursiva das “drogas ilícitas” – e das atividades a elas relacionadas, como o consumo, a produção e o comércio – como um “problema”. Desde o início do século XX, representações médicas informam os discursos oficiais dos Estados Unidos sobre drogas ilícitas, em que a metáfora do corpo social sadio é colocada em evidência e transformada na normalidade a ser seguida. Narrativas médicas sobre “drogas ilícitas” constituem e são constituídas pelo imaginário da (in)segurança que toma preponderância no debate público a partir da segunda metade desse mesmo século e que constitui a parte mais comentada da chamada “guerra às drogas”. A ameaça das “drogas ilícitas” constitui o próprio imaginário sobre o objeto ameaçado e afirma as fronteiras da estatalidade estadunidense, seu caráter nacional e sua capacidade de ser Estado e de ser nação. No entanto, intimamente ligadas a essas narrativas estão as representações de gênero sobre o corpo estatal sadio, sobre os usuários de drogas ilícitas e sobre *problemas* e *ameaças* a serem combatidos e que

pressupõem novas relações dicotômicas de poder. Sobre a construção discursiva (inclusive em termos de gênero) das “soluções” nos debruçaremos a seguir.

4

Guerra, violência e a procura por “soluções”

Se, no capítulo anterior, buscamos uma compreensão sobre as formas através das quais representações de gênero se articulam à construção de “problemas” relacionados às drogas ilícitas, aqui, nosso objetivo é entender de que maneira um imaginário generizado sobre o político atua como condição de possibilidade para se pensar a “guerra às drogas” como única “solução” possível à ameaça construída. Baseando-nos na literatura feminista sobre militarização e militarismo nas Relações Internacionais, partimos da premissa de que o processo de militarização das políticas estadunidenses de controle de drogas ilícitas se articula discursivamente a um campo de representações políticas também informadas em termos de gênero, de modo a privilegiar determinado entendimento sobre a condução das políticas construídas em torno das “drogas ilícitas”. Nesse quadro, a militarização é entendida como fenômeno que constrói e reconstrói as relações sociais da “guerra às drogas” e através do qual distintas relações de poder são (re)afirmadas, a começar pela dicotomia entre feminino(s) e masculino(s).

No presente capítulo, buscaremos analisar mais atentamente as práticas e os discursos militarizados que se constroem em torno das “drogas ilícitas”. No entanto, faz-se necessário enfatizar que nosso objetivo não é oferecer uma narrativa histórica coerente sobre o processo de militarização da “guerra às drogas”, mas, em vez disso, apropriar-nos de discursos e práticas em operação nos quarenta anos analisados para dar força argumentativa à análise pretendida. Ainda assim, é inevitável que determinada leitura prevaleça sobre muitas outras possíveis, o que já nos deixa, de antemão, com o dever de esclarecer que a análise oferecida não é, em absoluto, exaustiva das infinitas possibilidades de interpretação dos acontecimentos históricos que rondam a “guerra às drogas” – e também tem ela efeitos sobre eles. Começaremos por apresentar uma leitura cronológica de alguns momentos em que o processo de militarização das políticas

estadunidenses de controle de drogas ilícitas se mostrou mais pronunciado, dando ênfase ao papel das administrações presidenciais e dos agentes estatais. Em seguida, analisaremos mais profundamente algumas estratégias específicas de “combate” às drogas ilícitas na América Latina – nomeadamente, a Iniciativa Andina, o Plano Colômbia e o Plano Mérida – com o objetivo de dar visibilidade aos processos de preparação para e condução do uso da violência em três importantes momentos da “guerra as drogas”. Por fim, olharemos para a forma como os processos de militarização analisados se constroem performances de gênero, com foco nas representações discursivas que são levadas adiante pela retórica militarizada do “combate ao narcotráfico”.

4.1

“Guerra às drogas” e as vidas militarizadas

Boa parte da literatura crítica sobre “guerra às drogas” identifica no governo de Richard Nixon os primeiros impulsos de militarização das políticas estadunidenses de controle de drogas ilícitas. De acordo com Paulo César Fraga (2007), durante a campanha presidencial, Richard Nixon adotou como principal bandeira política a luta contra a criminalidade e, nesse contexto, passou a priorizar a “guerra às drogas” dentro dos Estados Unidos através da associação do consumo de substâncias psicoativas ao aumento da violência urbana. Durante sua gestão, o consumo de drogas ilícitas passou a ser considerado problema de segurança pública, que demandava esforços internos de repressão criminal. É nesse contexto que é criada a DEA, em 1973, como parte dos esforços de unificação das políticas antidrogas sob o guarda-chuva de uma entidade federal.

De acordo com Ted G. Carpenter (2003), durante a administração de Richard Nixon, grande parte dos esforços antidrogas do governo federal era direcionada a ações de saúde e de assistência social – identificadas sobre o guarda-chuva generalista do “tratamento” –, e mesmo as estratégias de repressão criminal se concentravam mais em aspectos domésticos do que em medidas de interdição do tráfico internacional de drogas e de erradicação de cultivos. É nesse sentido que Carpenter afirma que, embora tenha sido Nixon quem declarou a “guerra às drogas”, a guerra foi, de fato, lutada esporadicamente durante sua

gestão. Ainda assim, de acordo com o autor, “by proclaiming that the fight against illicit drugs was the functional and moral equivalent to war, Nixon escalated the stakes” (Carpenter, 2003, p. 12).

Fica claro que, quando o autor fala de “guerra”, pensa em sua dimensão internacional, o que inclui os esforços da época de interdição do comércio de heroína em países como França e Turquia – em um momento em que chegavam relatos de adição em heroína entre os soldados estadunidenses que lutavam no Vietnã – e, em menor escala, operações contra narcotraficantes mexicanos. No entanto, ao fazer esse movimento, Carpenter deixa de considerar de que maneira a “guerra às drogas” é ela mesma constituída pelo processo de construção de um inimigo social interno nos Estados Unidos que, por sua vez, dependia igualmente de discursos medicalizados sobre o uso e o comércio de drogas ilícitas no país. Pensar dessa forma abre caminho para se entender a “guerra às drogas” em um conceito mais amplo, que inclui uma dinâmica de coconstituição entre o controle social “doméstico” e as estratégias militarizadas de interdição do narcotráfico “internacional”, bem como a própria (re)produção, a partir desse processo, da fronteira entre o “interno” e o “externo”. Nesse contexto, o discurso militarizado da “guerra às drogas” levado adiante durante a gestão de Richard Nixon se investe, por si só, de materialidade, no sentido em que é ele mesmo produtor de determinado entendimento político sobre drogas ilícitas nos Estados Unidos que influencia o que se entende pela “política externa estadunidense” sobre o assunto.

Nas palavras do então presidente (Nixon, 1972, sem página),

Let me turn now to the subject of drug abuse – America's *public enemy number one*. The period 1965 to 1969, when drugs were widely glamorized and when government was responding only feebly to this menace, brought America's narcotics problem to *the epidemic stage*. In that 4-year period alone, the number of drug addicts doubled nationwide. *To turn this situation around, I declared total war against heroin and other illicit drugs*. I personally shook up the bureaucracy and took steps to create two new Federal agencies to deal with narcotics-related crime and with addict treatment. The antidrug funding which I have requested in the current budget is 11 times as great as the 1969 level. *We are winning this war*. The raging heroin epidemic of the late 1960's has been stemmed.

Como comentado no capítulo anterior, as administrações de Gerald Ford e Jimmy Carter são descritas como um espaço de hiato no processo de militarização dos discursos antidrogas nos Estados Unidos – em parte, porque, durante essas gestões, políticas governamentais e a opinião pública pareciam convergir em

direção a políticas públicas sobre drogas ilícitas menos repressivas (Carpenter, 2003). Nessa época, vozes dissonantes denunciavam a suposta condescendência em relação ao uso de substâncias psicoativas ilícitas – sobretudo, entre as gerações mais novas – e oficiais do aparato repressivo do Estado descreviam o governo federal “as being uncommitted to fighting drugs” (Maitland, 1981, p. A1). Por esse motivo, a bibliografia sobre a “guerra às drogas” aponta a administração de Ronald Reagan como a que efetivamente coloca em operação o combate militarizado da produção e do comércio de drogas ilícitas, com foco em interdições internacionais.

Para Carpenter (2003, p. 19), “Reagan’s militancy increased the breadth and intensity of US antidrug efforts, particularly in the international arena”. O autor argumenta que, durante sua administração, o presidente e seus aliados políticos empreenderam uma inédita campanha de erradicação do tráfico de drogas pela “via da oferta”, cujo orçamento foi aumentado em três vezes entre 1980 e 1987. De acordo com ele, a operação de uma “guerra às drogas” durante o governo Reagan foi possível a partir da articulação de um discurso que construía o tráfico de drogas ilícitas como “ameaça à segurança nacional”. Como comentado no capítulo anterior, um passo crucial em direção à militarização das políticas de controle de drogas ilícitas estadunidenses foi a aprovação, em 1986, da *National Security Decision Directive* – a NSDD 221 –, que, por um lado, construía o narcotráfico como uma das principais ameaças aos Estados Unidos e, por outro, priorizava a inteligência e a atuação das Forças Armadas como “solução” de segurança. Relacionado às dinâmicas políticas internas, esse discurso integrava, segundo Carpenter, uma estratégia retórica proibicionista cada vez mais frequente de associação entre o uso dessas substâncias – qualquer tipo de uso – a uma ameaça ao bem estar e à segurança da nação, tal qual seriam as ameaças de Estados inimigos.

O processo de intensificação da militarização das políticas antidrogas estadunidenses levadas a cabo durante o governo Reagan se insere no contexto dos movimentos de redemocratização da América Latina e do desgaste do discurso anticomunista na região. Para alguns autores, como Salo de Carvalho (2001) e Paulo César Fraga (2007), o acirramento da “guerra às drogas” no contexto latino-americano se relaciona à necessidade de construção de um discurso de (in)segurança que substituísse a ameaça comunista, ao mesmo tempo

em que se apropriasse da dinâmica da Guerra Fria para promovê-lo. É nesse quadro que eles veem, por exemplo, a emergência da articulação discursiva entre o tráfico de drogas ilícitas, as guerrilhas de esquerda e o terrorismo, representada pela popularização de termos como “narcoguerrilheiros” e “narcoterroristas”. Nas palavras de Carvalho (2001, p. 144), “numa época de vazio ideológico, as drogas (re)nascem romanticamente enquanto inimigo perdido”. De acordo com essa visão, cumpriam-se dois objetivos: por um lado, a deslegitimação dos movimentos de esquerda na América Latina, associando-os ao “mal” representado pelo tráfico de drogas ilícitas; por outro lado, legitimação de uma estratégia militarizada e intervencionista para atuar na região, de forma análoga ao que já vinha sendo feito no contexto da Guerra Fria em relação ao anticomunismo.

Sobre essa mesma questão, David Campbell (1992) tem um entendimento sensivelmente diferente, uma vez que entende a relação entre os discursos estadunidenses anticomunista e antidrogas a partir da construção de uma identidade em política externa. Dessa forma, para Campbell, não necessariamente a associação entre as duas retóricas reflete um impulso utilitarista de perpetuação de determinada estratégia política (intervencionista e militarizada) para a América Latina; em vez disso, para ele, mecanismos através dos quais a política externa dos Estados Unidos se constitui como tal atuam como condições de possibilidade para que discursos e práticas de produção da (in)segurança pela diferença ganhem preponderância. Nesse sentido, os discursos estadunidenses anticomunista e antidrogas carregam em comum um imaginário político que promove a fronteira entre o controle social em âmbito interno e a guerra total em âmbito internacional, forjando, a partir desse processo, a própria “identidade estadunidense”.

Se, durante a administração de Richard Nixon, a atenção política e as práticas discursivas se voltaram, em grande parte, para o “problema” do consumo de heroína pela juventude de classe média e pelos soldados estadunidenses no Vietnã – que impulsionou, em grande medida, esforços de desarticulação do mercado ilícito dos derivados de ópio –, na década de 1980, os olhares se concentram no tráfico ilícito de cocaína na América Latina. Para explicar essa sensível inflexão na política externa estadunidense, autores como a criminologista venezuelana Rosa del Olmo (1994) dão ênfase à dimensão doméstica do “problema” de forma a argumentar que a política exterior mudara em acompanhamento a uma transformação no perfil do consumo de drogas ilícitas no

interior dos Estados Unidos. Ainda de acordo com a autora, conjugava-se a esse fator a crescente preocupação sobre o impacto econômico do comércio ilícito de cocaína no mercado estadunidense, especialmente no que tange aos crimes de sonegação e lavagem de dinheiro e à entrada dos chamados *narcodólares*. Nas palavras de Ronald J. Caffey (*apud* Olmo, 1990, p. 59), chefe da Seção de Investigação sobre a Cocaína da DEA em 1982,

As investigações do DEA indicam que uma proporção significativa dos traficantes de cocaína colombianos que operam nos Estados Unidos é constituída de imigrantes ilegais. O que distingue este grupo de gerações anteriores de imigrantes ilegais é que estes possuem enormes recursos em dinheiro e, portanto, viajam sem problemas por todo o país realizando atividades clandestinas. Em virtude desta infiltração são exportadas para os Estados Unidos outras formas de atividade criminosa e potencialmente subversiva, o que representa uma grave ameaça à nossa segurança nacional [...]. A cocaína está estabelecendo *uma nova política*. [...] O tráfico de cocaína representa um grave dano à moral e à liderança das comunidades políticas, de negócios e de justiça penal dentro dos Estados Unidos [...]. Mas, além da ameaça à Saúde Pública, o tráfico de cocaína está extraíndo dos Estados Unidos 30 bilhões de dólares anualmente. (grifos adicionados)

De acordo com Olmo (1990), associada a esse “novo discurso da droga” está a criação do estereótipo criminoso latino-americano, (re)produzido não apenas pelo discurso jurídico, mas também pelos meios de comunicação. A autora não deixa de enfatizar que a construção desse signo de representação sobre o “narcotraficante padrão” se relaciona aos conflitos domésticos dos Estados Unidos em torno da imigração ilegal em uma época em que a maior parte da população imigrante no país era colombiana. Uma representação opaca da comunidade de imigrantes colombianos ilegais – ora como força de trabalho economicamente ameaçadora, ora como *Cocaine Cowboys* responsáveis pelo narcotráfico nas esquinas – ocultava, nas palavras de Olmo (1990, p. 60), o caráter transnacional do negócio de cocaína no mundo contemporâneo, e também, no nosso entendimento, as múltiplas dimensões políticas, econômicas e sociais desse comércio ilícito, bem como suas diferentes formas de operação e fluxo. Dessa forma, ao discurso do “Estado produtor de drogas ilícitas” no plano global se associava a representação do imigrante ilegal que contribui para um cenário doméstico “problemático” – uma vez mais, conjugando o interno e o internacional ao mesmo tempo em que afirma sua diferenciação.

O discurso da “guerra às drogas” que operava durante a administração de Ronald Reagan também se associava à construção do consumo dessas substâncias como o “problema número 1 do país” (Olmo, 1990, p. 66). Não obstante ter sido o governo Reagan aquele que mais levou adiante a retórica da “via da oferta” como forma prioritária de diminuição da demanda de drogas ilícitas pela população estadunidense, ela se construía com base em um imaginário autoritário sobre o consumo doméstico, em que prevalecia o objetivo totalizante de uma *drug free America*. A guerra empreendida nos longínquos campos de cultivo ilícito de Bolívia, Colômbia e Peru se articulava, em toda sua materialidade discursiva, ao empreendimento de uma lógica de controle social interno que, ademais de perseguir os corpos estranhos dos homens negros e dos imigrantes ilegais latino-americanos, voltava-se à estratégia de vigilância e controle biopolítico sobre o corpo social estadunidense – em específico, sobre o usuário de substâncias psicoativas ilegais.

No que tange à cooperação internacional com os países latino-americanos, Rosa del Olmo (1990) e Ted G. Carpenter (2003) são alguns dos estudiosos do tema que se preocupam em investigar com mais profundidade a forma com que os governos estadunidenses fabricaram o consenso na América Latina em torno de uma estratégia antidrogas, em tese, cooperativa. De acordo com Carpenter, antes do governo Reagan, muitos países da região sequer criminalizavam o consumo e/ou o cultivo de algumas das drogas tornadas ilícitas internacionalmente. No entanto, desde o início do século XX, governos estadunidenses costuravam o consenso internacional em torno da criminalização de determinadas substâncias psicoativas, seja através de estratégias multilaterais – por exemplo, junto à ONU que, em um período de trinta anos, avança três convenções internacionais sobre o tema, e à Organização dos Estados Americanos (OEA) – ou de acordos bilaterais. Já durante a administração Nixon, inaugura-se a prática da cooperação bilateral forçada através da Operação *Intercept*¹⁵, que, longe de ser consensual, teve como

¹⁵ A Operação *Intercept* foi uma resposta à suposta falta de cooperação do governo mexicano em relação às estratégias estadunidenses antidrogas. De acordo com G. Gordon Liddy, então assistente especial do secretário do Tesouro, “when the United States and Mexico met [...] the Mexicans, using diplomatic language, of course, told us to go piss up a rope. The Nixon Administration didn’t believe in the United States’ taking crap from any foreign government. Its reply was Operation Intercept” (*apud* Carpenter, 2003, p. 13). A operação consistiu em contínuas intercepções de larga escala ao longo da fronteira entre os dois países, o que causou inéditos

objetivo pressionar as autoridades políticas mexicanas a cooperar com as estratégias estadunidenses de interdição do tráfico internacional de drogas ilícitas entre os dois países (Carpenter, 2003).

Dominic Corva (2008) é um dos estudiosos que se dedica a analisar a relação entre os esforços domésticos de criminalização do uso e do comércio de drogas ilícitas nos Estados Unidos e a estratégia de transnacionalização da “guerra às drogas” para a América Latina. De acordo com o autor, a “guerra às drogas” deve ser entendida como a expansão de uma governança punitiva *iliberal* que se localiza cada vez mais em lugares específicos – os “países produtores de drogas”, por exemplo – através de práticas concomitantes de encarceramento (no nível interno) e militarização (no nível internacional). Citando Diaz-Cotto (2005, p. 137), o autor argumenta que “whereas Latin American governments criminalize particular groups of people in their own countries, the US criminalizes entire Latin American nations while pursuing the war on drugs”. Nesse sentido, Corva parte do contexto de políticas hiperpunitivas no âmbito da justiça criminal na sociedade estadunidense para entender a militarização das políticas estadunidenses de controle de drogas ilícitas como uma forma transnacionalizada de governo do espaço global.

Em suas palavras (Corva, 2008, p. 188),

The abstract imagination of drugs as a threat to global society in 1986 was, in practice, mobilized through the specific imagination of inner-city, African Americans on crack as a threat to national society. And the globalization of illiberal narco-governance in practice, which in the US takes the form of the penal state, was largely the transnationalization of the militarized policing of the cocaine commodity chain in the Western Hemisphere (excluding Canada).

Durante o governo de Ronald Reagan, ganha espaço a estratégia da certificação que, no contexto do *Anti Drug Abuse Act* (1986), tinha como objetivo condicionar assistência econômica e militar à cooperação no combate ao tráfico internacional de drogas ilícitas. Países não certificados eram considerados coniventes com o narcotráfico em seu território e poderiam sofrer sanções

congestionamentos e transtornos para a população mexicana que era obrigada a cruzá-la diariamente. Pressionadas, as autoridades mexicanas cederam duas semanas depois de deflagrada a operação, embora, segundo Ted G. Carpenter (2003), não sem estremecer as relações políticas e diplomáticas entre México e Estados Unidos.

comerciais e, em última instância, militares, como aconteceu com o Panamá, invadido em 1989 sob a justificativa de que seu presidente, Manuel Noriega, mantinha estreitas relações com grupos envolvidos no tráfico ilícito internacional (Guzzi, 2008). De acordo com Corva (2008), a prática de certificação identificava dois tipos de Estados que seriam objeto de intervenção disciplinar – os “Estados produtores” e os “Estados de trânsito” de drogas ilícitas – e consistia, ao mesmo tempo, em um sistema de governança e de policiamento do espaço global, de modo a definir que países podem ser governados através da promoção da liberdade (uma governança liberal) e quais deveriam ser governados de outra forma (uma governança, em suas palavras, *iliberal*).

Para Rosa del Olmo (1994), o mecanismo de certificação foi essencial para que fosse incluída nas agendas de política externa dos países latino-americanos – sobretudo, da região andina – a preocupação com o comércio ilícito de cocaína, dadas suas repercussões políticas e econômicas às prioridades em política exterior da região. De acordo com o acadêmico argentino Juan Gabriel Tokatlián (2002), a “guerra às drogas” na América Latina passou a se estabelecer através de cinco frentes principais: a *criminalização* da produção de determinadas plantas psicoativas; a *militarização* do enfrentamento ao narcotráfico internacional; a *pulverização* dos cultivos ilícitos; a *interdição* das redes de comércio ilícito internacional; e os acordos de *extradição* de nacionais dos “Estados produtores de drogas ilícitas” ao território estadunidense. Uma leitura mais crítica, baseada em uma perspectiva sociológica sobre processos de militarização, abarcaria as práticas de criminalização, pulverização, interdição e extradição sob o guarda-chuva mais amplo das lógicas militarizadas de controle de drogas ilícitas na região. Ainda assim, são práticas que pressupõem dose expressiva de violência política por parte dos agentes estatais envolvidos e, em contrapartida, também pelos atores envolvidos na dinâmica militarizada da “guerra às drogas”: narcotraficantes, guerrilheiros, cultivadores ilícitos, paramilitares, grupos de autodefesa etc.

Nas palavras de John R. Thomas (*apud* Olmo, 1990, p. 65), então assistente do Escritório Internacional de Assuntos de Drogas do Departamento de Estado,

O objetivo internacional da Administração Reagan é manter em todas as áreas geográficas chave o controle sobre o cultivo e a produção de drogas ilícitas que

possam ser exportadas para os Estados Unidos. E o segundo objetivo, também internacional, é converter o controle das drogas em uma questão importante da política externa e uma prioridade diplomática entre todas as nações do mundo.

De acordo com Olmo (1990), consolidava-se, durante o governo Reagan, um *discurso político-jurídico transnacional* de modelo geopolítico que incorporava de vez os postulados da Doutrina de Segurança Nacional ao tema das drogas ilícitas. A partir dele, diz a autora, a dicotomia entre o doente/consumidor e o delinquente/traficante é gradualmente suplantada pela diferenciação entre os países “agressores” e os países “vítimas” do tráfico internacional de drogas ilícitas. Característica-chave desse discurso era, ainda, a substituição do termo “drogas” pela antiga expressão “narcóticos”, de aparência mais técnica, bem como a já comentada popularização dos signos a ela relacionados, como “narcoguerrilha” e “narcoterrorismo” (Olmo, 1990). Inaugurava-se definitivamente uma cartografia das drogas ilícitas que se pretendia pano de fundo para ações estratégicas e burocratizadas de “combate ao narcotráfico”.

Não à toa, os anos do governo de Ronald Reagan foram profícuos na criação ou recuperação de mecanismos burocráticos de combate ao tráfico de drogas ilícitas em âmbitos nacional e internacional: além da DEA, foram colocados em operação o *National Narcotics Border Interdiction System*, o *Select Committee on Narcotics Abuse and Control* e a *President's Commission on Organized Crime*. Igualmente, nesse período, foi aprovada uma série de legislações sobre drogas ilícitas ou crime organizado, como o *Comprehensive Crime Control Act*, a Emenda Gilman-Hawkins, a Emenda Mansfield, a Estratégia Nacional para a Prevenção do Uso Indevido e o Tráfico de Drogas, além dos *Anti Drug Abuse Act* de 1986. Um conjunto de operações bilaterais ou multilaterais de interdição do tráfico internacional de drogas ilícitas também foi levado adiante; entre elas, as operações *Pez Espada*, *Trampa*, *Padrino*, *Chihuahua*, *Hat Trick* e *Snowcap*, todas articuladas durante a década de 1980. Ainda, durante o governo Reagan, costuraram-se variadas iniciativas multilaterais de construção de um entendimento comum sobre o tema das drogas ilícitas na América Latina (Olmo, 1994). No âmbito da OEA, ocorre em 1986 a Conferência Interamericana Especializada no Tráfico de Drogas, onde se aprova o Programa de Ação Interamericano do Rio contra o Consumo, a Produção e o Tráfico Ilícito de Entorpecentes; e, no mesmo ano, é celebrada a reunião da Assembleia Geral da

OEA na Guatemala, onde se aprova a Declaração da Guatemala sobre a Aliança das Américas contra o Narcotráfico e se cria a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD).

Até então, optou-se por uma exposição sobre o processo de militarização das políticas de controle estadunidense de drogas ilícitas que enfocasse o papel de cada administração presidencial no avanço de um entendimento militarizado sobre a questão. Como apenas uma leitura dentre muitas possíveis, faz-se agora necessário olhar mais atentamente para determinada sequência de estratégias de controle militarizado de drogas ilícitas na América Latina que, quando olhadas em conjunto, também contam uma história sobre a “guerra às drogas” para além de uma linha do tempo dos governos presidenciais. Começaremos por analisar os discursos e as práticas da chamada Iniciativa Andina, que, ainda na década de 1980, começa a pautar as relações bilaterais entre as elites política e burocrática estadunidense e dos países latino-americanos, para depois analisarmos mais atentamente as duas estratégias mais emblemáticas de militarização no contexto da *cartografia política da droga* na América Latina: o Plano Colômbia e a Iniciativa Mérida.

4.1.1

A Iniciativa Andina

De acordo com Olmo (1994), a Iniciativa Andina¹⁶ se insere em um contexto mais amplo de promoção, por parte dos governos estadunidenses, de uma política cooperativa em matéria de tráfico de drogas ilícitas entre os Estados latino-americanos entendidos como “produtores” dessas substâncias. Nesse quadro, dois movimentos pareciam ganhar proeminência: por um lado, as iniciativas do governo de George H. W. Bush (1989-1993) de promoção da cooperação para a “guerra às drogas” através da diplomacia presidencial, com o objetivo de pactuar termos econômicos, políticos e militares entre os líderes políticos latino-americanos; e, por outro, a crescente centralização das Forças Armadas nas práticas de controle de drogas ilícitas, o que incluía sensíveis

¹⁶ Difere-se da Iniciativa Regional Andina (ARI, em sua sigla em inglês), que, implementada sob a administração George W. Bush (2001-2009), foi pensada como um projeto de expansão do Plano Colômbia. Para uma rápida, mas compreensiva leitura sobre a ARI, ver Amantangelo (2005).

modificações nas regras de seu engajamento em território latino-americano (Olmo, 1994; Carpenter, 2003). Em 1990, acontece em Cartagena, na Colômbia, a primeira *Cumbre de Presidentes*, cujos resultados foram a Declaração de Cartagena e um desenho mais específico das ações estadunidenses de assistência militar, econômica e institucional às autoridades políticas de Bolívia, Colômbia e Peru, no âmbito da Iniciativa Andina (Olmo, 1994). Poucos meses antes, a administração Bush havia aprovado nova diretiva que modificava a NSSD-221, dando preponderância à assistência militar em matéria de “combate ao narcotráfico” e autorizando maior envolvimento das forças estadunidenses antidrogas presentes em território latino-americano com as unidades locais (Carpenter, 2003). Em novembro de 1989, o Departamento de Justiça também havia emitido decisão legal em que considerava a possibilidade de forças militares estadunidenses prenderem cidadãos estrangeiros em outros países (Olmo, 1994).

Segundo Ted G. Carpenter (2003), a Iniciativa Andina fazia parte de um conjunto mais amplo de tentativas da administração Bush de militarizar a campanha antidrogas pela “via da oferta”. Para o autor, a estratégia, agora, seria a de escalar a “guerra às drogas” a partir do provimento de assistência militar a Bolívia, Colômbia e Peru. Inicialmente, a iniciativa alocou de imediato 260 milhões de dólares na assistência militar e policial aos países andinos, e seu orçamento total chegou a alcançar os dois bilhões de dólares para um período de cinco anos (Olmo, 1994; Carpenter, 2003). As prioridades da operação eram a cooperação militar entre as Forças Armadas dos Estados envolvidos, por um lado, e a cooperação institucional entre agências antinarcóticos estadunidenses e suas semelhantes nos países andinos, por outro, condicionadas à boa avaliação, por parte dos agentes estatais estadunidenses, dos esforços antidrogas dos países assistidos (Perl, 1992).

De acordo com Raphael F. Perl (1992), a Iniciativa Andina envolvia quatro objetivos de curto prazo: [1] o fortalecimento das condições político-econômicas e das capacidades institucionais dos países andinos; [2] a assistência ao aprimoramento da eficiência das Forças Armadas e das instituições policiais e jurídicas desses países; [3] a interdição das quadrilhas envolvidas com o tráfico de drogas, dos locais de produção e das redes de armazenamento e distribuição; e [4] o fortalecimento e diversificação da economia lícita dos países andinos. Segundo Olmo (1994), a partir da Iniciativa Andina dava-se prioridade a operações

secretas, que dificultavam o acesso, por parte da sociedade civil, às decisões em política externa sobre o tráfico internacional de drogas ilícitas. Ainda assim, o crescente envolvimento das Forças Armadas na “guerra às drogas” era apoiado consideravelmente pela classe política no poder, pelo Congresso Nacional e, também, pela opinião pública estadunidense, como indicavam as pesquisas de opinião do período (Carpenter, 2003).

Nas palavras de Perl (1992, p. 14),

President Bush’s strategy focuses on ‘high value’ traffickers, operations and shipments; calls for improved drug intelligence support; seeks an improved command, control and communications system for anti-drug operations; and calls for increased funding of US Department of Defense anti-drug operations, primarily to interdict the flow of drugs across the US southern border.

No contexto do fim da Guerra Fria, a cooperação para o “combate” às redes de narcotráfico tornava-se um dos principais pontos da agenda estadunidense de política externa para a América Latina (Herz, 2002). De acordo com a autora, junto à promoção de reformas neoliberais no hemisfério, o governo estadunidense passa a se concentrar no combate ao comércio ilícito de substâncias psicoativas como um de seus principais objetivos estratégicos. Nesse quadro, o conflito interno colombiano começa a figurar como um dos pontos focais da política de segurança estadunidense para a região, ao abarcar uma série de elementos que já eram identificados como ameaças: a criminalidade transnacional, a presença de grupos insurgentes de esquerda, o fenômeno do “Estado falido” e a ausência de implementação da lei e da ordem. Em uma leitura mais reflexiva, Herz (2002, p. 89) entende que, no cerne do movimento de expansão da agenda de segurança estadunidense para a América Latina no pós-Guerra Fria estava a ideia de que a incerteza desse período é um grande guarda-chuva de insegurança – “um mundo imprevisível e cheio de ameaças”. Carpenter (2003), por sua vez, enfatiza a política burocrática como um dos fatores a influenciar a intensificação da militarização das políticas estadunidenses de controle de drogas ilícitas para a América Latina nesse período. No contexto do colapso do adversário soviético, o Pentágono e as demais agências de segurança estadunidenses se viam esvaziadas não apenas de pessoal e de financiamento, mas também de prestígio e poder. Segundo o autor, a “guerra às drogas” figurava, nesse quadro, como uma

“plausible alternative mission”, capaz de preencher a lacuna deixada pela União Soviética como “necessary enemy” (Carpenter, 2003, p. 44).

Ainda de acordo com esse autor, os esforços de cooperação bilateral do período em matéria de drogas ilícitas eram flagrantemente marcados pela pressão que o governo estadunidense exercia sobre as elites políticas latino-americanas para que “requeressem” assistência militar. Relacionavam-se a isso, segundo Carpenter, os interesses institucionais das Forças Armadas desses países que, por seu lado, também exerciam pressão em direção à militarização das políticas domésticas de controle de drogas ilícitas. De acordo com Olmo (1994), de uma estratégia andina, a Iniciativa Andina se tornaria, mais tarde, parte de um plano regionalizado de controle de drogas ilícitas, especialmente quando as iniciativas de cooperação bilateral fossem temporariamente esvaziadas pelo Congresso estadunidense e substituídas, em parte, pela atuação multilateral da CICAD, no âmbito da OEA. O tráfico de drogas ilícitas entra, portanto, de maneira definitiva na agenda de política externa da América Latina, (re)produzido como um “problema” de segurança regional.

4.1.2

O Plano Colômbia

De acordo com Carpenter (2003), a administração de Bill Clinton (1993-2000) pareceu dar prioridade a uma abordagem militarizada ao narcotráfico mais discreta quando comparada à midiática Iniciativa Andina. Nesse quadro, o Plano Colômbia foi exceção – e um ponto de continuidade em relação à gestão anterior –, concretizado no final do mandato de Clinton e levado adiante em um contexto de crescente pressão para que o governo recuperasse o fôlego do combate ao narcotráfico. Em 1993, A. M. Rosenthal, colunista do *New York Times* e conhecido entusiasta da “guerra às drogas” avisava que “the concept of a war against drugs is in danger of being dismantled and the result will be creeping legalization” (Rosenthal, 1993, sem página). De fato, no início de seu mandato, oficiais ligados ao governo haviam reconhecido que uma estratégia militarizada de controle de drogas ilícitas era infrutífera (Carpenter, 2003). No entanto, como argumenta Carpenter, a administração Clinton não deixou de perseguir, nos anos seguintes, duas das principais estratégias que tornavam a “guerra às drogas” o que

ela era até então: a “via da oferta” e a militarização. Nesse sentido, de acordo com esse autor, em vez de uma desmilitarização das políticas internacionais de controle de drogas ilícitas, o que ocorreu durante a administração Clinton foi a priorização de uma abordagem mais indireta, que enfatizava o apoio logístico e de treinamento para as forças de segurança na América Latina.

Ainda assim, os discursos construídos em torno do Plano Colômbia se preocupavam em enfatizar o caráter supostamente não militar dessa estratégia. Na véspera de viagem decisiva que Bill Clinton faria à Colômbia, o então presidente gravou um vídeo dirigido à população colombiana em que declarava apoio ao Plano Colômbia e procurava esclarecer as circunstâncias do envolvimento do governo estadunidense. Depois de algumas palavras de exaltação ao povo colombiano e de ênfase às boas relações entre os dois países, Clinton (2000, sem página) prosseguiu,

Let me be clear about the role of the United States. First, it is not for us to propose a plan. We are supporting the Colombian plan. *You are leading; we are providing assistance as a friend and a neighbor.* Second, this is a plan about making life better for people. Our assistance includes a tenfold increase in our support for economic development, good governance, judicial reform, and human rights. [...] Of course, Plan Colombia will also bolster our common efforts to fight drugs and the traffickers who terrorize both our countries. But please do not misunderstand our purpose. *We have no military objective. We do not believe your conflict has a military solution.* We support the peace process. Our approach is both propeace and antidrug. (grifos adicionados)

Pensado como uma espécie de “Plano Marshall” latino-americano, o Plano Colômbia foi uma pauta do então presidente colombiano Andrés Pastrana (1998-2002) e se dedicava a abordar mais quatro pontos estratégicos além da propriamente dita “luta contra o narcotráfico”: [1] o processo de paz colombiano; [2] a recuperação da economia colombiana; [3] o desenvolvimento social e democrático; e [4] a reforma dos sistemas de justiça e de proteção aos direitos humanos (Rivillas, 2002). Como um programa de desenvolvimento econômico que preconizava a promoção de alternativas ao cultivo ilícito, o plano previa o financiamento a partir dos governos estadunidense e colombiano, mas também de investimentos europeus, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Carpenter, 2003). No entanto, ao contrário do que afirmava Bill Clinton em seu discurso, distintos autores convergem na avaliação de que, na prática, o Plano Colômbia priorizou investimentos nas forças de segurança

colombianas – chegando a responder, de acordo com Borja Días Rivillas (2002), a 78% de seus recursos totais –, através do repasse de equipamentos, na promoção de treinamentos e no financiamento a esforços de erradicação de cultivos ilícitos, dentro de um processo mais amplo de militarização dos esforços de controle de drogas ilícitas (Tokatlián, 2002; Carpenter, 2003).

A postura da administração Clinton de negação do viés militarizado do plano se relaciona, também, à resistência interna ao governo em eliminar a diferenciação entre o combate ao narcotráfico e o combate aos grupos insurgentes colombianos. De acordo com Carpenter (2003), ainda durante a gestão de Clinton, atores políticos estadunidenses recebiam o envolvimento das forças militares no conflito colombiano e procuravam restringir sua atuação às estratégias antidrogas, a despeito das críticas ao plano que salientavam a impossibilidade de levar adiante, na prática, essa separação. Com a transição para o governo de George W. Bush (2001-2008), discursos em favor de uma conjunção entre estratégias de “combate às drogas” e de contrainsurgência ganham força, sobretudo nos meses seguintes aos ataques de 11/09 – “[w]e cannot continue to make a false distinction between counterinsurgency and counternarcotics efforts. [...] The narcotraffickers and guerillas compose one dangerous network”, disse Robert Zoellick, então assessor em política externa do governo Bush (*apud* Carpenter, 2003, p. 62). Nesse mesmo período, um estudo da RAND Corporation, um centro não governamental de produção de pesquisas que contribuem para a tomada de decisões políticas (inclusive em política externa), afirmava ser a diferenciação entre as estratégias antidrogas e de contrainsurgência um erro de análise sobre o contexto colombiano, uma vez que no cerne do “problema” da produção de drogas ilícitas estaria a falta de controle do governo colombiano sobre seu território e sua população – agravada, sobretudo, pelas guerrilhas.

Nas palavras do então presidente colombiano Andrés Pastrana, “there [was] a common enemy: the drug trade or narcoterrorism, which is the greatest financier of violence in Colombia and the world” (*apud* Carpenter, 2003, p. 64). Nesse período, popularizava-se entre os atores políticos colombianos a *tese da ação racional*, que argumentava que os “narcoguerrilheiros” haviam abandonado as motivações políticas ou ideológicas de suas lutas em direção a objetivos puramente econômicos (Universidad del Rosario, 2006). No contexto da transição do governo de Andrés Pastrana ao de Álvaro Uribe (2002-2010), o Plano

Colômbia se insere na conjuntura da Política de Segurança Democrática (PSD), plano de defesa elaborado pelo governo uribista que associava, definitivamente, as práticas de guerrilha ao terrorismo internacional. Nas palavras de Diogo Dario (2010, p. 608),

Uma das características centrais da PSD é afirmar, em contraste com as leituras dos governos anteriores, que o que caracteriza o espaço colombiano é a existência de uma ameaça militar, não um conflito armado; e que tal ameaça militar se caracteriza fundamentalmente pelo uso do terrorismo como técnica de combate. Diante do diagnóstico dessa ameaça como a prioridade maior de segurança nacional do país, o governo Uribe produz seu programa alinhado com a proposta norte-americana de uma guerra global contra o terrorismo. Essa posição de alinhamento sugere que a nova postura ofensiva do governo Uribe extrai sua legitimidade dessa adesão à nova postura dos norte-americanos.

É nesse contexto que, em 2002, a administração Bush pede ao Congresso estadunidense que remova as restrições à assistência militar dada ao governo colombiano (Carpenter, 2003). Inseridos no mapa da *global war on terror*, o continente americano e, em especial, o conflito colombiano passam a ser vistos como uma importante frente dos esforços de contraterrorismo estadunidenses. No que tange às já em curso negociações de paz do conflito colombiano, estudo da Universidad del Rosario (2006) entende a associação discursiva entre tráfico de drogas ilícitas, grupos guerrilheiros insurgentes e táticas terroristas como uma possível ferramenta de dissuasão a ser utilizada pelo governo colombiano em relação às guerrilhas, que, caso não aceitassem a desmobilização, seriam associados aos narcotraficantes e aos terroristas. No entanto, autores como Carpenter (2003) sugerem que, ao mesmo tempo, a própria construção de um imaginário que correlaciona narcotráfico, terrorismo e guerrilhas de esquerda acabou por produzir um obstáculo às conversas de paz, uma vez que se destituía o adversário de aura política para torná-lo um *criminoso*. Nesse quadro, a associação discursiva entre tráfico de drogas ilícitas, grupos guerrilheiros insurgentes e táticas terroristas – materializada na popularização do sufixo *narco* – tinham duas implicações políticas principais: por um lado, a desmoralização dos movimentos de esquerda na América Latina, ao despolitizá-los; e, por outro, a legitimação das estratégias de militarização do enfrentamento dos atores classificados como “narcoguerrilheiros” e, ou, “narcoterroristas”, vistas não como um produto de processos políticos (de decisão, de representação, de práticas

cotidianas), mas como a única “solução possível” de enfrentamento a uma – nas palavras de Jef Huysmans (2006) – *ameaça existencial*.

4.1.3

A Iniciativa Mérida

Entende-se por Iniciativa Mérida o plano de cooperação bilateral entre os governos mexicano, estadunidense e de determinados países da América Central em torno do “combate” ao narcotráfico e ao crime organizado internacional. Seu primeiro ciclo, que abrangia os anos fiscais de 2008 a 2010, previa o investimento de 1,4 bilhões de dólares no repasse de equipamentos e na promoção de treinamento às forças militares e policiais dos países envolvidos com o objetivo declarado de reduzir “the drug trafficking problem, cartel influence, and associated violence and corruption, while restoring order [...] through implementation of the initiative” (Abu-Hamdeh, 2011, p. 38). Entendida no contexto da escalada da violência em território mexicano, a Iniciativa Mérida parecia transpor o tema da segurança nacional mexicana à agenda das relações bilaterais entre os governos estadunidense e mexicano, de forma parecida – de acordo com seus críticos – ao que havia sido feito durante a operação do Plano Colômbia (Bernardi, 2010).

De acordo com Bruno Bernardi (2010), a Iniciativa Mérida se insere no debate internacional sobre responsabilidade compartilhada no “combate ao narcotráfico”. Segundo o autor, o plano é pensado pelas autoridades políticas mexicanas como uma forma de fazer com que o governo estadunidense reconhecesse sua corresponsabilidade no que tange ao “problema” do narcotráfico através da abordagem à demanda de sua população por substâncias psicoativas ilícitas, ao tráfico de armas estadunidenses para o território mexicano e às práticas de lavagem de dinheiro por empresas dos Estados Unidos. Nesse sentido, a Iniciativa Mérida parece ser uma resposta burocrática a um contexto de disputas no campo discursivo sobre as apropriadas “soluções” ao tráfico internacional de drogas ilícitas.

De acordo com Thiago Rodrigues (2012), o conceito de “responsabilidade compartilhada” tem origem em um compromisso multilateral estabelecido em 1994, durante a Cúpula das Américas, de enfrentamento coletivo ao narcotráfico

internacional a partir do entendimento de que ele constituía uma ameaça à comunidade política como um todo. Como pauta do governo estadunidense já na *Cumbre de Presidentes* de Cartagena, a responsabilidade compartilhada também se via refletida na Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988, que havia costurado internacionalmente o consenso político em torno de uma definição mais abrangente do “problema das drogas ilícitas” que abarcasse o crime organizado transnacional (Rodrigues, 2012). No entanto, Pauline Metaal (2005) salienta que o conceito de responsabilidade compartilhada, como apropriado por determinados atores políticos latino-americanos, também continha em si potencial de questionamento das relações de poder que sustentavam – e eram (re)produzidas – pelo imaginário político construído internacionalmente em torno da “guerra às drogas”. De acordo com a autora, em 1993, uma visão primária em torno dessa abordagem aparece em carta enviada pelo governo mexicano ao Secretário-Geral das Nações Unidas, apresentando algumas das insatisfações de determinados Estados latino-americanos com as práticas difundidas pela “comunidade internacional” de combate ao narcotráfico. No documento, os autores salientavam um “desequilíbrio inerente” às políticas internacionais de controle de drogas ilícitas, que, nos termos da carta, “designava culpas” através de “imposições hegemônicas” e no contexto de “esquemas geográficos maniqueístas” (ONU, 1993 *apud* Metaal, 2005, p. 250).

Nas palavras da autora (Metaal, 2005, p. 247),

Un desequilibrio inherente al sistema internacional de control de drogas ha sido sin duda, durante décadas, motivo de frustración para los países latinoamericanos, particularmente aquellos productores de drogas. La tradicional división entre la oferta y la demanda es una expresión de la inequidad en las relaciones de poder político entre el Norte y El Sur bajo la cual se negociaron las convenciones de drogas de la Organización de Naciones Unidas (ONU).

Metaal salienta que, na mesma carta, estava presente também o questionamento ao status legal de determinadas substâncias psicoativas então consideradas ilícitas, mas que obteve pouca repercussão política – e nenhuma implicação prática, segundo ela. Nesse sentido, o principal argumento constituinte ao conceito de “responsabilidade compartilhada” permanecia o de que uma “solução” mais efetiva ao “problema das drogas ilícitas” seria a distribuição justa

de responsabilidades que priorizassem, concomitantemente, a *oferta de* e a *demanda por* essas substâncias. Apropriava-se, então, do discurso técnico-economicista que construía a fronteira entre Estados “produtores” e “consumidores” de drogas ilícitas de modo a questionar a própria relação agressor/vítima que ele anteriormente estabelecia (Picón, 2006).

Na transição do governo de Bush ao de Barack Obama (2009-Presente), a Iniciativa Mérida ganha continuidade, embora seu foco mude do apoio predominantemente militar e de natureza técnica para a estratégia de *institutional building*, i.e., o fortalecimento das instituições civis e do Estado de Direito (Bernardi, 2010; Rosa, 2013). Não obstante, embora se possa argumentar que há, durante a administração de Obama, uma tendência à desmilitarização da iniciativa, um olhar para o contexto político em que a “guerra às drogas” é operada em território mexicano sugere ser a relação entre militarização e controle de drogas ilícitas ainda mais profunda. Recentemente, florescem no debate acadêmico sobre “guerra às drogas” na América Latina – e, em específico, no contexto das relações entre os governos estadunidense e mexicano – leituras sobre os processos de militarização da segurança pública, sobretudo, em países onde prolifera a associação discursiva entre drogas ilícitas e violência, como é o caso de Brasil e México (Rodrigues, 2012).

De acordo com Marcos Moloeznik e María Eugenia Suárez de Garay (2012), as forças militares mexicanas têm se orientado historicamente em direção ao enfrentamento de ameaças e problemas de natureza “doméstica”, especialmente quando cresce a percepção de decomposição das instituições de segurança pública e de justiça penal. Moloeznik & Suárez de Garay argumentam que as Forças Armadas ganham preponderância na repressão a determinados tipos de delitos de segurança pública, como o crime organizado, indo de encontro ao que se entende como sua natureza de atuação – a defesa da segurança nacional contra ameaças externas. Ainda segundo os autores, a ingerência das forças militares mexicanas nos assuntos domésticos do país vem acompanhada da alegada legitimidade social do corpo militar no imaginário coletivo mexicano, onde gozam de significativo reconhecimento social. É nesse quadro que se intensifica, a partir do governo de Felipe Calderón (2006-2012), o processo de militarização das estratégias de segurança pública voltadas para o “combate ao

narcotráfico”, em um contexto de crescente preocupação nacional com os indicadores de violência no país.

Nas palavras de Moloeznik & Suárez de Garay (2012, página), esse movimento se caracteriza, sobretudo,

[P]or una estrategia que privilegia el componente militar en la búsqueda de la recuperación de los espacios públicos y la generación de condiciones mínimas de seguridad comunitaria; esto es, la denominada estrategia en el modo de acción directo, fundada en el empleo o la amenaza de las fuerzas armadas, consideradas El medio principal. Dicho en otras palabras, el actual primer mandatario basa, exclusiva y excluyentemente, toda su estrategia en el factor militar de la nación; pero, además, pone el acento en una concepción basada en la prolongación de los conflictos armados y, por ende, en los factores cuantitativos (masividad como código genético), puesto que la historia militar demuestra que la superioridad material suele ser el factor decisivo en la resolución de las guerras de larga duración.

Nesse sentido, as práticas da administração Obama de inflexão nas estratégias de cooperação bilateral entre os dois países parecem conter, em si mesmo, algumas ambiguidades. Em um primeiro momento, poder-se-ia pensar que, em um contexto de militarização das relações políticas mexicanas em torno do controle de drogas ilícitas, o fortalecimento de instituições civis e do Estado Democrático de Direito iria ao encontro de uma estratégia de desmilitarização do “combate ao narcotráfico”, ao menos se pensarmos no campo de imagens e conceitos no qual ela está baseada – na contraposição entre o civil e o militar e em um entendimento *institucional* da militarização. No entanto, quando olhamos para o imaginário político sob o qual essas estratégias continuam a ser perseguidas – estatizado e referenciado em torno dos signos da (in)segurança (inter)nacional –, parece-nos que as condições de possibilidade para a emergência de discursos, narrativas e saberes militarizados para lidar com o “problema das drogas ilícitas” parecem inalterados. Uma vez que essa discussão se relaciona intimamente às representações de gênero que são mobilizadas nos processos de militarização, cabe debater com mais profundidade esse tema ainda nesse capítulo. No entanto, faz-se necessário, antes, uma última – e breve – subseção que recupere pontos em comum e tensões subjacentes aos três planos, ou iniciativas, explorados até então.

4.1.4

Interseções

Desde a Iniciativa Andina, subjazia aos esforços de militarização do controle de drogas ilícitas na América Latina um entendimento bastante específico sobre que “soluções” deveriam ser empregadas ao “problema” do narcotráfico na região. Por um lado, tornavam-se centrais as preocupações com a capacidade institucional dos países andinos e, em específico, com a eficiência dos aparatos jurídico-repressivos em coibir e controlar as condutas criminais em questão. Nesse sentido, a prescrição principal era fortalecer o Estado nacional, tornando-o ator cada vez mais presente na vida cotidiana de seus cidadãos. Por outro lado, o (re)estabelecimento da estabilidade econômica dos países assistidos aparecia como condição *sine qua non* para o bom funcionamento de uma estratégia antidrogas, capaz, ao mesmo tempo, de prover recursos institucionais às agências estatais envolvidas no “combate ao narcotráfico” e de oferecer supostas alternativas aos cultivadores ilícitos e demais atores vulneráveis ao processo de produção e tráfico de drogas ilícitas. É nesse contexto que se insere o regime de preferências comerciais aos países andinos, estabelecido pelo *Andean Trade Preference Act*, e também as estratégias de “desenvolvimento alternativo”, que busca dar opções para que os camponeses envolvidos na produção ilícita entrem na economia mundial formal (Perl, 1992; Metaal, 2005). Em conjunto, ambas as estratégias pareciam sustentar um imaginário político que vê na ordem político-econômica (inter)nacional o objeto ameaçado e a solução ao “problema das drogas ilícitas” de uma só vez – e que se reproduziria nas iniciativas estadunidenses antidrogas seguintes.

Nesse quadro, também é interessante questionar até que ponto a divisão entre as categorias de “fortalecimento institucional do Estado” e de “assistência militar” é, de fato, fronteira bem estabelecida, especialmente quando, no caso do contexto colombiano, a (não) presença estatal é precisamente medida pela capacidade do Estado em fazer funcionar seu aparato jurídico-repressivo em áreas supostamente “fora de controle”. Ao falar sobre o Plano Colômbia, Juan Gabriel Tokatlián (2002) argumenta que ele consistia em uma estratégia de “cenoura” e “garrote”: a cenoura (ou as recompensas) viria na forma de ações de fortalecimento da presença institucional do Estado colombiano em todo o

território nacional; o garrote (ou as estratégias de repressão) consistiria na assistência institucional e financeira às Forças Armadas colombianas e, em menos medida, às forças policiais. Essa é uma leitura comum dos esforços de militarização das políticas de controle de drogas ilícitas na América Latina – o de que estratégias de repressão devem vir acompanhadas de políticas de assistência socioeconômica e político-institucional, entendidas como sua “contrapartida” – e está na base de ações voltadas para o chamado “desenvolvimento alternativo”. No entanto, a disputa política com as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) e com outros grupos paramilitares deixa claro que a alegada deficiência do Estado colombiano passa também por sua pretensa incapacidade de monopolizar legitimamente o uso da violência política – embora os próprios atores estatais deleguem, em determinados momentos, parte de suas “prerrogativas” a grupos paramilitares ou de autodefesa. Sendo assim, é mais uma fronteira ambígua, longe de se ver livre das tensões da política (inter)nacional.

As fronteiras entre as “forças militares” e as “forças policiais” também se mostram turvas quando olhamos mais atentamente às práticas militarizadas que constroem a “guerra às drogas” como paradigma de controle de drogas ilícitas na América Latina. Por um lado, a partir das leituras especializadas sobre os planos em análise, identificamos uma não tão sutil inflexão em direção à priorização da assistência militar às Forças Armadas em detrimento do apoio financeiro e institucional às instituições policiais – que, vale mencionar, continua a acontecer, mas em menor medida no âmbito do Plano Colômbia e, em especial, durante a Iniciativa Mérida (Tokatlián, 2002; Bernardi, 2010). Por outro lado, a atuação das Forças Armadas latino-americanas nas estratégias de controle de drogas ilícitas se reserva crescentemente às esferas de segurança que, pretensamente, seriam de prerrogativa das forças policiais – controle de condutas ilícitas, combate ao crime organizado, vigilância policial etc. – e que já eram objeto de priorização das políticas antidrogas estadunidenses dentro e fora de suas “fronteiras”. Sendo assim, o que parece ocorrer é o aumento do protagonismo das forças militares em um ambiente repressivo já bem estabelecido (e profundamente militarizado) e em um contexto histórico regional de complexas relações civil-militares.

Uma leitura possível é a de que as Forças Armadas adquirem protagonismo na “guerra às drogas” na medida em que se acentuam as performances de (in)segurança que colocam o Estado como objeto ameaçado e como “solução”

última para o “problema” das drogas ilícitas. Nesse sentido, dentro de um quadro imaginativo limitado a determinadas concepções sobre política (inter)nacional (entre elas, a de que as Forças Armadas, como instituição, defendem, em última instância a integridade estatal), a “guerra às drogas” reproduz uma versão cada vez mais acentuada de si mesma, na medida em que dá maior ênfase a suas características mais caricatas – e mais reveladoras do imaginário político que atuou como condição para que ela se tornasse possível –, trazendo à superfície seus pontos de tensão e contradição. No caso do protagonismo adquirido pelas Forças Armadas, é colocada em xeque a fronteira artificialmente criada entre o que é “força militar” e o que é “força policial”. No entanto, também entra em questão a forma como performances – e, dentro delas, representações – de gênero restringem a imaginação política sobre política de drogas (ilícitas) na e para a América Latina.

4.2

Guerra (às drogas) e discursos de gênero

A construção de um imaginário militarizado associado às políticas estadunidenses de controle de determinadas substâncias psicoativas se relaciona à própria constituição discursiva do “problema das drogas (ilícitas)”: a articulação retórica de uma ameaça existencial a partir de signos patológicos parece favorecer a concepção de “respostas” em termos igualmente totalizantes. Se as “drogas ilícitas” são representadas como “problemas” ao corpo social do Estado e, ainda, à ordem e à segurança internacionais, a “guerra às drogas” parece articular uma série de representações sobre as relações sociais, sobre o Estado e sobre a política internacional que buscam recuperar a *sanidade* (em risco de ser) perdida. Nesse contexto, as representações de gênero parecem ter papel fundamental: trazem à tona alguns dos meios através dos quais esse movimento é estabelecido e são elas também constituintes dos imaginários políticos que tornam a “guerra às drogas” possível.

No capítulo anterior, destacamos de que maneira representações de gênero informam a construção discursiva das “drogas ilícitas” como um “problema”. Entendidas como ameaças a um corpo social sadio e à moral e aos valores

estadunidenses, essas substâncias não raramente são representadas através de signos discursivos do(s) feminino(s), do espaço privado e da nação a ser protegida. Nesse sentido, travar uma guerra em nome do *proteger* aparece como única “solução” possível, em um contexto político em que dicotomias de gênero já são utilizadas para construir a (in)segurança internacional. Argumentamos que a “guerra às drogas” não apenas reafirma determinado imaginário sobre política (internacional) – a preponderância do Estado moderno sobre as relações sociais internacionais, a (re)produção da dicotomia entre o ‘doméstico’ e o ‘internacional’ e a existência de ameaças constantes a uma ordem internacional específica que se relaciona à ordem interna do Estado soberano –, como o faz através da mobilização e da articulação de representações discursivas de gênero.

Em primeiro lugar, cabe pensar mais uma vez de que maneira representações de gênero estão envolvidas na construção de conceitos como “soberania” e “fronteiras”, e de que forma eles são constantemente mobilizados por um discurso militarizado sobre drogas ilícitas. Nos discursos construídos em torno da “guerra às drogas”, a soberania estatal é alegadamente colocada em perigo por ameaças exteriores que não respeitam as diversas fronteiras que constituem o Estado nacional moderno – as fronteiras entre o ‘doméstico’ e o ‘internacional’, as fronteiras da racionalidade moderna, as fronteiras da lei e da economia de mercado. Mais ainda, se, nesse quadro discursivo, as “drogas ilícitas” e seu consumo são doenças, pragas e venenos em um corpo social que se pretende sadio, o aparato estatal se coloca como a “a therapeutic art: its main aim is to render the social body ‘immune’ to whatever bio-political enemy that may threaten it” (Neocleous, 2003, p. 36). Reproduzindo as narrativas históricas oficiais sobre as relações internacionais – que falam sobre a construção consensual de um sistema de Estados soberanos que gradualmente se expande a todo o globo e que se afirma, hoje, o único tipo de organização política possível –, esses discursos (re)afirmam o estatuto ontológico do Estado como sujeito primaz das políticas internacionais de controle de drogas ilícitas.

Discursos e práticas em torno da política externa estadunidense de combate às drogas ilícitas na América Latina colocam o Estado e seu aparato coercitivo em posição central, uma vez que alimentam, no interior dos países que se envolvem na “luta” contra o consumo e o tráfico de drogas ilícitas, uma série de demandas por serviços de vigilância, repressão e controle que possam dar conta da

fiscalização dessas substâncias. Ainda que tenha sido durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989) que a “guerra às drogas” tomou, efetivamente, contornos bélicos, no mesmo trecho em que Richard Nixon declarava ser o consumo de substâncias narcóticas um mal a afligir o corpo e a alma da América, ele já sinalizava conhecer o antídoto: “we have fought together in war, we have worked together in hard times, and we have reached out to each other in division – to close the gaps between our people and keep America whole” (Nixon, 1971, sem página).

No entanto, cabe lembrar que a historiografia oficial das Relações Internacionais não é pacífica ou ausente de conflitos políticos ou de relações de poder. De acordo com J. Ann Tickner (2001), a narrativa tradicional das Relações Internacionais que trata sobre a trajetória histórica do Estado soberano não inclui o(s) feminino(s) da mesma forma que o(s) masculino(s). Não à toa, começam a proliferar estudos na América Latina sobre os impactos da “guerra às drogas” na vida das mulheres – os deslocamentos internos causados pela proliferação de estratégias de erradicação forçada de cultivos ilícitos, a relação com o tráfico de drogas ilícitas, o aumento do encarceramento de mulheres em grandes centros urbanos, entre outras questões (Moura, 2007; Giacomello, 2013; Sandvik & Lemaitre, 2013). Como citado no capítulo anterior, R.B.J. Walker (1992, p. 191), entende a ideia de soberania – em específico, atrelada à constituição do Estado – é “a crucial reification of human identity as a particular rendition of rational man”. Esse entendimento abre espaço para se compreender a preponderância de uma leitura estadocêntrica nos discursos – e nas práticas não discursivas – que envolvem as “drogas ilícitas” como manipuladora de determinados signos de gênero; sobretudo, aqueles relacionados à(s) masculinidade(s) hegemônica(s).

Nesse sentido, a articulação de masculinidades em torno da “guerra às drogas” pode ser entendida como mais um meio através do qual o Estado se coloca como sujeito da política internacional. Tickner (2001) comenta, por exemplo, que em seguida à derrota das forças estadunidenses na Guerra do Vietnã, houve um processo expressivo de militarização da sociedade estadunidense – fenômeno que chamou de “remasculinização” do Estado estadunidense. Não à toa, esse processo ocorreu, de acordo com Karin Fierke (2007), especialmente durante a administração Reagan, à qual muitos estudiosos atribuem a intensificação da “guerra às drogas”. De acordo com essa perspectiva,

a “guerra às drogas” parece ser uma forma de reafirmação da(s) masculinidade(s) do Estado frente a uma ameaça exterior, anárquica, que não respeita as fronteiras da modernidade e que constitui um perigo aos valores e à moral da *nação* estadunidense.

Nesse quadro, a construção de discursos sobre o narcotráfico e sobre os narcotraficantes parece se sustentar em duas representações principais: a de um fenômeno globalizado, que dilui fronteiras e atua em paralelo ao Estado nacional moderno; e como um exemplo de uma masculinidade antagônica, concorrente e, ao mesmo tempo, inferior. No que tange à primeira questão, é ilustrativo recorrer aos discursos que representam o tráfico de drogas ilícitas como ameaças à ordem internacional centrada na figura do Estado soberano; de acordo com o texto da NSDD 221, o comércio de drogas ilícitas ameaçava “the integrity of the democratic governments by corrupting political and judicial institutions”, de forma a tornar governos “unable to control key areas of its territory and elements of its own judiciary” (*apud* Carpenter, 2003, p. 30). Por outro lado, os cartéis de drogas ilícitas – sobretudo os latino-americanos – eram constantemente representados como selvagens que se utilizavam da violência contra seu próprio povo. Às vésperas do Plano Colômbia, Bill Clinton (2000, sem página) fazia pronunciamento à população colombiana,

Last year I met some of the most talented and adorable children in the world from the village of Valledupar. Ten of them, some as young as 6 years old, came thousands of miles with their accordions and their drums, their bright-colored scarves and their beautiful voices, to perform for us here at the White House. They sang ‘El Mejoral’. They sang ‘La Gota Fria’. Everyone who heard them was touched. Those precious children come from humble families. They live surrounded by violence. They don't want to grow up to be narcotraffickers, to be guerrillas, to be paramilitaries. They want to be kings of Vallenato. And we should help them live their dreams. Thousands of courageous Colombians have given their lives to give us all this chance. Now is the moment to make their sacrifice matter. It will take vision; it will take courage; it will take desire. You have all three. In the midst of great difficulty, be strong of heart. *En surcos de dolores, el bien germina ya.*

Nas palavras de David Campbell (1992, p. 189), “the ‘war on drugs’ [...] constructs sites of both ‘domestic’ and ‘foreign marginality’, constituting American identity through the negation of ‘un-American’ behavior at home and abroad”. Argumentamos que faz parte de um tipo ideal de “comportamento americano” determinadas suposições sobre gênero, de forma que o antagonismo

do Estado estadunidense em relação a esses grupos é também reflexo de masculinidades em disputa. No trecho destacado, duas representações do(s) masculino(s) se contrapõem: uma masculinidade negativa, representada pelo narcotraficante, que constitui uma ameaça às crianças e à integridade do Estado colombiano; e uma masculinidade positiva, representada pela força militar, que se sacrifica em nome da *proteção*. É interessante notar, ainda, como a(s) masculinidade(s) dos oficiais colombianos é colocada em xeque como uma *masculinidade incompleta* (ou feminilizada), cuja incapacidade de proteger os seus justifica o envolvimento militarizado do governo estadunidense em um conflito que, retoricamente, não lhe diz respeito. Nesse sentido, a “solução” representada por uma masculinidade hegemônica estadunidense se opõe à representação de uma masculinidade concorrente como ameaça, recuperando as discussões apresentadas no capítulo anterior.

Não obstante, embora Tickner (1996) argumente que o “nós” coletivo que está por trás do imaginário político do Estado soberano moderno representa vozes masculinas em detrimento das femininas, parece-nos que, mais do que sub ou não incluir o(s) feminino(s), a construção da política internacional através dos discursos do Estado soberano moderno depende de relações hierárquicas de gênero para se reproduzir. Recuperando o debate apresentado por Judith Butler em *Gender Trouble* (1990), seja na perspectiva de Simone de Beauvoir ou de Luce Irigaray, o feminino constitui o “outro” do masculino através do qual o último elabora a si mesmo, seja como o gênero que é marcado (Beauvoir), seja como o gênero que é irrepresentável (Irigaray). Se representações de gênero são construídas a partir da relação de oposição – nas palavras de Pierre Bourdieu (2002, p. 16), em um sistema de “oposições homólogas” –, devemos pensar não apenas de que forma o masculino se sobrepõe ao feminino, mas de que maneira o primeiro necessita do último para existir e se consolidar em uma posição de poder.

Nesse quadro, voltar a atenção novamente à relação entre práticas de guerra e discursos de gênero parece exercer papel fundamental. Se, como argumenta Jef Huysmans (2006), os discursos sobre (in)segurança mobilizam um imaginário específico sobre as possibilidades do político em que o espectro do Estado ganha proeminência, as práticas discursivas e não discursivas da guerra tem a capacidade de (re)afirmar ou transformar as fronteiras da política internacional (Jabri, 2007). Sendo assim, para pensarmos de que maneira a relação entre guerra, violência

política e hierarquias de gênero (re)produzem um entendimento estadocêntrico sobre o político, devemos buscar compreender, também, as formas através das quais representações de gênero atuam como condições de possibilidade para uma construção discursiva da guerra.

Nas palavras de Tatiana Moura (2007, p. 26),

Mudam os conceitos e as práticas, mas o caráter sexuado das guerras parece ser uma permanência: todas as guerras ou conflitos armados assentam sobre a construção de identidades e sobre estruturas e mecanismos de poder e dominação que constituem o núcleo de um sistema patriarcal, a que algumas feministas chamam sistema de guerra. Este sistema requer, para se perpetuar, a construção de um determinado tipo de masculinidade (hegemônica, dominante, violenta). Por sua vez, esta masculinidade necessita sempre de masculinidade(s) e feminilidades(s) silenciadas, invisibilizadas e, portanto, marginalizadas, que lhes sirvam de antítese, negação e contraponto.

A partir daí, argumentamos que os discursos construídos em torno da “guerra às drogas” restringem a atuação do(s) feminino(s) a seus papéis sociais de gênero: quando se coloca(m) em posição de vulnerabilidade, tornando-se objeto de proteção; ou quando admite(m) uma vocação social para o cuidado através da maternidade. Quando o(s) feminino(s) não se resigna(m) a uma de suas funções sociais, passa(m) a ser entendido(s) como *ameaça*, cujas consequências são a desestruturação familiar, o desamparo às crianças, o despudor da nação, o fracasso do Estado – em outras palavras, tornam-se um “problema”. No entanto, ao se conformarem em seu lócus social, a(s) feminilidade(s) adquire(m) uma posição de marginalidade e dependência existencial, em uma relação hierárquica de gênero que determina as “soluções”.

No que tange aos discursos de proteção, a literatura feminista e de gênero nas Relações Internacionais tem há muito explorado criticamente a dicotomia entre “protetores” e “protegidos”. No contexto da “guerra às drogas”, a imagem dos protetores é personificada na representação dos *drug warriors*, os soldados e policiais (em especial, os que trabalhavam *undercover*) que se arriscam diariamente nas operações antidrogas das agências estadunidenses. Em um discurso de 1988, ano em que foi elaborada a Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas das Nações Unidas, Ronald Reagan (1988, sem página) homenageava a alguns desses oficiais, mortos em serviço,

Today we're gathered to honor, as you've been told, the brave public servants who have fallen in the war [o]n drugs. *These men took a solemn oath to uphold the law. They accepted the dangerous work of defending our communities, our borders, our families from the scourge of narcotics.* [...] What sort of a nation is America? The kind that produces heroes like Enrique Camarena Salazar, Eddie Byrne, Terry McNett, and many others who gave their lives in the battle against illegal drugs. We're the kind of country that will pull together and sacrifice to rid ourselves of the menace of illegal drug use because we know that drugs are the negation of the type of country we were meant to be. (grifos adicionados)

Ao relacionar o “heroísmo” desses homens à ideia da nação estadunidense (vitoriosa e guerreira), Reagan construía a imagem do *drug warrior* como o responsável por proteger as famílias e as fronteiras estadunidenses da “ameaça do uso de drogas ilícitas”. Nesse sentido, a construção da(s) masculinidade(s) como proteção e como sacrifício não apenas é parte integrante da “guerra às drogas” – sendo, inclusive, justificável em seu nome –, como também constitui a própria lógica da militarização das políticas estadunidenses de controle de drogas ilícitas, uma vez que caracteriza o combate militarizado como parte do “tipo de nação” que é a “América”. Fronteiras e famílias, lado a lado, indicam que o que precisa ser protegido da ameaça posta é representado pela confusão entre o espaço privado doméstico e a nação que se guarda dentro do Estado soberano moderno – lugares, por excelência, feminilizados.

No que se refere à segunda possibilidade de articulação do(s) feminino(s) no discurso da “guerra às drogas” – a que se refere ao papel social da mãe –, podemos achar em discursos-chave alguns dos signos que constituem a(s) feminilidade(s) como maternalidade. No discurso inaugural da “guerra às drogas”, Richard Nixon (1971, sem página) já abordava explicitamente a dicotomia entre “*compassion*” e “*condemnation*” que caracteriza o binarismo construído em torno de políticas públicas sobre drogas ilícitas na história ocidental recente. Discursos recentes que tentam desconstruir o processo de militarização das políticas internacionais de controle dessas substâncias ainda se baseiam, até certa medida, nessa mesma dicotomia, dando preponderância aos conceitos de “cuidado”, “tratamento” e “saúde pública” em detrimento da “repressão”, da “punição” e da “segurança pública”. No entanto, se essas (re)leituras entendem compaixão e condenação como signos concorrentes no contexto recente das políticas públicas sobre drogas ilícitas, em 1971, Nixon os entendia como estratégias políticas que

deveriam se complementar, de modo que ações de um tipo necessitassem da operação das ações de outro tipo.

Dez anos depois, Ronald Reagan recuperaria, em seus discursos, a mesma dicotomia entre políticas “de repressão” e “de cuidado” que caracterizou o discurso de Nixon sobre “guerra às drogas”. Como comentado anteriormente, foi durante sua administração que se criou o ambicioso plano de cunho educativo-preventivo sobre o uso de substâncias psicoativas, o *Just Say No*, capitaneado pela então primeira-dama Nancy Reagan. Em pronunciamento nas rádios estadunidenses sobre as políticas federais para drogas ilícitas, Reagan (1982, sem página) começa,

[The President.] My fellow Americans, those of you who tuned in a few weeks ago may remember that the topic of my broadcast was crime. Well, this week I'd like to narrow that subject down to drugs, an especially vicious virus of crime. In the last few days, I've had two reports on drugs in America. First, Nancy returned from a trip to Alabama, Mississippi, and Arkansas-one of the many trips she's made, talking to young people and their parents about the drug epidemic. Well, I thought it might be fitting if she told you herself of what she's learned about the drug problem. So, Nancy.

[Mrs. Reagan.] Thank you.

Nesse pronunciamento, senhor e senhora Reagan se revezam para comunicar à população estadunidense em que pé se encontravam as políticas públicas de controle de drogas ilícitas. Enquanto Nancy Reagan era designada a falar sobre sua campanha de prevenção ao uso de drogas ilícitas entre crianças e adolescentes e chamar a atenção da sociedade estadunidense para os “very positive signs on the prevention and treatment fronts” (idem), o presidente Reagan focava sua fala na recente criação de uma força-tarefa formada por juízes, promotores e agentes da lei para dismantelar o tráfico de drogas no sul da Flórida e que já havia apresentado, em suas palavras, resultados dramáticos: o aumento do número de prisões relacionadas a drogas ilícitas e das apreensões de maconha e cocaína na região. Durante o governo Reagan, a então primeira-dama ficou responsável por popularizar em todo o território estadunidense sua campanha através de pronunciamentos oficiais, visitas a instituições educacionais e aparições em programas de rádio e TV. Em 1985, Nancy Reagan organizou na Casa Branca uma grande conferência sobre o uso de drogas ilícitas em que participaram

primeiras-damas de todo o mundo – a *First Ladies' Conference on Drug Abuse*.
Matéria do *New York Times* sobre o evento complementava,

The conference today was in fact the second time that Mrs. Reagan had invited first ladies from around the world to meet and discuss drug abuse prevention, a cause that she has promoted ardently. In April, the wives of 17 other world leaders joined Mrs. Reagan in Washington and Atlanta for a two-day meeting that she called a “mother-to-mother conference”. (Fein, 1985, sem página)

Nesse contexto, as primeiras-damas se tornavam mais um “soldado” da guerra às drogas a partir do momento em que se designavam ao seu papel social de gênero – o de mães. Enquanto seus maridos discursavam como chefes de Estado, encarregados de levar adiante as operações de interdição e desmantelamento do tráfico internacional de drogas ilícitas, essas mulheres se preocupavam com a parte que socialmente lhes cabia: as ações de cuidado, tratamento e prevenção ao uso de determinadas substâncias psicoativas, falando diretamente aos jovens e à família. É difícil pensar em momento histórico da “guerra às drogas” em que a dicotomia entre “compaixão” e “condenação” da qual falava Nixon apareceu de forma mais generizada: nos anos em que a militarização das políticas estadunidenses de controle de drogas ilícitas se acirrava (sobretudo, em relação à América Latina), políticas não militarizadas eram retratadas, mais do que nunca, como essencialmente *femininas*.

Nesse sentido, fica claro que os processos de militarização das políticas estadunidenses de controle de drogas ilícitas mobilizam signos de masculinidade para se afirmarem como “solução” possível, mas, ao mesmo tempo, precisam de feminilidade(s) para serem colocadas em prática. Nesses discursos, a negação do(s) masculino(s) através da representação da(s) feminilidade(s) ajuda a construir o imaginário político que permite à “guerra às drogas” emergir como principal estratégia estadunidense de enfrentamento às “drogas ilícitas”. Central às práticas discursivas e não discursivas relacionadas à militarização das políticas estadunidenses de controle de drogas ilícitas está o papel do Estado como sujeito da política e sua capacidade de fazer a guerra em nome da (in)segurança nacional e internacional; de modo que a dicotomia entre feminino(s) e masculino(s) presente na retórica da “guerra às drogas” alimenta e é alimentada, ao mesmo tempo, por uma imaginação política restrita a entendimentos estadocêntricos sobre o mundo social.

4.3

Conclusão

Nesse capítulo, argumentamos que a construção de um imaginário militarizado como “solução” ao “problema das drogas (ilícitas)” – a “guerra às drogas” – pressupõe a centralização do Estado nacional moderno nas relações sociais. Na trajetória histórica da “guerra às drogas”, verificamos as muitas formas através das quais a preparação para, ou a condução da, violência política organizada – em outras palavras, a guerra – se coloca como única possibilidade de um imaginário militarizado sobre drogas ilícitas e, especialmente, sobre política (inter)nacional. Nesse sentido, o Estado soberano se torna necessário não apenas através de suas Forças Armadas, mas porque é ele mesmo, em última instância, a solução para todos os conflitos políticos envolvidos no uso ou no tráfico de drogas ilícitas – seja através de sua presença (imprescindível), de sua atuação (implacável) ou de sua recuperação (inadiável). No discurso da “guerra às drogas”, representações de gênero se articulam como condições de possibilidade para a construção desse imaginário político em torno das “drogas ilícitas”. Em especial, performances de gênero constroem a “guerra às drogas” como única solução possível ao determinar padrões de gênero aos quais o Estado deve corresponder de forma a afirmar a si mesmo como sujeito último nos espaços da política – “doméstica” e “internacional”.

5

Conclusão

Não raramente, conta-se a história da “guerra às drogas” através de duas formas. Por um lado, como fruto de inflamada retórica que, a partir da administração de Richard Nixon, emerge em reação a um suposto aumento do consumo de substâncias psicoativas ilícitas, constituindo-se, em outras palavras, como uma “guerra interna” contra o consumo dessas substâncias. Por outro lado, como um conjunto de práticas militarizadas discursivas e não discursivas empregado em relação aos espaços de produção de “drogas ilícitas” (notadamente, a América Latina) e articulado especialmente a partir do governo de Ronald Reagan; portanto, uma “guerra externa” contra a oferta internacional. De acordo com essa narrativa, a “guerra às drogas” possui um aspecto interno e uma faceta externa que se articulam em momentos específicos, mas que operam de forma independente, cada um(a) em um âmbito distinto da política (inter)nacional. Para além das fronteiras do Estado nacional (dos Estados Unidos), a “guerra às drogas” toma outras formas e, dizem, articula-se através de outras armas contra “inimigos” mais perigosos.

Nessa dissertação, buscamos entender de que maneira essas e outras narrativas sobre a “guerra às drogas” se apoiam em, ao mesmo tempo em que (re)produzem, um entendimento específico sobre as relações internacionais e sobre o que se convencionou chamar de “segurança internacional”. Mais ainda, pretendíamos analisar as relações hierárquicas (e violentas) de poder que subjaziam à construção de entendimentos sobre a “guerra às drogas” na América Latina e que são informadas, também, em termos de gênero. Nesse sentido, partimos de uma suposta lacuna dos estudos feministas de gênero sobre processos de militarização nas Relações Internacionais – nomeadamente, o silêncio em torno da “guerra às drogas” – para, a partir de uma leitura pós-estrutural de influência pós-colonial sobre performances de (in)segurança, compreender de que formas a militarização das políticas estadunidenses de controle de drogas ilícitas para os países latino-americanos se investia de hierarquias e relações de poder que limitavam a imaginação política sobre as “drogas ilícitas”.

Para tal, olhamos para duas facetas da “guerra às drogas”: em primeiro lugar, para as performances discursivas e, em menor medida, não discursivas que constroem as “drogas ilícitas” como *problema* e como *ameaça* a determinado modo de pensar a política (inter)nacional; e, posteriormente, para a forma como possibilitam a emergência de *soluções* e *respostas* militarizadas a elas a partir de performances de (in)segurança construídas em torno da “guerra às drogas” estadunidense na (e para a) América Latina. Em ambos os casos, procuramos por momentos e espaços em que performances de gênero se mostravam mais evidentes na construção de um imaginário político sobre “drogas ilícitas”. A partir daí, desenvolvemos nosso argumento em três direções: [1] ao afirmar que os discursos de guerra em âmbito “internacional” refletem dinâmicas “domésticas” de poder, de modo que as narrativas da “guerra interna” (contra o consumo) e da “guerra externa” (contra a produção) se reforçam mutuamente; [2] ao evidenciar de que maneira esse movimento de coconstituição é informado por performances de gênero; e [3] ao demonstrar como reflete mais amplamente a constituição violenta de um conjunto de “fronteiras” – dicotomias, binarismos, oposições – que estão na base da imaginação política moderna (sendo fruto e, ao mesmo tempo, [re]produtor dela).

Em primeiro lugar, argumentamos que a “guerra às drogas” é construída a partir de uma série de entendimentos sobre política (inter)nacional que limitam a imaginação sobre outras formas de se pensar as “drogas ilícitas” e as relações sociais associadas a elas. Antes de tudo, a “guerra às drogas” é fabricada em torno de um entendimento medicalizado sobre as “drogas ilícitas” (e sobre seus consumidores) que as representa como uma patologia que ameaça um corpo biológico, social e político sadio. Mais do que uma prerrogativa médica, tal leitura sobre as “drogas ilícitas” põe em evidência uma maneira específica de se imaginar politicamente o mundo social: como um organismo político-biológico que deve ser rotineiramente higienizado contra ameaças patológicas que, vindas de fora ou crescendo internamente, são percebidas como corpos estranhos, que fogem à normalidade. A partir daí, formam-se fronteiras entre o que é o “sadio” e o que é o “patológico” – ou, no caso das metáforas relacionadas à saúde mental, entre o que é “são” e o que é “insano”. Em grande medida, um entendimento medicalizado sobre as “drogas ilícitas” dá base, nos Estados Unidos, a políticas

públicas de vigilância, repressão e controle biopolítico sobre a população estadunidense em busca de espaços “livres das drogas (ilícitas)”.

Ainda, narrativas medicalizadas sobre “drogas ilícitas” constituem e são constituídas por um imaginário político de (in)segurança que toma preponderância no debate público estadunidense a partir da segunda metade do século XX. Nesse sentido, a (in)segurança toma duas formas: a partir do consumo doméstico, que coloca em perigo o caráter nacional, os valores e a moral estadunidense; e a partir da produção internacional de “drogas ilícitas”, que ameaça as fronteiras dos Estados Unidos e, conseqüentemente, sua capacidade de ser Estado e de ser nação. A “guerra às drogas” surge, então, como forma de estabilizar o âmbito “doméstico” – adequar os padrões de conduta da sociedade estadunidense a determinada “normalidade” – ao mesmo tempo em que busca domesticar o “internacional” – conter o fluxo internacional da oferta de “drogas ilícitas”. Dessa forma, a “guerra às drogas” reafirma e se alimenta da inscrição da fronteira entre o que é o “doméstico” e o que é o “internacional”, ao mesmo tempo em que desenha uma cartografia das “drogas ilícitas” através da qual operam distintas relações de poder com outros espaços do globo.

Nesse quadro, tudo aquilo que não é identificado como “soberano” é automaticamente entendido como uma “ameaça” – ou seu signo contrário, “anárquico”. No caso da “guerra às drogas”, a soberania se localiza no Estado nacional moderno, que se constitui como único sujeito da política “doméstica” e “internacional” capaz de controlar os desvios, os crimes e as instabilidades de uma pretensa ordem (inter)nacional. Dessa forma, o Estado se torna a solução última na busca de uma sociedade “livre de drogas (ilícitas)”, seja em âmbito “doméstico” (contra o consumo) ou “internacional” (contra a produção). Na teoria econômica tradicional como a conhecemos, “consumo” e “produção” e “oferta” e “demanda” são signos que se retroalimentam, não existindo um sem o outro. No caso da “guerra às drogas”, passam a ser categorias que, dentro do campo de representações sobre as “drogas ilícitas”, dependem uma da outra para existirem materialmente. Mais do que isso, são categorias imaginárias que dão significado a um sistema de relações sociais em torno das “drogas ilícitas” que por si só delegam a distintos atores sociais distintas posições de poder – externamente, entre o “norte” e o “sul”, os “desenvolvidos” e os “em desenvolvimento”, os “fortes” e os “fracos”, os “consumidores” e os “produtores”.

Por esse motivo, argumentamos não ser possível entender as performances militarizadas da “guerra às drogas” na e para a América Latina sem olhar para as performances medicalizadas de controle social que são empregadas em relação (ou contra) à sociedade estadunidense, em que as forças militares se conjugam às forças policiais em defesa de uma ordem soberana comum. Na América Latina, em que as relações entre as forças armadas, as instituições policiais e a sociedade civil se mostram ainda mais complexas quando enxergadas através do véu das ditaduras civil-militares, falar em uma fronteira sólida entre o *fazer guerra* e o *policar* é ignorar as formas através das quais essas duas facetas alimentam uma à outra ao operarem em nome do poder estatal. Na “guerra às drogas”, a mesma lógica sustenta as investidas das forças armadas contra os grupos guerrilheiros colombianos; as operações de guerra levadas a cabo pelas polícias civil e militar nas favelas do Rio de Janeiro; o policiamento ostensivo praticado pelos militares em regiões rurais no México; entre muitas outras situações em que a diferenciação entre “militares” e “policiais” (e, por consequência, entre o “doméstico” e o “internacional”) se mostra artificial e ambígua.

Em meio a isso, performances de gênero cumprem papel fundamental. Por um lado, os processos de medicalização das “drogas ilícitas” e, através deles, os impulsos de criminalização dessas substâncias estão intimamente relacionados a um imaginário de gênero sobre corpos e mentes, sobre normalidade e insanidade. Das primeiras fábulas sobre homens negros que, ao usarem cocaína, violentavam sexualmente as mulheres brancas estadunidenses, passando pelos filmes de alerta sobre a associação entre consumo de maconha e a promiscuidade feminina, pelas reportagens de jornal sobre as “mães do crack” e pelo senso comum que relacionava o vício em drogas ilícitas à prostituição, os dispositivos biopolíticos que operavam em nome da “guerra às drogas” também serviam a disciplinar o ‘outro’ feminino, seu corpo, sua conduta moral e sexual. Por outro lado, via-se a feminização do uso e dos usuários dessas substâncias, que, a partir da associação entre os femininos e o desequilíbrio, a irracionalidade e a loucura, construía um imaginário social de perigo e ameaça. Nesse quadro, o(s) feminino(s) deveriam ser, ao mesmo tempo, protegidos, disciplinados e eliminados: como “vítimas” de uma patologia moral; como “perigos” quando se comportavam de forma desviante aos papéis sociais de gênero pré-estabelecidos; ou como “ameaças” à construção

de uma ordem – nas palavras de Charlotte Hooper (2001), masculinista –, cujo epicentro é uma masculinidade hegemônica anglo-americana.

Dessa forma, a “guerra às drogas” surge como única solução possível também por ser ela articuladora de um conjunto de representações de gênero sobre política (inter)nacional, (in)segurança e violência. Em contraposição à ameaça que as “drogas ilícitas” representavam aos valores e à moral nacionais, emergiam imagens dos homens públicos e dos *drug warriors* como aqueles que se sacrificavam cotidianamente para defender a nação e as famílias estadunidenses. Em última instância, são figuras masculinas que representam o poder estatal e sua forma primordial de fazer política: através do emprego da violência no contexto de uma guerra total. Como materialização de uma “masculinidade hegemônica”, os guerreiros que lutavam a guerra às drogas se contrapunham à(s) feminilidade(s) que representavam sua antítese, mas, também, a uma série de masculinidades subalternas – os bárbaros narcotraficantes colombianos, os corruptos agentes estatais mexicanos, entre muitos – em relação aos quais se colocam em posição de poder.

Sendo assim, a “guerra às drogas” produz as fronteiras entre o “doméstico” e o “internacional”, a “ordem” e o “caos”, o “racional” e o “irracional”, o “produtor” e o “consumidor”, o “norte” e o “sul”, o(s) “masculino(s)” e o(s) “feminino(s)” que, em última instância, falam sobre a insistente procura de um ator soberano em meio à incerteza e à ambiguidade – em outras palavras, a “anarquia”. Em última instância, é essa mesma lógica que (re)afirma a necessária relação que se estabelece entre “problemas” e “soluções”, reproduzida por uma literatura de *problem solving* que, em muitos sentidos, busca a pacificação de ambiguidades e a dominação da incerteza. Nesse contexto, o Estado nacional moderno, através de performances de (in)segurança informadas por representações de gênero, coloca-se como sujeito principal da política (inter)nacional. Em si mesma, a busca por soberania é constituída através de performances de gênero que têm como fim último o controle, a dominação e a vigilância, atributos por excelência de uma masculinidade hegemônica estatal. Nesse quadro, a inscrição violenta de fronteiras para a manutenção de uma ordem (inter)nacional estadocentrada também (re)afirmam uma ordem de gênero, constituída por hierarquias e dinâmicas dicotômicas de poder.

Ao chegarmos aqui, torna-se inevitável abordar a possibilidade de se construir um cenário alternativo. Durante nossa análise, enfatizamos as relações de poder e as muitas formas com que a “guerra às drogas” (re)produz hierarquias, e, por isso mesmo, cabe ao menos mencionar de que forma vislumbramos a possibilidade de outro imaginário político. Se somos críticos aos processos de militarização das políticas sobre drogas ilícitas na América Latina, uma leitura possível seria a de que um projeto de desconstrução dessa lógica passasse por uma espécie de antimilitarismo, como negação ao imaginário bélico que a “guerra às drogas” leva adiante. No entanto, incorreríamos no risco de (re)afirmar uma nova dicotomia – entre militarismo e antimilitarismo –, muito comum aos estudos feministas de política internacional que são influenciados pelo pacifismo.

De acordo com James Der Derian (2013), a dualidade “(anti)militarismo” foi parte de um importante debate nas primeiras décadas do século passado, quando se via claramente o transbordamento de valores militares em direção à “vida civil”. No entanto, o teórico afirma que, hoje, dada a relação difusa entre os “valores militares” e os “valores civis” na vida cotidiana e também nas instituições militares e policiais, é mais interessante falar sobre *contramilitarismo*, que envolve, segundo ele, um novo pensar sobre o militarismo e a militarização. Em suas palavras, “‘countering’ involves establishing a whole new way of thinking and of becoming, rather than just being in opposition” (Der Derian, 2013, p. 72). Nesse sentido, podemos dizer, inicialmente, que propomos aqui um exercício de reflexão contramilitarista que procura problematizar entendimentos pré-estabelecidos e desconstruir relações hierárquicas de poder que conformam a “guerra às drogas” estadunidense na América Latina, sem, necessariamente, dar uma resposta definitiva a algo tão complexo e em constante mutação.

Não obstante, é imprescindível deixar claro que, assim como a “guerra às drogas” se constrói através de performances cotidianas, ela também é diariamente desconstruída por uma série de atores que desafiam sua lógica fundamental. Nos Estados Unidos, é colocada em xeque por políticas públicas sobre drogas ilícitas cada vez menos repressivas ao consumo medicinal ou recreativo de algumas dessas substâncias, que, em princípios de 2015, já alcançam quase metade dos estados estadunidenses. Na América Latina, a “guerra às drogas” é questionada por uma sociedade civil cada vez mais organizada em torno de reformas nas políticas sobre drogas ilícitas, seja através de movimentos sociais relacionados à

segurança pública, aos direitos individuais ou a demandas das populações indígenas pela ressignificação de algumas das plantas que são matérias-primas a essas substâncias. Ainda, está sendo reapropriada nas próprias negociações de paz entre o governo colombiano e as FARC, que colocaram em sua agenda de conversas um tópico definitivo sobre política de drogas.

Por esse motivo, faz-se urgente olhar atentamente para as performances de gênero que são, ou não, articuladas por atores latino-americanos, seja em conformidade a uma ordem (de gênero) estabelecida ou como forma de desafiá-la. Infelizmente, por limitações já comentadas, nossos esforços de análise não foram capazes de alcançá-las. Ainda assim, para que a América Latina ganhe, de fato, protagonismo nas discussões sobre “guerra às drogas” e combate ao narcotráfico, parece imprescindível que (nossos) futuros esforços de pesquisa comecem justamente por aqui.

6

Referências bibliográficas

- ABU-HAMDEH, S. The Merida Initiative: An Effective Way of Reducing Violence in Mexico?. **Pepperdine Policy Review**, v. 4, n. 1:5, 2011.
- ACKERLY, B. Feminist Methodological Reflection. In: KLOTZ, A. & PRAKASH, D. (Eds.). **Qualitative Methods in International Relations**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.
- ADIALA, J. C. A criminalização dos entorpecentes. **Papéis Avulsos, Crime e Castigo**, vol. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- AGAMBEN, G. **Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1998.
- AMANTANGELO, G. Andean Regional Initiative: A Policy Fated to Fail. **Foreign Policy in Focus**, 2005. Disponível em: http://fpif.org/andean_regional_initiative_a_policy_fated_to_fail/. Acesso em: 18 jan. 2015.
- ASHLEY, R. Foreign policy as political performance. **International Studies Association Notes**, n. 13, p. 51-54, 1987.
- _____. Untying the sovereign state: a double reading of the anarchy problematique. **Millenium**, n. 17, v. 2, p. 227-262, 1988.
- BACEVICH, A. J. **The New American Militarism: How Americans are seduced by war**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BARTELSON, J. Second natures: is the state identical with itself?. **European Journal of International Relations**, n. 4, v. 3, p. 295-326, 1998.
- BERNARDI, B. A Guerra Mexicana contra o Narcotráfico e a Iniciativa Mérida: Desafios e Perspectivas. **Meridiano 47**, v. 11, n. 120, p. 60-65, 2010.
- BOITEUX Rodrigues, L. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade**. 2006. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

- BURKE, A. **Beyond Security, Ethics and Violence: war against the other.** Londres: Routledge, 2007.
- BUTLER, J. **Gender trouble and the subversion of identity.** Nova York e Londres: Routledge, 1990.
- BUZAN, B.; HANSEN, L. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional.** São Paulo: UNESP, 2012.
- BUZAN, B. **People, States and Fear: an Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era.** Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2001.
- BUZAN, B. WAEVER, O.; DE WILDE, J. **Security: a new framework for analysis.** Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CAMPBELL, D. **Writing security: United States foreign policy and the politics of identity.** Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1992.
- CAMPBELL, N. **Using Women: Gender, drug policy, and social justice.** Nova York: Routledge, 2000.
- CARPENTER, T. G. **Bad Neighbor Policy.** Nova York: Palgrave Macmillan, 2003.
- CARVALHO, S. **A política criminal de drogas no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Luam, 1997.
- _____. A atual política brasileira de drogas: os efeitos do processo eleitoral de 1998. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 34, 2001.
- CAVERLEY, J. D. **Democratic Militarism: Voting, Wealth, and War.** Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- CLINTON, William J. **Videotaped Address to the People of Colombia.** The American Presidency Project. 2000. Disponível em: <http://www.presidency.ucsba.edu/ws/index.php?pid=1410&st=drug&st1=cocaine>. Acesso em: 19 jan. 2015.
- CONSTANTINOU, C. M. **States of political discourse: words, regimes, seditions.** Londres e Nova York: Routledge, 2004.
- CORVA, D. Neoliberal Globalization and the War on Drugs: transnationalizing illiberal governance in the Americas. **Political Geography**, n. 27, v. 2, p. 176-193, 2008.

DALBY, S. Challenging Cartographies of Enmity: empire, war and culture in contemporary militarization. In: STAVRIANAKIS, A. & SELBY, J. (Eds.). **Militarism and International Relations**. Londres: Routledge, 2013.

_____. Contesting an Essential Concept: Reading the Dilemmas in Contemporary Security Discourse In: KRAUSE, K. & WILLIAMS, M (Eds.). **Critical Security Studies: Concepts and Cases**. Taylor & Francis e-Library, 1997.

DARIO, D. M. A Legitimidade da Política de Segurança Democrática e a Doutrina de Segurança Nacional na Colômbia. **Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, 2010.

DEAN, M. **Governmentality: Power and Rule in Modern Society**. Londres e Thousand Oaks, CA: SAGE, 2001.

DER DERIAN, J. **International/Intertextual Relations: postmodern readings of world politics**. Free Press, 1989.

_____. War becomes academic: Human Terrain, virtuous war and contemporary militarism. In: STAVRIANAKIS, A. & SELBY, J. (Eds.) **Militarism and International Relations**. Londres: Routledge, 2013.

DERRIDA, J. **Positions**. Londres: Athlone Press, 1981.

DETRAZ, N. **International Security and Gender**. Cambridge: Polity Press, 2012.

DIAZ-COTTO, J. Latinas and the War on Drugs in the United States, Latin America, and Europe. In: SUDBURY, J. (Ed.). **Global Lockdown: race, gender and the prison-industrial complex**. Nova York: Routledge, 2005.

DOTY, R. **Imperial Encounters: the politics of representation in North-South relations**, v. 5. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1996.

ENLOE, C. Feminist Thinking about War, Militarism and Peace. In: HESS, B. (ed.). **Analysing Gender: A Handbook of Social Science Research**. Newbury Park: Sage, 1987.

_____. **The Morning After: Sexual Politics at the End of the Cold War**. Berkeley e Londres: University of California Press, 1993.

_____. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 2000.

ETTORE, B. Women, Substance Abuse and Self-Help. In: MACGREGOR, S. (Ed.). **Drugs and British Society: Responses to a Social Problem in the Eighties**. Londres: Routledge, 1989.

FEIN, E. First Ladies, at meeting on drug abuse, get an impromptu appeal to consider Third World's plight. **The New York Times**, 22 de outubro de 1985. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1985/10/22/world/first-ladies-meeting-drug-abuse-get-impromptu-appeal-toconsider-third-world-s.html>. Acessado em: 17 jan. 2015.

FIERKE, K. M. **Critical Approaches to International Security**. Londres: Polity Press, 2007.

FIGLIARELLI, M. **Algumas reflexões a respeito dos discursos médicos sobre uso de “drogas”**. Texto apresentado na XXVI Reunião Anual da ANPOCS, 2002.

FOUCAULT, M. Politics and the Study of Discourse. In: FOUCAULT, M.; BURCHELL, G.; GORDON, C. & MILLER, P. (Eds.). **The Foucault effect: Studies in governmentality**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRAGA, P. C. “A geopolítica das drogas na América Latina”. **Revista Em Pauta**, n. 19, 2007: p. 67-88.

GIACOMELLO, C. **Género, Drogas y Prisión: experiencias de mujeres privadas de su libertad en México**. Cidade do México: Tirant lo Blanch, 2003.

GIDDENS, A. **The Nation-State and Violence**. Cambridge: Polity Press, 1985.

GOOTEMBERG, P. Talking about the flow: drugs, borders and the discourse of control. **Cultural Critique**, n. 71, 2009: p. 3-46.

GUZZI, A. C. **As relações EUA-América Latina: medidas e consequências da política externa norte-americana para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). UNESP, UNICAMP, PUC-SP. 132 p.

HANSEN, L. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war**. Londres: Routledge, 2006.

HERZ, M. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. **Estudos Avançados**, n. 16, v. 46, 2002: 85-104.

HOOPER, C. **Manly states: Masculinities, International Relations, and Gender Politics**. Columbia University Press, 2001.

HUNTINGTON, S. P. **The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1957.

HUYSMANS, J. **The politics of insecurity: fear, migration and asylum in the EU**. Londres: Routledge, 2006.

INAYATULLAH, N. & BLANEY, D. L. **International Relations and the Problem of Difference**. Nova York: Routledge, 2004.

JABRI, V. **War and the transformation of global politics**. Londres: Palgrave Macmillan, 2007.

KALDOR, M. **New and old wars: organized violence in a global era**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

_____. Warfare and Capitalism. In: New Left Review (Ed.). **Exterminism and Cold War**. Londres: Verso, 1982.

KANDALL, S. R. **Substance and Shadow: Women and addiction in the United States**. Harvard University Press, 1999.

KELLY, Liz. Wars Against Women: Sexual Violence, Sexual Politics and the Militarised State. In: JACOBS, S., JACOBSON, R. & MARCHBANK, J. (Eds.). **States of Conflict: Gender, Violence and Resistance**. Londres: Zed Books, 2000.

KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. (Eds.). **Critical security studies: concepts and cases**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1997.

KRAUSE, K. Critical Theory and Security Studies The Research Programme of Critical Security Studies. **Cooperation and Conflict**, n. 33, v. 3, p.298-333, 1998.

KRUIJT, D.; KOONINGS, K. From Political Armies to the 'War Against Crime': the transformation of militarism in Latin America. In: STAVRIANAKIS, A. & SELBY, J. (Eds.). **Militarism and International Relations**. Londres: Routledge, 2013.

MAITLAND, L. "Heroin Trade Rising Despite U.S. Efforts". **The New York Times**, p. A1, 15 de fevereiro de 1981. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1981/02/15/nyregion/heroin-trade-rising-despite-us-efforts.html>. Acesso em: 18 jan. 2015.

McALLISTER, W. **Drug Diplomacy in the Twentieth Century**. Nova York: Routledge, 2000.

McCLINTOCK, A. **Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest**. Londres: Routledge, 1995.

METAAL, P. América Latina y Europa y las políticas sobre drogas. *Revista Debate Agrário*, n. 39, 2005: p. 247-265.

MILLIKEN, J. "The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods". *European Journal of International Relations*, v. 5, n. 2, p. 225-154, 1999.

MOLOEZNIK, M. P.; SUÁREZ DE GARAY, M. E. El Proceso de Militarización de la Seguridad Pública en México (2006-2010). *Frontera Norte*, n. 24, v. 48, p. 121-144, 2012.

MOUNTIAN, I. **Cultural ecstasies: Drugs, gender and the social imaginary**. Londres: Routledge, 2013.

MOURA, T. **Rostos invisíveis da violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

NEOCLEOUS, M. **Imagining the state**. McGraw-Hill International, 2003.

_____. **Critique of security**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. **War Power, Police Power**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2014.

NEUMANN, I. B. Discourse Analysis. In: KLOTZ, A. & PRAKASH, D. (Eds.). **Qualitative Methods in International Relations**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.

NIXON, R. **Special Message to the Congress on Drug Abuse Prevention and Control**. The American Presidency Project. 1971. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3048>. Acesso em 18 jan. 2015.

_____. **Radio Address on Crime and Drug Abuse**. The American Presidency Project. 1972. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3631>. Acesso em 18 jan. 2015.

OLMO, R. Del. **A Face Oculta da Droga**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1990.

_____. Las relaciones internacionales de la cocaína. *Nueva Sociedad*, n. 130, p. 126-143, 1994.

PARASCANDOLA, J. The Drug Habit: the association of the word 'drug' with abuse in American history. In: POTTER, R. & TEICH, M. (Eds.). **Drugs and Narcotics in History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PERL, R. F. "United States Andean Drug Policy: Background and Issues for Decisionmakers". *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, 1992: p. 13-35.

PICÓN, A. M. Desarrollo de las relaciones de cooperación entre Colombia y la Unión Europea para la lucha contra el tráfico de drogas ilícitas. **Revista Papel Político**, v. 11, n. 1, p. 253-294, 2006.

REAGAN, R. **Remarks in New Orleans, Louisiana, at the Annual Meeting of the International Association of Chiefs of Police**. The American Presidency Project. 1981. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=44300> Acesso em: 18 jan. 2015.

_____. **Radio Address to the Nation on Federal Drug Policy**. The American Presidency Project. 1982. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=43085>. Acesso em 18 jan. 2015.

_____. **Remarks at a White House Ceremony Honoring Law Enforcement Officers Slain in the War on Drugs**. The American Presidency Project. 1988. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=35698&st=war+o>. Acesso em 18 jan. 2015.

RIVILLAS, B. D. Política exterior de los EE.UU. hacia Colombia: El paquete de ayuda de 1.300 millones de dólares de apoyo al Plan Colombia y la región andina. **América Latina Hoy**, v. 31, p. 145-186, 2002.

RODRIGUES, T. **Narcotráfico, uma guerra na guerra**. São Paulo: Ed. Desatino, 2003.

_____. Política de drogas e a lógica dos danos. **Verve**, n. 3, p. 257-277, 2007.

_____. Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra. **Contexto Internacional**, PUC-Rio, v. 34, n. 1, p. 9-41, 2012.

ROSA, F. Fumacê na América. **Revista Insight Inteligência**, n. 63, p. 108-123, 2013.

ROSE, N. Medicine, History and Present. In: JONES, C. & PORTER, R. (Eds.). **Reassessing Foucault: Power, Medicine and the Body**. Londres: Routledge, 1994.

ROSEN, G. **Uma História da Saúde Pública**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

ROSENTHAL, A. On My Mind: Dismantling the War. **The New York Times**, 18 de maio de 1993. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1993/05/18/opinion/on-my-mind-dismantling-the-war.html>. Acesso em: 28 jan. 2015.

SABET, K. Anti-drug Abuse Act (Drug-Free America Act). In: KLEIMAN, M.; HAWDON, J. (Eds.). **Encyclopedia of Drug Policy**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc. , 2011.

SANDVIK, K. B.; LEMAITRE, J. Internally displaced women as knowledge producers and users in humanitarian action: the view from Colombia. **Disasters**, n. 37, S1, p. S36-S50, 2013.

SHAW, M. **War and Genocide: organized killing in modern society**. Cambridge: Polity Press, 2003.

SHAW, M. Twenty-First Century Militarism: a historical-sociological framework. In: STAVRIANAKIS, A.; SELBY, J. (Eds.) **Militarism and International Relations**. Londres: Routledge, 2013.

SHULTZ, G. The Campaign Against Drugs: the international dimension. **Department of State Bulletin**, n. 29, 1984.

SKOCPOL, T. **States and Social Revolutions: a comparative analysis of France, Russia, and China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SOUZA, A. C. T. C. **Estados Alterados: reflexões sobre drogas ilícitas e representações do Estado moderno**. São Paulo: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), 2013.

STAVRIANAKIS, A. & SELBY, J. Militarism and International Relations in the Twenty-First Century. In: STAVRIANAKIS, A. & SELBY, J. (Eds.). **Militarism and International Relations**. Londres: Routledge, 2013.

TANNO, G. A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. **Contexto Internacional**, n. 25, v.1, p. 47-80, 2003.

THE WHITE HOUSE. **National Drug Control Strategy**. Setembro de 1989. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ondcp/119466.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2015.

TICKNER, J. A. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Nova York: Columbia University Press, 1992.

_____. Identity in International Relations Theory: Feminist Perspectives. In: LAPID, Y. & KRATOCHWIL, F. (Eds.). **The Return of Culture and Identity in IR Theory**. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1996.

_____. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the post-Cold War Era**. Nova York: Columbia University Press, 2001.

TILLY, C. **Coertion, Capital, and European States, AD 990-1990**. Cambridge, MA: Blackwell, 1990.

TOKATLIÁN, J. G. Colômbia: Mais Insegurança Humana, Menos Segurança Regional. **Contexto Internacional**, v. 24, n. 1, p. 129-166, 2002.

UNIVERSIDAD DEL ROSARIO. **Las explicciones sobre el conflicto armado en Colombia**. Bogotá: Colección Universidad, Ciencia y Desarrollo, f. 9, 2006.

VAGTS, A. **A History of Militarism: Romance and Realities of a Profession**. Nova York: Meridian, 1959.

VILLA, R.; OSTOS, M. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 48, v. 2, p. 86-110, 2005.

WADLEY, J. Gendering the State: performativity and protection in international security. In: SJOBERG, Laura (Ed.). **Gender and International Security: feminist perspectives**. Londres: Routledge, 2010.

WAEVER, O. **What is Security? The Securityness of Security**. In: HANSEN, B. **European Security Identities**. Copenhagen: Copenhagen Political Studies Press, 2000.

WALKER, R. B. J. Gender and Critique in the Theory of International Relations. In: PETERSON, V. S. (Ed.). **Gendered States: Feminist (Re)Visions of International Relations Theory**. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1992.

_____. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. **After the Globe, Before the World**. Nova York: Routledge, 2010.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WHITWORTH, S. **Feminism and International Relations**. Londres: Macmillan Press, 1994.

ZIEGER, S. M. **Inventing the Adict: Drugs, Race and Sexuality in Nineteenth Century in British and American Literature**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2008.

ZIRIN, D. The Death of Len Bias, My Generation's One-Person Shock Doctrine. **The Nation**, 18 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.>

thenation.com/blog/177240/death-len-bias-my-generations-one-person-shock-doctrine#. Acesso em: 17 jan. 2015.